

Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030



Corede Litoral



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO



COREDE - LN
Conselho Regional de Desenvolvimento
do Litoral Norte
coredeln@gmail.com

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO LITORAL
COREDE LITORAL

RELATÓRIO FINAL

**PLANO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO
COREDE LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

OSÓRIO/RS
.....

MAIO / 2017



COREDE LITORAL

Presidente - Lilian Agraso Alves
Vice Presidente - Marcelo Reios
2º Vice Presidente - Carlos Khun
Seretário - Tiago Lucas Correa
Tesoureiro - Leda Famer



COORDENAÇÃO TÉCNICA

Arq. Cláudia Damasio
Econ. Gevaci Perroni
Arq. Jacqueline Menegassi

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Econ. Gevaci Perroni

EQUIPE TÉCNICA

Econ. Tiago Silveira
Acad. Manoela Tosin

ÓRGÃO FINANCIADOR

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG)
Convênio SPGG – 1636-2015

“Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos planos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não expressando necessariamente a opinião da SPGG/RS.”

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente trabalho tem como objetivo atualizar e ampliar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE Litoral, de acordo com os termos especificados no Plano de Trabalho e segundo as Diretrizes e Referências para a implementação da atualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional, estabelecidas pelo Anexo II Convênio celebrado entre o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), do Estado do Rio Grande do Sul, nº 1636/2015. Um plano estratégico é um documento que contemporiza diagnóstico, prognóstico e ações a serem implementadas, considerando aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos, éticos, culturais, territoriais, entre outros. Visa identificar aspectos internos positivos (fortalezas) e aspectos internos negativos (fraquezas), e, aspectos externos positivos (oportunidades) e aspectos externos negativos (ameaças) de uma determinada região como forma de se alcançar objetivos futuros.

Desde o início deste processo de atualização do Planejamento Estratégico do COREDE Litoral foram realizadas cerca de 20 reuniões entre os técnicos da Latus Consultoria (contratada para realizar o trabalho), os representantes do COREDE Litoral e comunidade em geral. Em um primeiro momento foi composto um Conselho Gestor do Planejamento composto por oito nomes escolhidos em uma reunião regional do COREDE, seguido dessa reunião, houveram outros nove encontros chamados de Microrregionais que tiveram como objetivo realização da Análise Situacional onde os 21 municípios do COREDE foram chamados a participar. Cabe ressaltar que passaram nestas reuniões cerca de 200 participantes que puderam debater os rumos do planejamento da região. Nesse processo foram realizadas reuniões com o intuito de aplicar a metodologia da Matriz FOFA e posteriormente sua hierarquização através da Matriz Vester. Já na etapa de prognósticos, foram realizadas mais 5 reuniões para apresentação e definição da carteira de projetos.

O Diagnóstico do COREDE Litoral é uma atualização e ampliação do Diagnóstico Técnico realizado para o Planejamento Estratégico do COREDE Litoral Norte iniciado em 2009 e concluído em 2011. Foi elaborado a partir de informações secundárias disponíveis em estudos como o Perfil Socioeconômico do COREDE 2015, realizado pela Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional – Departamento de Planejamento Governamental, dados fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística do Estado (FEE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros. Também é parte deste Diagnóstico a Análise Situacional da Região, que consiste em interpretar e explicar de forma qualitativa dos dados da análise secundária. Essa segunda etapa tem como pré-condição uma vivência local, por isso a necessidade de ser realizada com a participação dos diversos atores locais. Da análise de dados, buscou-se realizar uma síntese dividida nas seis dimensões desse planejamento: (i) **demográfica**, que tem com principal característica ser o COREDE com a maior taxa de crescimento do Rio Grande do Sul; (ii) **ambiental**, destacando a riqueza natural e hídrica da região e os conflitos existentes entre a grande urbanização e um turismo mais intensificado versus a preservação do meio ambiente; (iii) **social e cultural**, subdividida em equidade, qualidade de vida,

saúde, educação, segurança, habitação e urbanismo e cultura; (iv) **infraestrutural e de gestão pública**, descrevendo a infraestrutura da região e sua gestão; (v) **econômica**, caracterizando as atividades mais especializadas e a composição do VAV e PIB e (vi) **institucional**, apontando as principais instituições existentes

A Análise situacional foi realizada entre os meses de maio e julho de 2016 em diferentes encontros entre os técnicos da Latus Consultoria e os representantes do COREDE. Optou-se por se realizar encontros microrregionais, unificando os municípios segundo sua localização e características principais, como forma de melhor integrar a região e oportunizar o debate dos diferentes municípios. As conclusões desses debates foram divididas em quatro pontos principais: Gestão Estrutural, Gestão Econômica, Gestão Social e Gestão Institucional.

A matriz de forças, oportunidades, fraquezas e ameaças para a atualização do Planejamento Estratégico do COREDE Litoral foi realizada no dia 21 de junho, na sede do COREDE Litoral, com a presença de representantes convocados em todos os municípios. As tarjetas que deram início a esse processo foram elaboradas a partir das reuniões microrregionais realizadas para a Análise Situacional. Da Matriz FOFA elaborada com representantes do COREDE, realizou-se a análise que deu origem a Matriz FOFA por dimensões, que teve como objetivo elencar as potencialidades, desafios, riscos e limitações da região.

Como forma de identificar e hierarquizar as principais questões para o desenvolvimento do COREDE Litoral, optou-se por realizar a Matriz Vester, tendo como resultado os problemas mais críticos e ativos, que deram origem as diretrizes do Planejamento Estratégico do COREDE Litoral.

A etapa de consecução de um Relatório de Propostas teve início em 11 de agosto em Osório em reunião onde o Conselho Gestor e membros do COREDE Litoral foram convidados para apresentação e deliberação sobre a metodologia desta etapa. Logo após, foram realizados três Seminários Regionais: dia 31 de agosto em Capão da Canoas, dia 1º de setembro em Capivari do Sul e dia 5 de setembro em Maquiné. Ao todo, se reuniram nos seminários regionais cerca de 30 representantes de entidades e organizações do litoral para discutir as principais conclusões do Diagnóstico Técnico, debater a Visão, Vocação e os Valores do COREDE, elaborar sobre as diretrizes e estratégias regionais e proposto projetos para o desenvolvimento socioeconômico do COREDE Litoral. Como forma de elaborar uma síntese regional única, todos os participantes das reuniões anteriores, membros do COREDE e comunidade em geral foram convidados para a participação de um Seminário Síntese realizado na sede da AMLINORTE em Osório no dia 27 de setembro onde puderam de forma colaborativa unificar diferentes visões, vocações e valores em uma proposta única para o COREDE Litoral e também avançar sobre as estratégias para o desenvolvimento da região e projetos para sua consecução.



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 Corede Litoral	15
FIGURA 02 Macrozoneamento Ambiental do RS e Corede Litoral	16
FIGURA 03 Unidades Geomorfológicas do RS e Corede Litoral	17
FIGURA 04 Mapa da rede hidrográfica do COREDE Litoral	18
FIGURA 05 Evolução política dos municípios do Litoral Norte	21
FIGURA 06 Classificação dos municípios por perfis socioeconômicos	22
FIGURA 07 Mapa da população total (2010) e hierarquia urbana (2007) no COREDE	24
FIGURA 08 Mapa da Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, por COREDE 2000-10	25
FIGURA 09 Mapa da Taxa Média do Crescimento Populacional COREDE Litoral 2000-10	26
FIGURA 10 Mapa das unidades de conservação do COREDE Litoral	31
FIGURA 11 Mapa da variação do Índice de Gini (2000 – 2010) do COREDE Litoral	35
FIGURA 12 Mapa do IDHM 2010 do COREDE Litoral	38
FIGURA 13 IDESE dos COREDES do Estado	40
FIGURA 14 Mapa do IDESE 2013 do COREDE Litoral	42
FIGURA 15 Mapa da Expectativa de Vida ao Nascer 2010 do COREDE Litoral	44
FIGURA 16 Mapa da Mortalidade Infantil 2010 do COREDE Litoral	45
FIGURA 17 Mapa da Infraestrutura de Saúde dez.2009 do COREDE Litoral	46
FIGURA 18 Mapa da taxa de Analfabetismo 2010 do COREDE Litoral	48
FIGURA 19 Mapa da Expectativas anos de Estudo 2010 do COREDE Litoral	49
FIGURA 20 Mapa Segurança COREDE Litoral	52
FIGURA 21 Mapa situação do abastecimento urbano de água no COREDE Litoral - 2010	56
FIGURA 22 Mapa do tipo de manancial utilizado no abastecimento urbano de água no COREDE Litoral - 2010	57
FIGURA 23 Mapa do percentual de esgoto tratado à montante do COREDE Litoral - 2010	58
FIGURA 24 Mapa da Infraestrutura de Transportes do COREDE Litoral	61
FIGURA 25 Mapa do Produto Interno Bruto – 2013 do COREDE Litoral	67
FIGURA 26 Mapa dos Principais produtos do VAB da Agropecuária dos municípios do COREDE Litoral – 2012	68



LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

GRÁFICO 01 – Pirâmide etária	27
GRÁFICO 02_Apropriação da Renda pelos 10% mais ricos	34
GRÁFICO 03 Série Histórica IDESE COREDE Litoral	41
GRÁFICO 04_Escolaridade da População	50
QUADRO 01_Fases de desenvolvimento da urbanização no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1732-2006)	21
QUADRO 02_Instituições governamentais e privadas c/ representação e atuação regional	71
TABELA 01 Índice de Gini	35
TABELA 02 Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais	36
TABELA 03 5 melhores e 5 piores nos índices analisados	37
TABELA 04 IDHM por Blocos	39
TABELA 05 Percentual de domicílios segundo os sérvios de saneamento básico de abastecimento de água e coleta de lixo – 2010 – com destaque dos valores inferiores a taxa do Estado.	59
TABELA 06 Domicílios particulares permanentes que tinham energia elétrica de companhia distribuidora – com destaque daqueles inferiores a % do Estado	63
TABELA 07 Ocupados por Grupos de Atividades CNAE 2.0 e Quociente Locacional	65



LISTA DE ABREVIATURAS

AMLINORTE - Associação dos Municípios do Litoral Norte

ANA – Agência Nacional das Águas

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

COMSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente

CONSEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento

FEE – Fundação de Economia e Estatística

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

QL – Quociente Locacional

RAIS – Relação Anual de Informações

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

SPGG – Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão

TEM – Ministério do Trabalho e Emprego

VAB – Valor Agregado Bruto



SUMÁRIO

1. METODOLOGIA	11
1.1. OBJETIVOS DO PLANO	12
1.1.1. OBJETIVO GERAL	12
1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
1.2. ABRANGÊNCIA DO PLANO	12
1.3. EXPLICITAÇÃO DA METODOLOGIA	13
2. DIAGNÓSTICO TÉCNICO	15
2.1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO	15
2.1.1. ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS	16
Bioma e Macrozoneamento Ambiental	16
Geologia e Geomorfologia	16
Hidrografia e Bacias Hidrográficas	18
Climatologia	19
Características Biológicas	20
2.1.2. Aspectos histórico-culturais	20
2.2. DIMENSÃO DEMOGRÁFICA	23
2.3. DIMENSÃO AMBIENTAL	28
2.3.1. Estrutura organizativa municipal na área ambiental / Comitê de Bacia / Agenda 21	28
2.3.2. Áreas Protegidas, Problemas e Potencialidades Ambientais Relevantes	30
2.4. DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL	33
2.4.1. Equidade	33
Renda apropriada pelos 10% mais ricos.	33
Índice de Gini	34
Índice de Theil-L dos Rendimentos do Trabalho – 18 anos ou mais	36
2.4.2. Qualidade de Vida	37
2.4.3. Saúde	43
2.4.4. Educação	46
2.4.5. Segurança	51
2.4.6. Habitação e Urbanismo	52
2.4.7. Cultura	55
2.5. DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL E DE GESTÃO PÚBLICA	56
2.5.1. Saneamento Básico	56
2.5.2. Comunicação	59
2.5.3. Transporte e Logística	60
2.5.4. Energia	62
2.6. DIMENSÃO ECONÔMICA	63
2.7. DIMENSÃO INSTITUCIONAL	69
3. ANÁLISE DE INDICADORES E SITUACIONAL	74
3.1. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	75



3.2. GESTÃO ESTRUTURAL	75
3.3. GESTÃO ECONÔMICA	76
3.4. GESTÃO SOCIAL	77
3.5. GESTÃO INSTITUCIONAL	78
4. MATRIZ FOFA: POTENCIALIDADES E DESAFIO	80
4.1. MATRIZES POR DIMENSÕES	81
4.2. MATRIZ REGIONAL E DIRETRIZES DO PEPDR	87
5. ESTRATÉGIAS	92
5.1. POTENCIALIZAR A MATRIZ ECONÔMICA	92
5.1.1. QUALIFICAR E INTEGRAR O TURISMO REGIONAL	93
5.1.2. FOMENTAR E QUALIFICAR A PRODUÇÃO RURAL SUSTENTAVEL	93
5.2. PROMOVER O PLANEJAMENTO E A GESTÃO ARTICULADA PARA A SUSTENTABILIDADE REGIONAL	94
5.2.1. INTENSIFICAR A COOPERAÇÃO PARA A GESTÃO INTEGRADA	95
5.2.2. FORTALECER O PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANO-AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS	95
5.2.3. PROMOVER A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E MINIMIZAR A DEGRADAÇÃO	96
5.2.4. APOIAR E FORTALECER OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO	97
5.2.5. PROMOVER O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	98
6. REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS	100
6.1. VISÃO	100
6.2. VOCAÇÃO	100
6.3. VALORES	101
7. CARTEIRA DE PROJETOS	102
8. PRIORIZAÇÃO DA REGIÃO FUNCIONAL	173
9. MODELO DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA REGIÃO	185
10. REFERÊNCIAS	186
11. ANEXOS	187

1. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado segundo metodologia presente no Plano de Trabalho, parte integrante do Convênio com a SPGG nº 1636/2015. Tal metodologia é fruto dos estudos e sistematização dos professores da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) Sérgio Luís Allebrandt, Dieter Rugard Siedenberg e Marcos Dhein Griebeler que pode ser consultada na obra “Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional.

Um plano estratégico é um documento que contemporiza diagnóstico, prognóstico e ações a serem implementadas, considerando aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos, éticos, culturais, territoriais, entre outros. Visa identificar aspectos internos positivos (fortalezas) e aspectos internos negativos (fraquezas), e, aspectos externos positivos (oportunidades) e aspectos externos negativos (ameaças), para usar uma das metodologias propostas para o planejamento, que possibilitem identificar potencialidades e desafios, para as regiões proporem estratégias e ações para o desenvolvimento.

Assim, “[...] pode-se considerar que o planejamento é uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a realização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e no menor prazo possível”. (SIEDENBERG, 2009, p.14)3.

Considerando o exposto por Cardoso Jr. e Melo (2011) e Rezende (2011)5, um plano estratégico é “um esquema coerente e fundamentado de objetivos, de metas quantitativas e qualitativas, bem como de ações com caráter econômico, social e político” (CARDOSO Jr. e MELO, 2011, p.13). Possuem, segundo os autores, diagnóstico, instrumentos que possibilitem a implementação, revisão e correção das ações.

Possibilita visualizar aspectos centrais da sociedade e viabilizar caminhos, delineando orientações gerais que oportunizam escolhas entre as diversas políticas públicas. Para Cardoso Jr. e Melo (2011, p.17), os “dois eixos de um plano são uma visão abrangente da sociedade e uma formulação interligada das diversas políticas públicas e atividades de governo”.

Por fim, aspecto salientado por Cardoso Jr. e Melo (2011) e Rezende (2011) é a participação social, desde a participação via democracia representativa dos Legislativos, até a participação via as diversas sociedades civis. Nestas condições, “o plano de desenvolvimento é um mapa de rumos para o futuro, que pretende servir de marco de orientação para o país, e é, por isso mesmo, também o marco de discussão” (CARDOSO Jr. e MELO, 2011, p.18).

1.1. OBJETIVOS DO PLANO

1.1.1. OBJETIVO GERAL

Atualizar e ampliar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE Litoral, de acordo com os termos especificados no Plano de Trabalho e segundo as Diretrizes e Referências para a implementação da atualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional, estabelecidas pelo Anexo II Convênio celebrado entre o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG, do Estado do Rio Grande do Sul, nº 1636/2015.

1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Atualizar e ampliar a base de dados regionais, anteriormente elaborada e divulgada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE Litoral, de 2010, tendo como base os Perfis Socioeconômicos do COREDE Litoral, elaborados pela SPGG em 2015, visando definir uma visão de futuro e ações, estratégicas que apontem para o desenvolvimento e para a sustentabilidade do desenvolvimento regional;
- b) Definir a visão de futuro e as estratégias de desenvolvimento do COREDE para determinação dos propósitos globais permanentes que servirão como base para realização do planejamento estratégico;
- c) Identificar, em conjunto com a comunidade regional, os principais condicionantes, problemas e potencialidades setoriais e regionais, a partir da participação de diferentes atores sociais na construção e operacionalização de políticas de desenvolvimento regional;
- d) Elaborar uma carteira/lista de projetos hierarquizada, contendo objetivos, justificativas, escopo, órgãos intervenientes, cronograma e estimativas de recursos.
- e) Estimular e valorizar o desenvolvimento do capital social e da identidade regional, a partir da indicação de projetos estruturantes, de acordo com o perfil histórico da região, de suas potencialidades atuais, de novas oportunidades e de suas possibilidades de interação com outras regiões do estado.
- f) Qualificar o processo de participação das regiões no planejamento e orçamento governamental nas esferas estadual, federal e municipal.

1.2. ABRANGÊNCIA DO PLANO

O Planejamento Estratégico deverá contar com um processo que conste a elaboração de um Diagnóstico e Relatório de Avaliação, a Elaboração de um Relatório de Propostas hierarquizadas, a Consolidação e a impressão do Plano. O Planejamento deverá abarcar questões referentes a toda região contemplada pelo COREDE Litoral e seus 21 municípios: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba,

Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá.

1.3. EXPLICITAÇÃO DA METODOLOGIA

A elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento teve como ponto de partida o conjunto de diretrizes apresentadas no Anexo II desse Convênio. Também foi considerada a metodologia utilizada no processo de elaboração dos planos estratégicos dos COREDEs, em 2010, cuja atualização é objeto desse convênio.

Além disso, se referencia no acúmulo produzido pelas universidades regionais e pelo Fórum dos COREDEs, já sintetizados em documentos e que devem ser desenvolvidos quando da elaboração do Plano de Trabalho Ampliado. Essa base foi ampliada, no documento denominado Plano de Trabalho Ampliado, que consiste no primeiro produto apresentado, tendo uma base comum para todos os COREDEs do Estado.

Além do Plano de Trabalho Ampliado, o processo contou, com a elaboração de um Diagnóstico e Relatório de Avaliação, anteriores a Elaboração de um Relatório de Propostas hierarquizadas, que será Consolidado e impresso, conforme especificado nesse convênio.

A metodologia adotada para o processo de atualização/elaboração dos planos estratégicos dos COREDES foi aquela definida como orientadora do processo de elaboração dos planos estratégicos em 2009/2010 e que se encontra publicada no capítulo “Detalhamento de um modelo de planejamento estratégico territorial” de autoria de Sérgio Luís Allebrandt, Pedro Luís Büttenbender e Dieter Rugard Siedenberg, em livro organizado por este último autor: Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional (2010).

Segundo estas orientações as etapas do planejamento estratégico são sete: a primeira etapa constitui-se no diagnóstico técnico, onde se busca organizar os dados existentes sobre a região, baseados em fontes secundárias, nos documentos previamente identificados no Convênio e outros que a região entender pertinente; a segunda etapa, a análise situacional, constitui-se em momentos de debate e discussão em seminários ampliados onde participam técnicos, agentes políticos e a sociedade civil organizada, em que os dados são apresentados, interpretados e validados à luz da realidade regional; na terceira etapa, procede-se a análise de forças e fraquezas, oportunidades e ameaças (FOFA), com o objetivo de construir coletivamente, com base no diagnóstico técnico e na análise situacional, bem como numa leitura correta do cenário externo, uma noção apropriada das principais potencialidades, limitações, riscos e desafios regionais. **As três primeiras etapas compreendem o Produto II do Convênio – Diagnóstico e Relatório de Avaliação.** Na quarta etapa proceder-se-á a definição de visão, vocação e valores regionais, constituindo-se os referenciais estratégicos. Segue-se a quinta etapa, onde objetivos, projetos e ações são definidos, ou seja, é a elaboração da chamada carteira de projetos e ações. Os projetos terão identificados, minimamente: objetivos, justificativas, escopo, metas, órgãos intervenientes, cronograma e estimativa de recursos para execução. Integrada a esta quinta está a sexta etapa, em que se discute e decide sobre o modelo

de gestão para garantir a execução do plano em construção. **As três etapas citadas, 4,5 e 6 compreendem o Produto III do Convênio – Relatório de Propostas.** Consequência das etapas anteriores, a sétima etapa preocupa-se com a divulgação e a efetiva definição das ações no sentido de implementar o plano aprovado. **A sétima etapa compreende os Produto IV e V, do Convênio – Consolidação e Publicação e Impressão dos Planos Estratégicos.**

Seguindo ainda orientações metodológicas, o processo de planejamento estratégico deve contemplar cinco dimensões (ou eixos temáticos): dimensão histórica, dimensão social e cultural, dimensão infraestrutural, dimensão econômica e dimensão institucional. Cada dimensão integra um conjunto de subdimensões ou subtemas específicos.

Além disso, é necessário salientar que a metodologia proposta para o processo de planejamento estratégico regional prevê uma ampla participação dos cidadãos, da sociedade, das instituições públicas e privadas que atuam na respectiva região, viabilizadas através de assembleias ou audiências públicas, fomentando o exercício da cidadania, buscando a cooperação e a concertação necessária para garantir efetividade ao processo e aos resultados decorrentes da execução do plano.

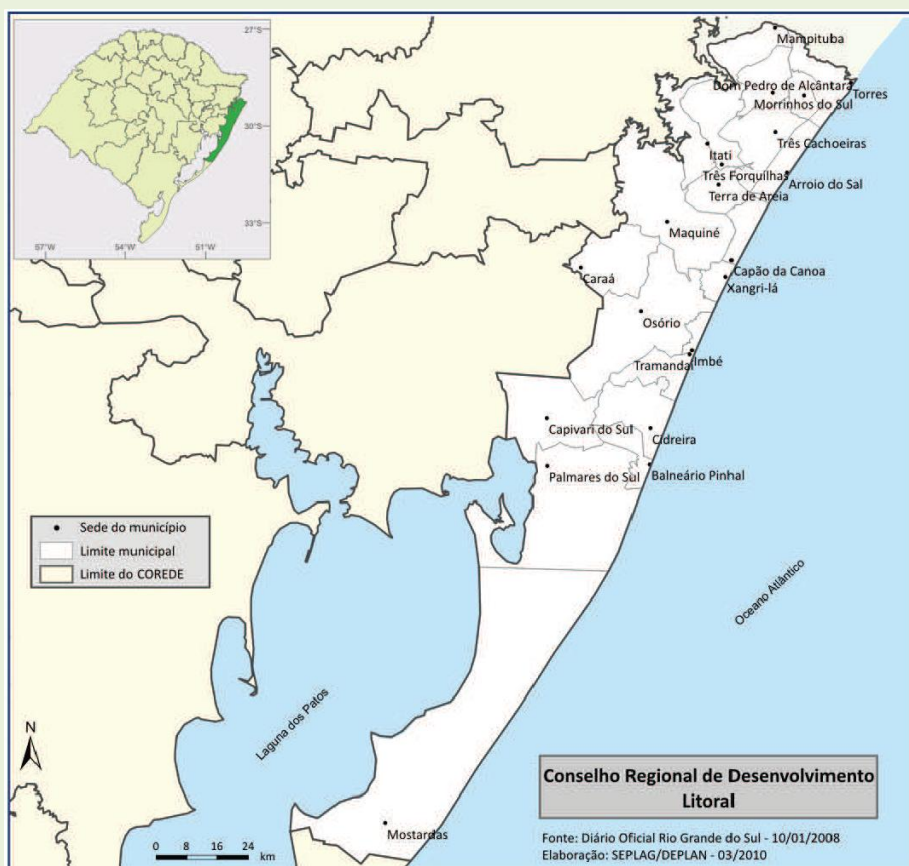
2. DIAGNÓSTICO TÉCNICO

2.1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

O Estado do Rio Grande do Sul é dividido por 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. O Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Litoral, foi criado em 1991, e é composto por vinte e um municípios: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá.

Quase todos os municípios, com exceção de Mostardas, pertencem à Aglomeração Urbana do Litoral. O COREDE também tem sua área coincidente com a Região Funcional 4 do Estado. Todos os municípios, mais o município de Santo Antônio da Patrulha, pertencem também a AMLINORTE – Associação dos Municípios do Litoral Norte.

FIGURA 01
Corede Litoral



Fonte: Perfil Socioeconômico – COREDE LITORAL – Governo do Estado do RS



2.1.1. ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS

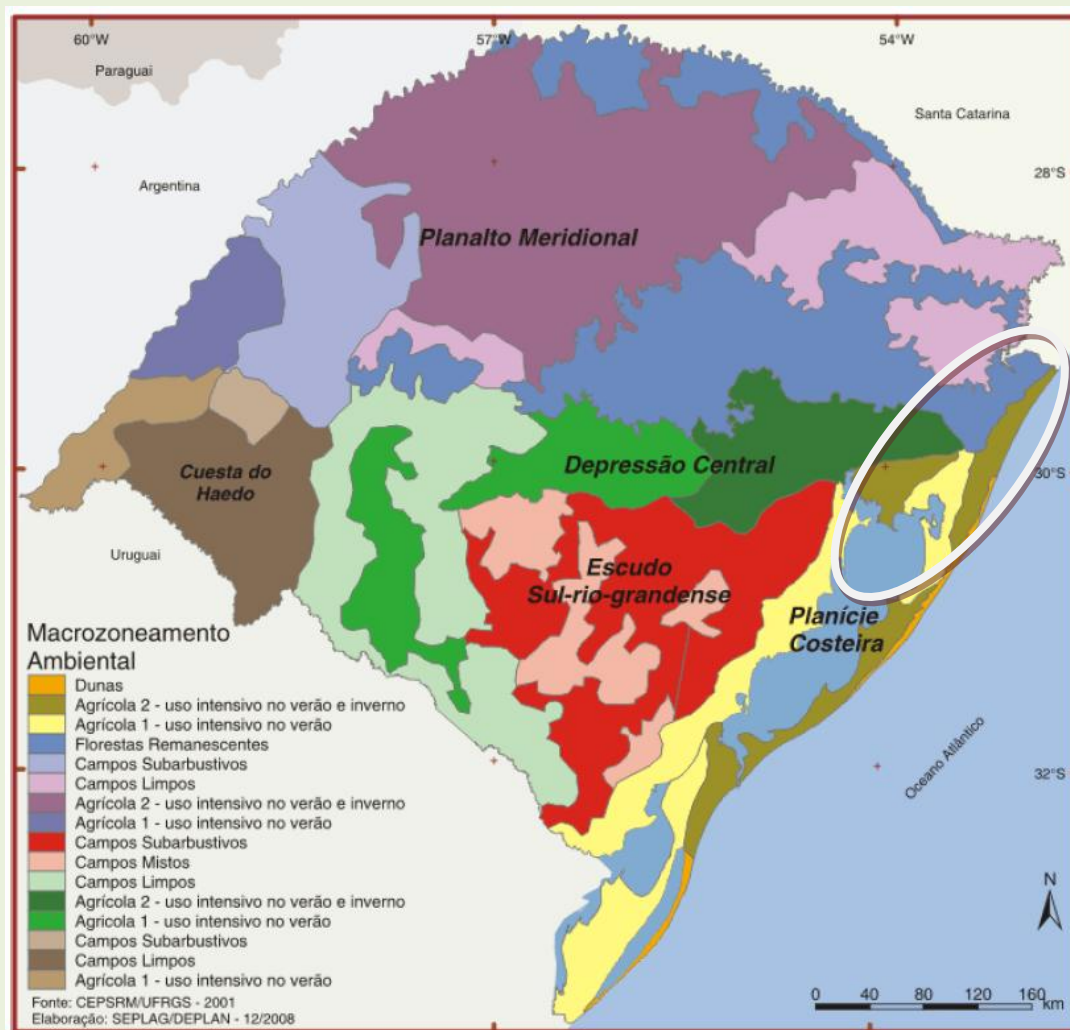
Bioma e Macrozoneamento Ambiental

Dos seis grandes biomas brasileiros o Estado do Rio Grande do Sul possui em seu território o bioma Pampa e Mata Atlântica. A área do COREDE Litoral está em grande parte inserida no Bioma Pampa, mas apresenta ao norte a incidência de uma faixa de Bioma Mata Atlântica.

O Macrozoneamento Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul divide o território em cinco macrozonas: Planalto, Cuesta do Haedo, Depressão Central, Escudo Rio-Grandense e Planície Costeira. O Litoral Norte se caracteriza como Planície Costeira que são “áreas de depósitos arenosos e cordões de dunas; lagoas e lagunas; zona agrícola de uso intensivo de verão e zona agrícola de culturas diversificadas”.

FIGURA 02

Macrozoneamento Ambiental do RS e Corede Litoral

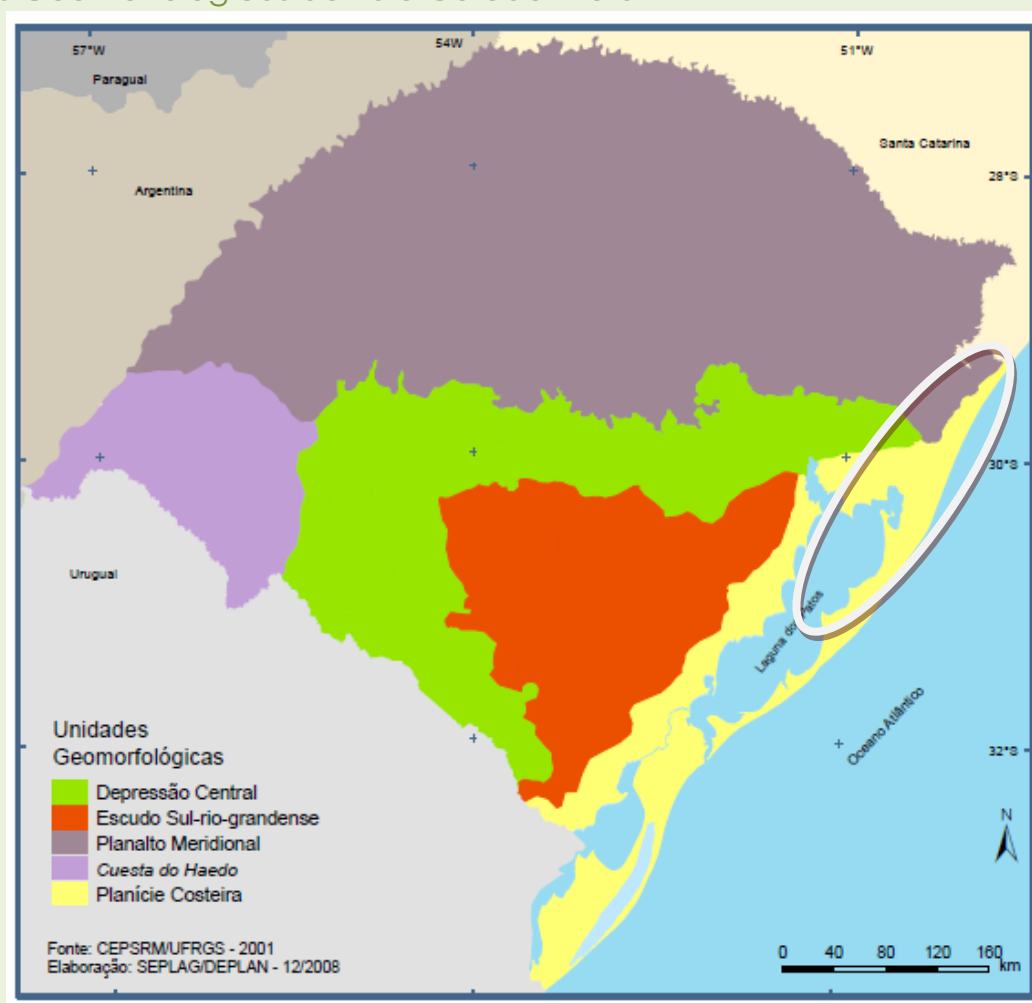


Fonte: CEPSRM/UFRGS citado por Atlas Socioeconômica do RS, 2008.

Geologia e Geomorfologia

Unidades Geomorfológicas são definidas como um arranjo de formas altimétrica e fisionomicamente semelhantes em seus diversos tipos de modelados. Cada unidade geomorfológica evidencia seus processos originários, formações superficiais e tipos de modelados diferenciados dos demais. O comportamento da drenagem, seus padrões e anomalias são tomados como referencial à medida que revelam as relações entre os ambientes climáticos atuais ou passados e as condicionantes litológicas ou tectônicas. A leste do Estado, região litorânea, está a Planície Costeira que teve sua formação do período Quaternário da era Cenozóica, a mais recente da formação da terra. Corresponde a uma faixa arenosa de 622 km, com grande ocorrência de lagunas e lagoas, entre as quais se destacam a Laguna dos Patos e Mirim. Planícies são conjuntos de formas de relevo planas ou suavemente onduladas, em geral posicionadas a baixa altitude, e em que processos de sedimentação superam os de erosão. (Manual Técnico de Geomorfologia – IBGE)

FIGURA 03
Unidades Geomorfológicas do RS e Corede Litoral



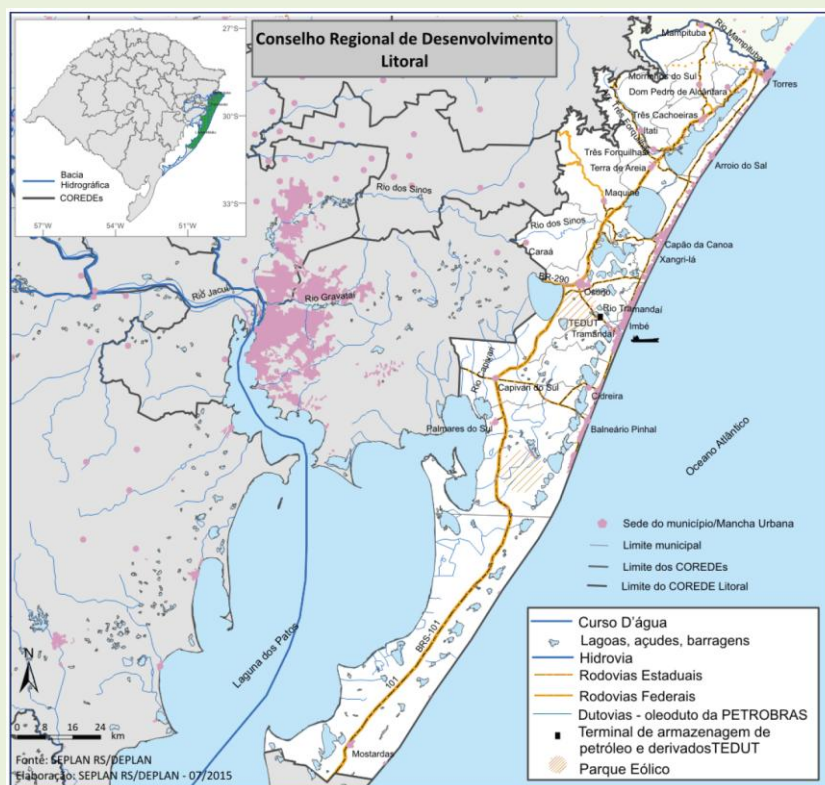
Fonte: SPGG RS

Hidrografia e Bacias Hidrográficas

Segundo o Perfil Socioeconômico realizado pelo Governo do Estado, o COREDE Litoral Apresenta boa disponibilidade de recursos hídricos, contando com uma malha hidrográfica superficial formada, na sua maior parte, por rios e arroios afluentes das sub-bacias dos rios Mampituba, Tramandaí e Litoral Médio, formadoras da Bacia Litorânea, além de grande número de corpos lacunares característicos do ambiente da Planície Costeira do sul do Brasil, conforme demonstrado na figura abaixo. Esses corpos d'água drenam o território, diluindo os despejos dos esgotos dos núcleos urbanos e das indústrias e agroindústrias locais, e recebem também contaminantes oriundos das atividades agrícolas na forma de resíduos de fertilizantes e agrotóxicos ligados em especial ao cultivo de arroz, assim como dejetos originários da criação de animais.

Este estudo também apresenta que um dos principais problemas ligados ao recurso água no COREDE Litoral diz respeito à qualidade da água dos mananciais e à balneabilidade das praias, principalmente nos meses de verão, quando a população, em alguns casos, chega a quadruplicar por conta da ocupação para o período de férias. O lançamento de esgotos domésticos sem tratamento nos corpos hídricos da Região e no mar contribui para a degradação dos mananciais e acaba por contaminar as praias, locais de contato direto da população. Nesse período de aumento da população na região há um aumento da demanda por recursos hídricos que coincide com a época de levante para as lavouras de arroz. Esse fato pode colaborar para a menor diluição dos poluentes lançados nos corpos hídricos.

FIGURA 04
Mapa da rede hidrográfica
do COREDE Litoral



Fonte: Perfil Socioeconômico –
COREDE LITORAL – Governo do
Estado do RS.

O COREDE Litoral tem seus municípios integrantes de três diferentes Bacias Hidrográficas: Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba, Rio Tramandaí e Litoral Médio.

A bacia hidrográfica do Rio Mampituba situa-se a nordeste do Estado do Rio Grande do Sul incluindo a área no extremo sul de Santa Catarina. Possui área de 698,65 Km² e população de 28.314 habitantes, atendendo os municípios gaúchos de Três Cachoeiras, Cambará do Sul, São Francisco de Paula, Morrinhos do Sul, Dom Pedro de Alcântara, Torres e Mampituba. Os principais cursos de água são os arroios Paraíso e Josafaz e os rios Pavão, Mengue e Mampituba. A irrigação do arroz, o turismo e a pesca são os principais usos da água nesta bacia.

A Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí esta localizada a nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Possui área de 3.144,84 km² e população estimada em 220.296 habitantes, sendo que na época do veraneio esta população chega a 580.212 habitantes. Atende municípios como Capão da Canoa, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Maquiné, Osório, Torres, Tramandaí e Três Forquilhas. Apresenta uma sequencia de lagoas paralelas à linha de costa, interligadas entre si, embora ocorram pequenas lagoas isoladas. Estes corpos hídricos estão limitados ao sul pela lagoa da Cerquinha e, ao norte, pela Lagoa da Itapeva, sendo que da escarpa da Serra Geral nascem os principais tributários que são o rio Cardoso, Três Forquilhas e Maquiné. Os principais usos de água na bacia se destinam a irrigação e abastecimento público.

E por último, a Bacia Hidrográfica do Litoral Médio está localizada a leste do Estado do Rio Grande do Sul. Possui área de 6.108,03 km², atendendo municípios como Balneário Pinhal, Capivari do Sul, Cidreira, Mostardas e São José do Norte, com população estimada em 67.838 hab. Esta bacia é caracterizada por diversas lagoas sendo que, algumas interligadas entre si. O principal uso da água na bacia está destinado a irrigação. O grau de urbanização e a densidade demográfica na região são baixos. A fragilidade para manutenção da água doce na bacia do Litoral Médio é grande, pela influência oceânica, podendo acarretar problemas de restrição de uso pela intrusão salina através da Laguna dos Patos.

Climatologia

O Clima é um conjunto de estados de tempo meteorológico que caracteriza uma determinada região durante um grande período de tempo, incluindo o comportamento habitual e as flutuações, resultante das complexas relações entre a atmosfera, geosfera, hidrosfera, criosfera e biosfera (IBGE, 2004).

Os fatores climáticos tem influência fundamental na composição do ambiente e para a caracterização dos ecossistemas, servindo de apoio aos estudos da flora e fauna. As condições climáticas, em associação com os dados hidrológicos, auxiliam na previsão das enchentes e como indicadores no controle da poluição do ar.

O clima da região, bem como da maior parte do Estado do Rio Grande do Sul e sul de Santa Catarina se encontra incluso no tipo de clima Cfa ou subtropical úmido, segundo a classificação de Köppen utilizada por Moreno (1961). O clima Cfa se caracteriza por temperaturas médias no mês

mais quente, que superam 22° C, e por temperaturas médias, no mês mais frio, situadas entre -3 e 18° C..

No Rio Grande do Sul, a circulação atmosférica é frequentemente perturbada pela passagem de grandes descontinuidades de origem circumpolar (FP) em qualquer época do ano, seguida por ondas de frio do sistema anticiclônico móvel de origem polar. Quanto ao comportamento térmico, é considerado Clima Mesotérico Brando, apresentando inverno bastante sensível e possuindo pelo menos um mês com temperatura média inferior a 15° C.

Características Biológicas

Segundo o IBGE, o Corede Litoral apresenta na sua quase totalidade o território de vegetação com Influência Marinha (Restinga) com atividades agrárias das Áreas de Formação Pioneiras. Áreas de Formação Pioneiras são áreas ao longo do litoral, dos cursos de água e mesmo ao redor de depressões fechadas que acumulam água (pântanos e lagoas) onde se observa uma vegetação campestre herbácea lenhosa de terófitas, geófitas e às vezes hemicriptófitas, que são, por sucessão natural, substituídas por caméfitas e microfanerófitas. Trata-se, entretanto, de áreas pedologicamente instáveis, com sedimentos inconsolidados ou pouco consolidados, sob a influência de diferentes processos de acumulação. São identificadas áreas de influência marinha (“restingas”), fluviomarinhas (manguezal e campo salino) e fluvial (comunidades aluviais).

2.1.2. Aspectos histórico-culturais

A ocupação dos municípios litorâneos, como apontado no Planejamento Estratégico 2009/2010, com leitura feita em Strohaecker e Toldo Junior (2007), decorreria, nas últimas década, de um dos três tipos de processo: urbanização, industrialização e a exploração turística. Tal trabalho tomou como premissa que o litoral, região deste estudo, teve como fator preponderante para sua ocupação a urbanização.

Segundo o Artigo, Strohaecker e Toldo Junior (2007), destaca a ocupação da região inicialmente no “século dezoito com a colonização por açorianos, portugueses e africanos e, nos séculos posteriores, por alemães, italianos, poloneses, japoneses, entre outras etnias. No entanto, sua ocupação mais efetiva vai tomar vulto a partir do século vinte, quando a demanda por diferentes agentes impulsionará o crescimento econômico e demográfico”.

No quadro apresentado por Strohaecker e Toldo Junior (2007), identifica as fases de desenvolvimento da urbanização na região de estudo, destacando-se as diversas funções exercidas ao longo do tempo e a valorização diferenciada dos elementos referenciais da sociedade e da natureza.

QUADRO 01

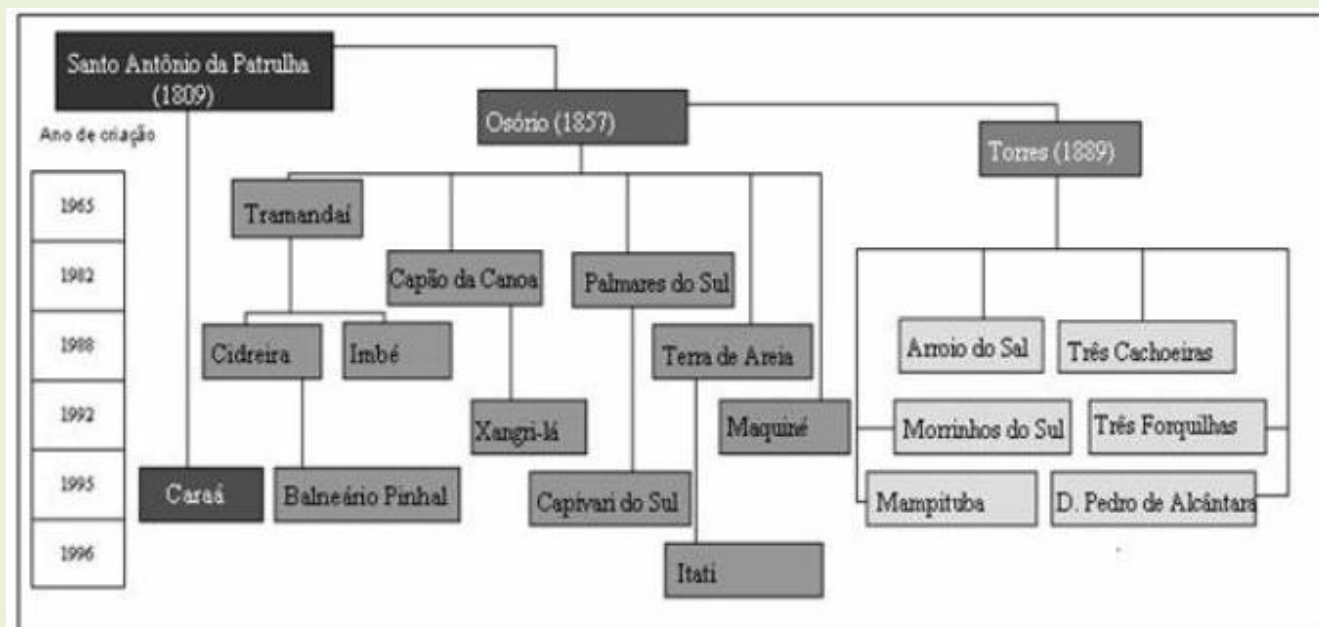
Fases de desenvolvimento da urbanização no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1732-2006)

FASES	FUNÇÕES	ELEMENTOS-SÍNTESE DA SOCIEDADE	ELEMENTOS-SÍNTESE DA NATUREZA
1732 – 1900	Sedes de estâncias e fazendas	Fazenda	Campos, lagoas e rios
1900 – 1940	Balneários para fins terapêuticos	Hotéis	Mar
1940 – 1980	Balneários para fins de segunda residência	Chalés de madeira e casas de alvenaria	Mar e Praia
1980 - 2006	Cidades	Condomínios verticais e horizontais	Mar, praia e lagoas

Fonte: (STROHAECKER; TOLDO JUNIOR, 2007)

De acordo com Strohaecker e Toldo Junior (2007), conforme figura abaixo, “as emancipações ocorridas na região nas últimas duas décadas, (...), induziram o crescimento dos fluxos migratórios para as cidades litorâneas, ampliando a demanda por bens e serviços. Por outro lado, o setor imobiliário de grande porte tem investido na região em loteamentos e condomínios horizontais para um mercado de média e alta renda, para fins de lazer e recreação durante todo o ano”.

FIGURA 05
Evolução política dos municípios do Litoral Norte



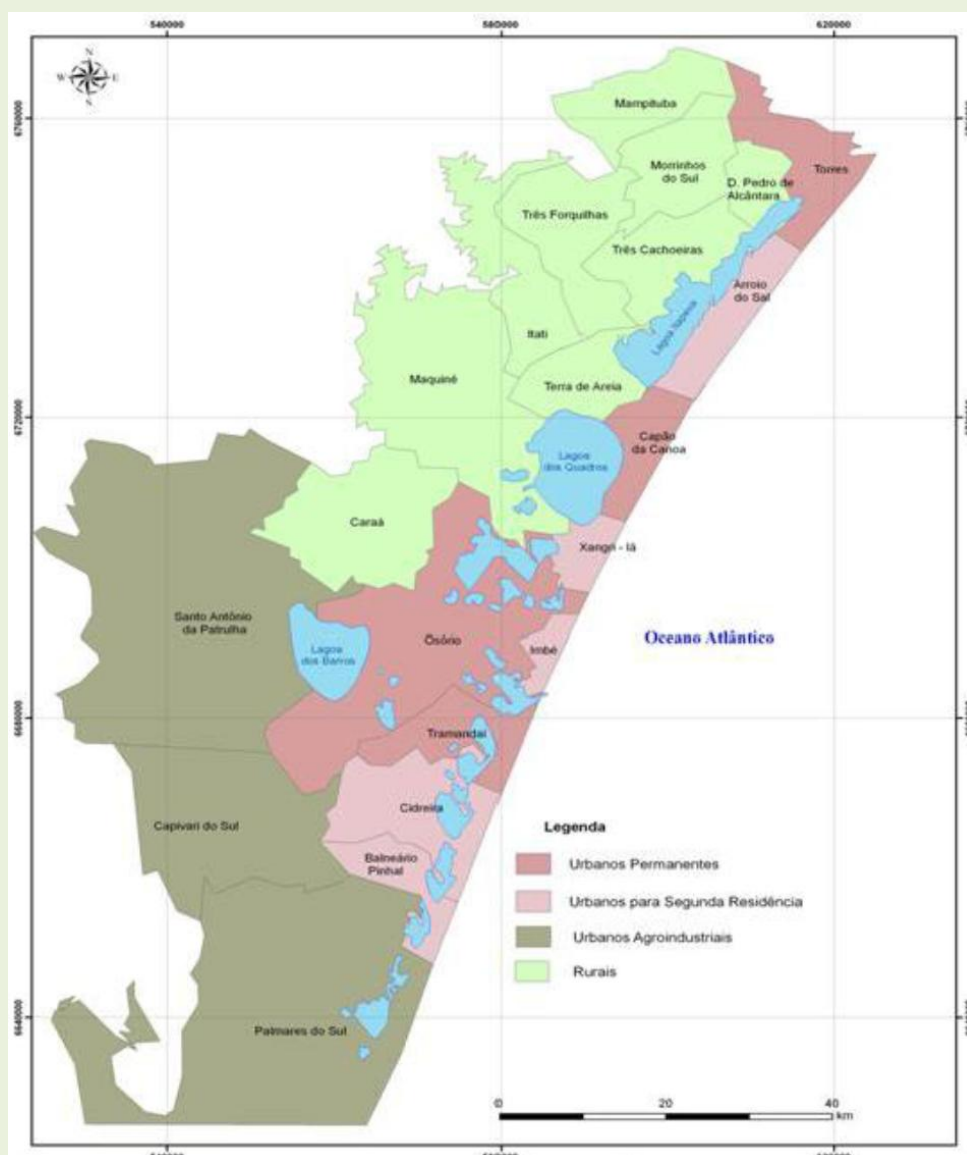
Fonte: (STROHAECKER; TOLDO JUNIOR, 2007)



Strohaecker e Toldo Junior (2007), destaca que a região tornou-se foco de empreendimentos, especialmente no setor de serviços de pequeno e médio porte não especializado. “Nos últimos anos, grandes empresas de caráter regional também têm se estabelecido nos polos de centralidade de Capão da Canoa, Osório, Torres e Tramandaí, além de se destacarem investimentos de grande porte como a implantação de parques eólicos”.

De acordo com Fujimoto; Strohaecker; Kunst; Ferreira, 2005 apud Strohaecker e Toldo Junior (2007), “a região apresenta quatro perfis socioeconômicos de municípios: os urbanos permanentes, os urbanos para fins de segunda residência, os urbanos agroindustriais e os rurais”.

FIGURA 06
Classificação dos municípios por perfis socioeconômicos



Fonte: (STROHAECKER; TOLDO JUNIOR, 2007)

2.2. DIMENSÃO DEMOGRÁFICA

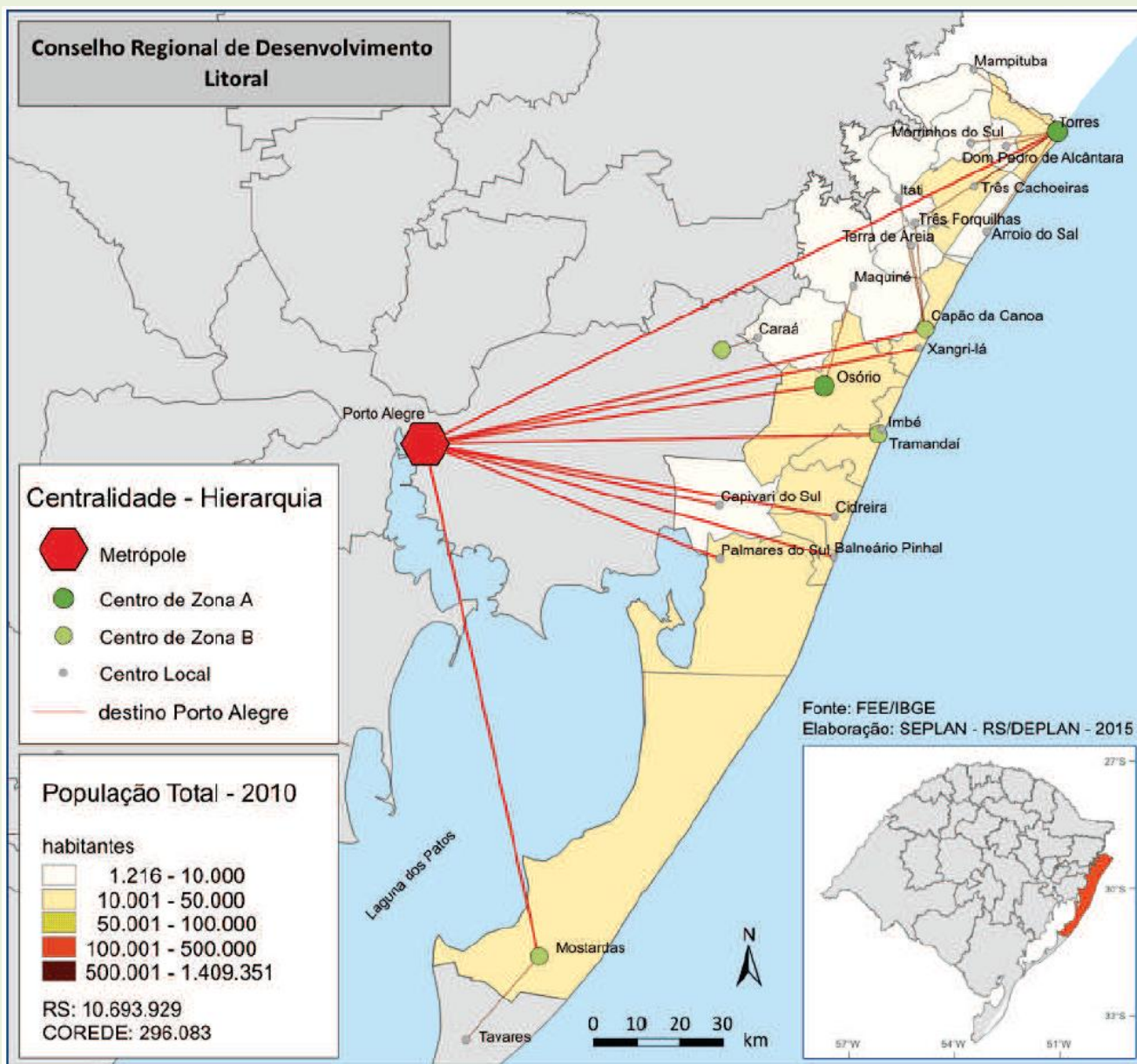
Recentemente a Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional lançou um importante estudo sobre os Perfis do COREDES gaúchos. Com dados do último censo do IBGE, é apresentado entre outros temas, a dinâmica demográfica da região do Litoral Este diagnóstico se utiliza deste estudo, completando-o quando necessário e aprofundando temas como a densidade demográfica.

Em 2010, o COREDE possuía uma população de 254.373 habitantes, 2,77% da população do Estado, com uma proporção de 86% em áreas urbanas e 14% em áreas rurais. Os municípios mais populosos eram Capão da Canoa, Tramandaí e Osório, com populações em torno de 40 mil habitantes. Em segundo plano, aparecem Torres, com 34.656 habitantes, e um grupo formado por Imbé, Cidreira, Xangri-lá, Mostardas, Palmares do Sul, Balneário Pinhal e Três Cachoeiras, com populações entre 10 e 20 mil habitantes. Os demais municípios são de menor porte, com populações abaixo de 10 mil habitantes. Esse COREDE apresenta a particularidade de que os municípios localizados próximos ao litoral, devido à procura pelo turismo de lazer, recebem um fluxo intenso de veranistas, entre os meses de dezembro a março, ocasionado um aumento substancial da população que chega a cerca de 1 milhão de habitantes.

Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ¹, a Região possui cinco Centros de Zona: Osório, Torres, Capão da Canoa, Imbé e Mostardas. Os demais municípios são classificados como Centros Locais. A maioria desses municípios é polarizada por Porto Alegre. Já os localizados ao norte da Região possuem uma maior ligação com Capão da Canoa – Terra de Arreia, Três Forquilhas e Itati – e Torres – Morrinhos do Sul, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras e Mampituba. O município de Caraá é polarizado por Santo Antônio da Patrulha, do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí.

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro. 2007.

FIGURA 07
Mapa da população total (2010) e hierarquia urbana (2007) no COREDE

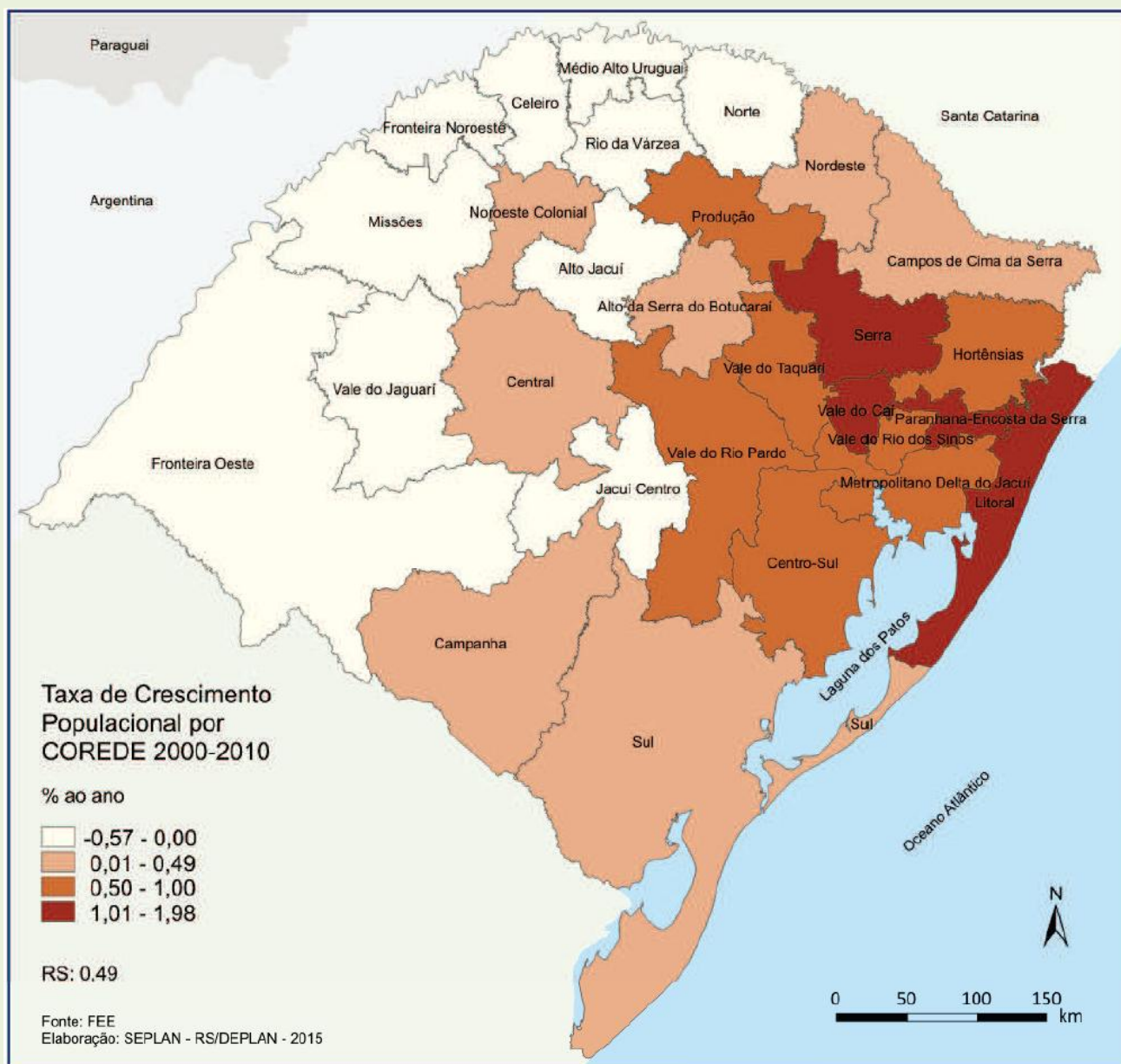


Fonte: Perfil Socioeconômico – COREDE LITORAL – Governo do Estado do Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul, com uma taxa de 0,49% a.a., foi o estado brasileiro cuja população teve o menor crescimento no período 2000-2010, com algumas regiões apresentando diminuição em suas populações. Observa-se, no território gaúcho, uma área que ocupa a fronteira norte, noroeste e parte do sul que se caracteriza pelo esvaziamento populacional, principalmente do setor rural. Em oposição, verifica-se uma concentração do crescimento populacional localizada no leste do Estado, conforme verificado na figura abaixo.

FIGURA 08

Mapa da Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, por COREDE 2000-10



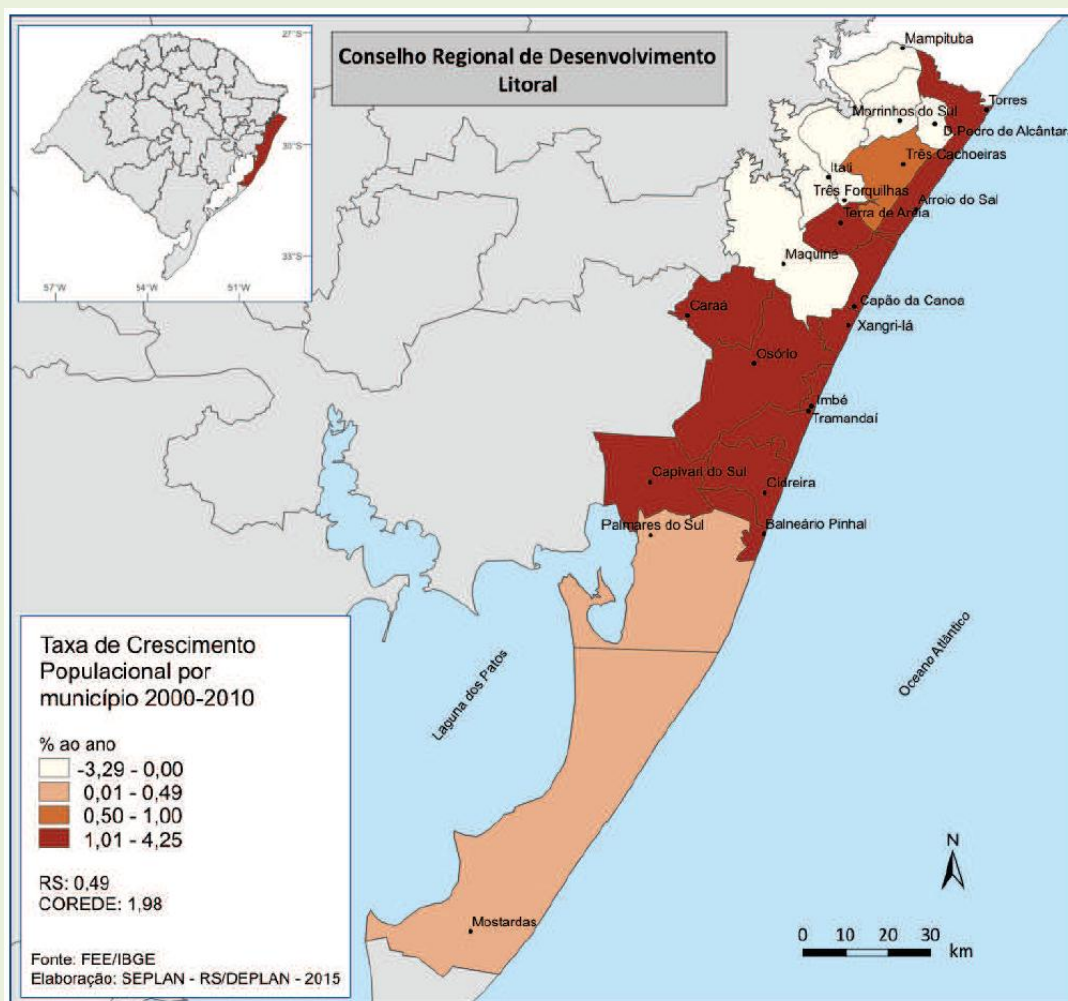
Fonte: Perfil Socioeconômico – COREDE LITORAL – Governo do Estado do Rio Grande do Sul

O COREDE Litoral está situado nessa área de maior concentração populacional e apresentou, no período 2000-2010, uma taxa média de crescimento demográfico de 1,98% ao ano, constituindo a maior taxa do Estado. Esse crescimento não é recente, pois a Região foi a segunda que mais cresceu também no período 1991-2000 e decorre, entre outros fatores, da criação de empregos ligados às atividades de comércio e serviços que se expandiram para atender ao turismo de lazer, além do dinamismo do segmento da construção civil.

Em relação ao crescimento populacional dos municípios, observa-se que a maior parte cresceu, no período 2000-2010, com taxas médias superiores à estadual, destacando-se Xangri-lá (4,25% a.a.), Arroio do Sal (3,91% a.a.), Balneário Pinhal (3,83% a.a.), Imbé (3,74% a.a.), Cidreira (3,61% a.a.), Capão da Canoa (3,26% a.a.), Tramandaí (2,97% a.a.), Capivari do Sul (2,27% a.a.), Terra de Areia (1,38% a.a.) Caraá (1,34% a.a.), Osório (1,25% a.a.), Torres (1,16% a.a.) e Três Cachoeiras (0,71% a.a.). Desses municípios, sete estão entre os dez que mais cresceram no Estado, em sua maioria localizados na orla marítima e apresentando alto grau de urbanização. Por outro lado, apresenta-se um grupo de seis municípios – Dom Pedro de Alcântara, Mampituba, Maquiné, Itati, Morrinhos do Sul e Três Forquilhas – com taxas negativas de crescimento. Estes se localizam junto à encosta do planalto e apresentam populações predominantemente rurais. A Figura abaixo mostra a taxa de crescimento populacional dos municípios do COREDE Litoral no período 2000-2010.

FIGURA 09

Mapa da Taxa Média do Crescimento Populacional COREDE Litoral 2000-10

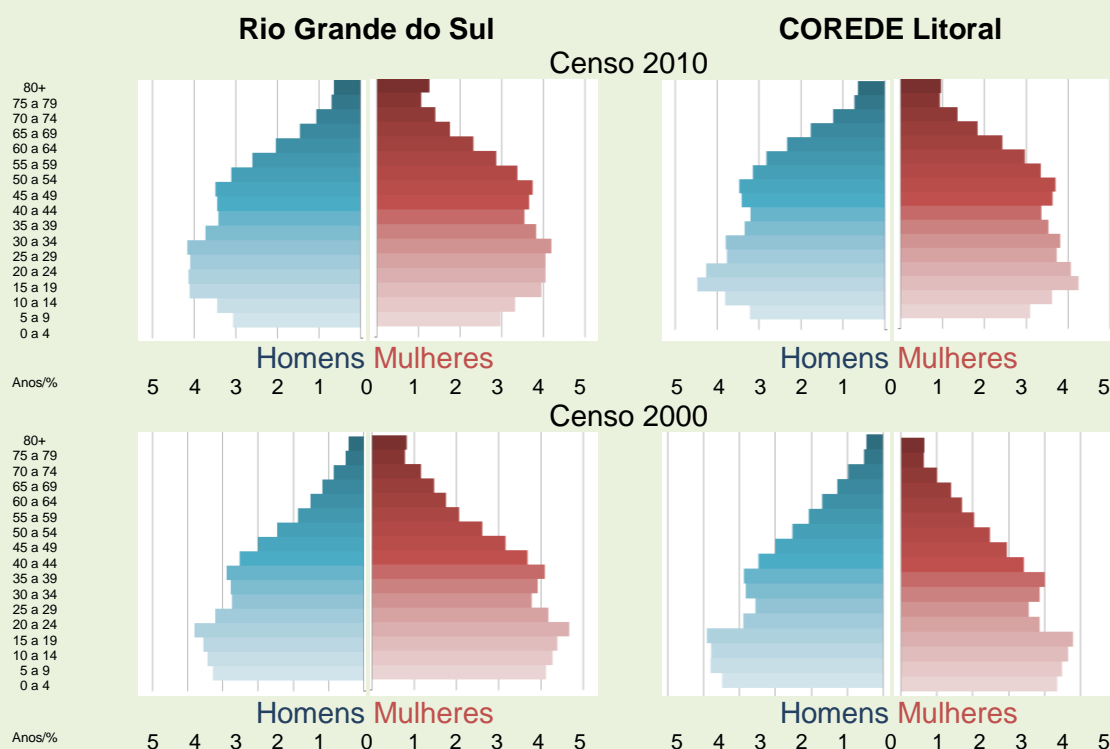


Fonte: Perfil Socioeconômico – COREDE LITORAL – Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os dados de migração, pesquisados pelo Censo de 2010, indicam o número de pessoas de cinco anos ou mais de idade que não residiam no município em 2005, informando a entrada e a saída de habitantes. No período 2005-2010, o COREDE Litoral apresentou um saldo migratório positivo de 18.333 habitantes, o maior saldo relativo entre as regiões. Os municípios que mais contribuíram foram Capão da Canoa, Imbé, Tramandaí, Balneário Pinhal, Xangri-lá, Cidreira e Arroio do Sal. Por outro lado, quatro municípios – Palmares do Sul, Torres, Três Forquilhas e Morrinhos do Sul – tiveram saldo migratório negativo.

Em relação ao comportamento da população por faixas etárias, o COREDE segue o padrão estadual. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o Estado vem sofrendo uma mudança na sua estrutura etária, ocorrendo uma menor proporção de crianças e jovens e uma maior participação de adultos e idosos na composição da população. Fatores como a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida contribuem para esse fenômeno. O Rio Grande do Sul possui a menor taxa de fecundidade entre os estados brasileiros e a quarta maior expectativa de vida do Brasil.

GRÁFICO 01 – Pirâmide etária



Fonte: FEE DADOS

De acordo com o mencionado anteriormente, no período 2000-2010, o COREDE Litoral seguiu o padrão estadual, com redução da primeira faixa etária e aumento das faixas de adultos e idosos. O diferencial é que a redução da faixa de 0 a 14 anos foi de apenas 2% no Litoral, a menor entre todos os COREDES, enquanto a média estadual foi de 16%. Já os aumentos das faixas de adultos e idosos foram as maiores do Estado, com, respectivamente, 27% e 73%, contra 10% e 36% do Estado. Esses números, aliados aos de crescimento populacional e deslocamento, indicam um fluxo de pessoas se

dirigindo para essa Região, ocasionado pela oferta de emprego. O aumento substancial de idosos reflete a migração de aposentados para essa Região.

Como consta do Perfil do COREDE Litoral, de acordo com Censo Demográfico 2010, o Estado vem sofrendo uma mudança na sua estrutura etária. Ao longo dos últimos 40 anos está ocorrendo uma menor proporção de crianças e jovens e uma maior participação de adultos e idosos na composição da população. O COREDE Litoral apresentou um crescimento na faixa etária acima de 65 anos maior que a média estadual. É importante considerar que uma população mais envelhecida nas próximas décadas implica inúmeros desafios à sociedade e ao poder público, principalmente nas questões relativas à saúde e à previdência.

2.3. DIMENSÃO AMBIENTAL

2.3.1. Estrutura organizativa municipal na área ambiental / Comitê de Bacia / Agenda 21

A presença de ecossistemas raros e diferenciados - o cordão de lagoas, as barreiras de dunas, os banhados, os contrafortes da Serra Geral e a reserva da biosfera da Mata Atlântica - vem sendo afetados pelo intenso e desordenado processo de urbanização que ocorre desde a década de 90, trazendo aos municípios do Litoral Norte gaúcho um cenário de grande desafio para a promoção da sustentabilidade no processo de urbanização e desenvolvimento da região. Traçar um panorama da capacidade de gestão ambiental dos municípios do Corede Litoral é o objetivo deste item do diagnóstico.

No âmbito da administração municipal optou-se pela sistematização dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (MUNIC) de 2015 relacionados aos temas da gestão ambiental e planejamento urbano. Buscou-se sistematizar nas informações da MUNIC os itens relacionados ao licenciamento ambiental municipal, a existência de base cartográfica digitalizada, a realização do cadastro ambiental rural. Também se entende importante para adequada gestão ambiental a verificação da existência dos instrumentos e estruturas do Planejamento Urbano disponibilizadas.

Recorre-se ainda, de forma complementar, à pesquisa realizada no ano de 2011 no âmbito do Instituto de Pós Graduação da Faculdade Cenecista de Osório FACOS e Instituto de Pós-graduação e Graduação (FACOS – IPOG), por Araujo, publicada na Revista Mirante e disponibilizada na internet. O estudo avalia a adequação e condições efetivas dos municípios não só para o processo de habilitação mas também para o exercício do licenciamento de impacto local. Ainda que os dados já estejam defasados da situação atual e que o universo da pesquisa se diferencie, posto que se realiza na escala territorial do AMLINORTE, o estudo aponta questões afetas a insuficiência das estruturas locais de gestão que são de grande importância para uma análise.

À época da pesquisa as exigências para a habilitação eram expressas por resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (COMSEMA) e referia especialmente à existência de legislação

ambiental própria disciplinando o licenciamento ambiental; à existência de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, para municípios com população superior a 20.000 habitantes e demais situações previstas na Constituição Estadual, ou Lei de Diretrizes Urbanas para os demais; e a existência de Plano Ambiental, aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMA, 2007). Além disto a resolução incluía questões referentes a estrutura e instrumentos de gestão como: a implantação de Fundo Municipal de Meio Ambiente; implantação e funcionamento de Conselho Municipal de Meio Ambiente, organização de órgão municipal do meio ambiente, com quadro de profissionais legalmente habilitados para a realização do licenciamento ambiental; e por último possuir servidores municipais com competência para o exercício da fiscalização ambiental.

Em que pese o processo de habilitação para o licenciamento ambiental ter sido extinto com a aprovação da LC 140/2011 que passa a reconhecer a competência municipal para o licenciamento de caráter local (cabendo ao COMSEMA apenas a definição do que venha a ser impacto local-resolução 269/2012), os indicadores pesquisados contribuem para avaliar a real capacidade de gestão ambiental dos municípios.

Segundo os dados da MUNIC 2015 a quase totalidade dos municípios do Corede Litoral exercia em 2015 o licenciamento ambiental de caráter local, excetuando-se apenas Cidreira e Mostardas. Entretanto, quando consideradas informações que se relacionam direta ou indiretamente com os critérios antes exigidos para habilitação, verificamos que dos 21 municípios que integram o COREDE Litoral, 6 ainda não possuem legislação específica sobre zoneamento ambiental, 8 não possuem qualquer legislação sobre estudo de impacto ambiental, apenas 5 dizem possuir base cartográfica digitalizada do território e apenas 4 elaboraram o cadastramento ambiental rural. Embora a MUNIC 2015 não apresente dados em relação aos instrumentos de gestão ambiental – Conselho e Fundo Municipal, a pesquisa de 2011 já demonstrava que a totalidade dos municípios haviam implantado o Conselho de Meio Ambiente e apenas um município não havia instituído o Fundo.

Em relação aos indicadores da área de planejamento e gestão urbano (tema diretamente relacionado com a questão ambiental) verifica-se que a totalidade dos municípios conta com Plano Diretor, sendo que apenas Torres tem plano elaborado antes do EC (em 1995). Perímetro urbano, instrumentos reguladores de uso e ocupação do solo e o parcelamento do solo são legislações existentes também para todos os municípios, ou inseridos no Plano Diretor ou regulados por lei específica. Em relação aos instrumentos do Estatuto da Cidade grande parte aparece inserido nos planos diretores municipais, mas a Munic não pesquisa sobre sua regulamentação – condição necessária para a sua aplicação, fragilizando a informação.

O quadro permite identificar que, em relação a existência de legislação, no âmbito da gestão urbana os municípios, aparentemente, estão instrumentalizados, enquanto existe uma maior fragilidade nos instrumentos da gestão ambiental.

Em termos de estrutura administrativa a Munic só informa sobre a área do planejamento urbano. Dos 21 municípios que compõem o Corede Litoral, 9 tem secretaria exclusiva tratando da matéria, 3 tem secretaria associada a outra pasta, 6 tem o tema tratado dentro de setor subordinado

a outra secretaria, e 2 municípios informam não ter estrutura – Itati e Três Forquilhas. Chama atenção que dentre os 4 municípios de maior porte populacional, Osório tem apenas um departamento tratando do planejamento urbano.

Na pesquisa realizada em 2011 foram levantadas informações para avaliação das estruturas existentes nos municípios na área da gestão ambiental. À época, a organização de órgão municipal do meio ambiente era o quesito que apresentava maiores dificuldades de cumprimento, pois na maior parte dos municípios não havia composição de um quadro técnico multidisciplinar. A questão da fiscalização era o outro maior entrave mencionado referente à insuficiência das estruturas administrativas.

A Agenda 21 é outro importante instrumento a ser avaliado posto que extrapola o âmbito da instituição pública chamando a sociedade em geral para participar das questões ambientais. Ainda segundo informações da MUNIC 2015, a Agenda 21 foi elaborada e está sendo implementada em apenas um município – Caraá. Em Capão da Canoa e Torres foi realizada a etapa de sensibilização da sociedade para sua elaboração. Caraá é portanto o único município que tem o Fórum da Agenda 21 instituído e efetivamente se reunindo.

Os COMITÊS de Bacias – órgãos colegiados instituídos oficialmente pelo Governo do Estado, são formados majoritariamente por representantes da sociedade e usuários das águas. Considerados como verdadeiros “parlamentos das águas”, sua função é discutir e deliberar sobre os assuntos de interesse comum aos diversos usuários da água de uma bacia hidrográfica (Plano da bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí).

De modo geral, os Comitês apresentam estrutura de composição bastante similar para as 3 bacias integrantes do Corede Litoral, variando o número e a representatividade de mesmos segmentos. O Comitê da Bacia do Rio Tramandaí foi a primeira a ser instituída através do decreto Estadual 39.637 de 1999 e alterada pelo decreto 43.283 de 2004. O Comitê da Bacia do Litoral Médio criada através do decreto estadual 45.460 de 2008, sendo o comitê da bacia do Rio Mampituba a última a ser instituída – sua constituição foi dada pelo decreto 49.834 e data de novembro de 2012.

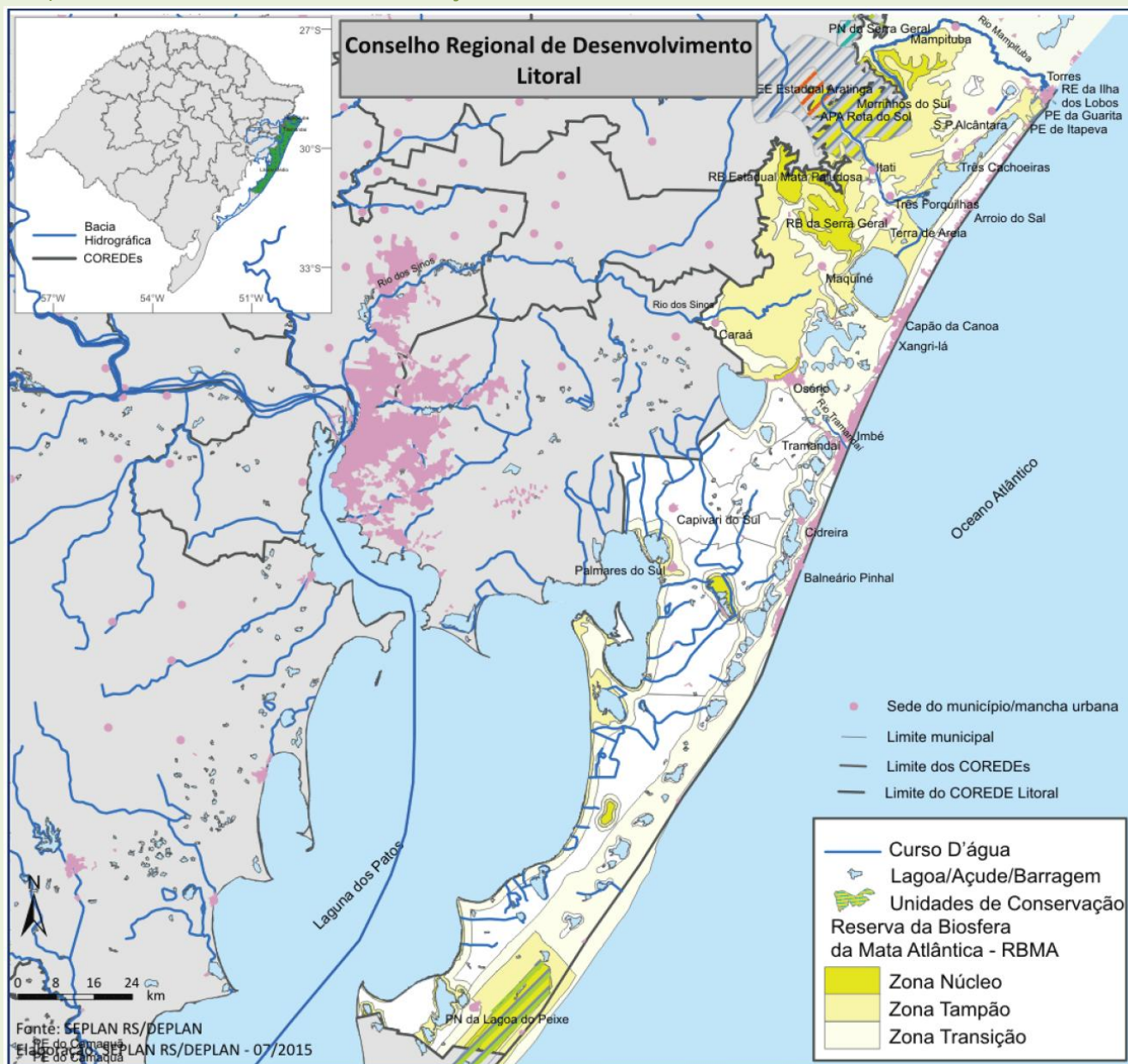
O comitê de bacia do rio Tramandaí disponibiliza em seu site o material produzido nos anos de 2004 e 2005 correspondentes as etapas A (diagnóstico) e B (enquadramento) do processo de elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica. Não se tem informação sobre a etapa C que corresponde ao Programa de Ações.

2.3.2. Áreas Protegidas, Problemas e Potencialidades Ambientais Relevantes

O COREDE conta com importantes unidades de conservação federais, estaduais e municipais conforme se visualiza no mapa seguinte. No estudo realizado pelo Governo do Estado e que deu origem ao Perfil dos COREDES, observa-se uma preocupação para que a região conserve e recupere a vegetação das encostas de morros e das matas ciliares para proteger o solo da erosão e a rede de drenagem superficial. Também é reconhecida a necessidade de preservação e recuperação dos resquícios de Mata Atlântica e de ambientes de dunas, banhados e restingas da Região por meio da

criação ou manutenção de áreas de pesquisa, de parques e reservas naturais e de áreas indígenas, bem como de áreas turísticas, pois todas estas unidades, quando bem geridas, promovem a preservação ambiental.

FIGURA 10
Mapa das unidades de conservação do COREDE Litoral



Fonte: Perfil Socioeconômico – COREDE LITORAL – Governo do Estado do RS

Quanto aos registros de desastres naturais destacam-se a ocorrência de vendavais ou ciclones e de inundações bruscas em praticamente todos os municípios no período de 1991 a 2010, com destaque para Maquiné e Três Forquilhas, com sete eventos registrados de inundações bruscas. No total do período foram 46 eventos de vendaval e ciclones (no RS, 654) e 47 de inundações bruscas

(no RS 832). Ocorreram em menor proporção eventos de estiagem e seca (7 eventos), inundações graduais (7 eventos) e granizo (5 eventos).

No estudo realizado para a elaboração do Atlas Socioeconômico de 2008 foram relacionados problemas a partir da estrutura da Bacia Litorânea como segue:

- I. Despejo de efluentes domésticos sem tratamento nos corpos d'água afetando inclusive as condições de balneabilidade do mar e lagoas costeiras;
- II. Despejo de efluentes industriais e agroindustriais nos principais cursos d'água;
- III. Poluição do ar por fontes fixas;
- IV. Manejo inadequado de resíduos sólidos urbanos e industriais, principalmente em relação a disposição final;
- V. Expansão de monocultivos florestais;
- VI. Desmatamento, alteração de cursos d'água, remoção de camadas de solo e desagregação de material rochoso por atividades mineradoras;
- VII. Alteração da morfologia litorânea por práticas de eliminação de dunas móveis e fixas pela ocupação urbana ou atividade mineradora de areia;
- VIII. Desmatamento de áreas de banhados e de cursos d'água pela lavoura irrigada, prejudicando outros usos;
- IX. Contaminação do solo e da água por agrotóxicos e insumos químicos;
- X. Enchentes e estiagens periódicas e
- XI. Transporte de carga perigosa.

Ainda no Perfil do COREDE, observamos duas questões que foram destacadas como de atenção especial, relacionadas com a questão ambiental:

- I. Baixos indicadores de saneamento básico: o lançamento de esgotos domésticos sem tratamento nos corpos hídricos da Região e no mar contribui para a degradação dos mananciais e acaba por contaminar as praias, locais de contato direto da população;
- II. Fragilidades ambientais: a especulação imobiliária e a ocupação desordenada do solo urbano contribuem para a degradação dos ambientes costeiros e dos recursos hídricos. É importante para a Região a promoção da recuperação da vegetação das encostas de morros, das matas ciliares, para proteger o solo da erosão, e da rede de drenagem superficial.

2.4. DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL

2.4.1. Equidade

Para este trabalho, entende-se o conceito de equidade de Amartya Sen², que não restringe a equidade a igualdade de utilidades marginais ou igualdade de rendimentos, mas sim, entende a equidade como a igualdade de capacitações básicas. Como apresenta Daniele Neuberger da UFSM, As capacitações são vistas pelo autor como uma “ponte” entre a renda de determinada pessoa e o bem-estar, que é o que ela pode realizar. Esta abordagem, portanto, respeita a diversidade entre as pessoas: uma vez que as pessoas possuem uma série de heterogeneidades entre si, o conjunto de capacitações de cada uma é diverso.

Para tentarmos mensurar a equidade no COREDE, partimos de um conjunto de dados existentes e relacionados a igualdade (ou desigualdade) de renda. Primeiramente avaliamos o percentual da renda total apropriada pelos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico das distribuições dos indivíduos segundo renda domiciliar *per capita*. Por segundo, o mais conhecido índice de desigualdades - o Índice de Gini que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor é 0 quando não há desigualdade (a renda domiciliar *per capita* de todos os indivíduos tem o mesmo valor) e tende a 1 à medida que a desigualdade aumenta. Por último, o Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho – 18 anos ou mais, que mede a desigualdade de indivíduos de 18 anos ou mais de idade ocupados, segundo o rendimento de todos os trabalhos excluídos aqueles sem rendimento de trabalho. É o logaritmo da razão entre as médias aritméticas e geométricas do rendimento dos indivíduos, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre eles.

Renda apropriada pelos 10% mais ricos.

Quanto a renda apropriada pelo 10% mais ricos observamos que tanto o Estado do Rio Grande do Sul, como a média do COREDE, seguiu o tendência brasileira de diminuição dessa apropriação. Enquanto no Brasil e no Estado essa diminuição foi de 3 pontos percentuais (de 52 para 49% e de 46 para 47% respectivamente), no COREDE Litoral (média) essa diminuição foi mais tímida - de 2 pontos percentuais. Observamos também que, em 2010, a apropriação média nessa Região é menor que a do Brasil e Estado, sendo de 40% da renda apropriada por apenas 10% dos indivíduos.

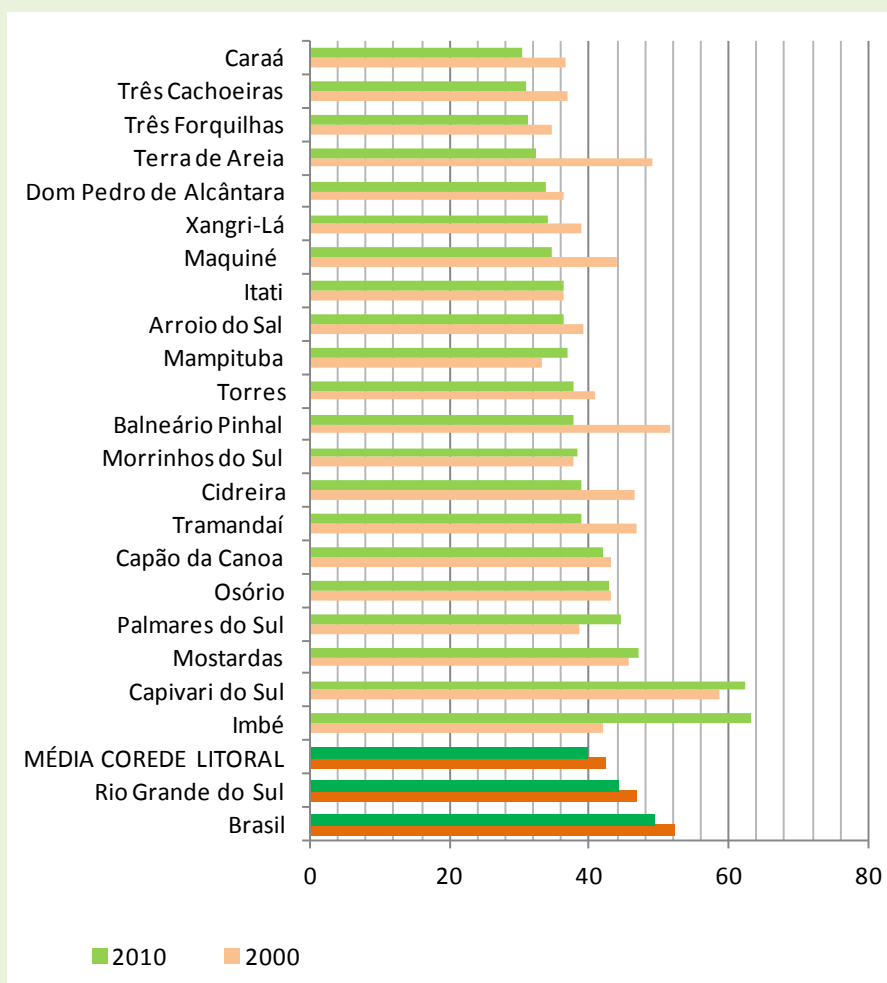
Analisando-se os dados para os municípios verifica-se que dos 21 municípios do COREDE, 6 tiveram uma tendência contrária a nacional e estadual, com aumento da apropriação da renda total pelos mais ricos, destacando-se Imbé (que aumentou em 21 pontos percentuais), seguido de Palmares do Sul (6 pontos), Capivari do Sul e Mampituba (4 pontos), Mostardas e Morrinhos do Sul (com 1,5 e 0,5 pontos). O restante dos municípios tiveram diminuição da renda apropriada pelos 10%

² Amartya Sen escritor e economista indiano. Foi laureado com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1998, pelos suas contribuições à teoria da decisão social e do "welfare state".

mais ricos, com destaque para Terra de Areia (diminuindo 17 pontos percentuais) e Balneário Pinhal (14 pontos).

Ainda sobre a apropriação da renda pelos 10% mais ricos, observamos que em 2010 os municípios que tiveram uma apropriação superior a do Estado do Rio Grande do Sul foram, do maior para o menor, Imbé, Capivari do Sul, Mostardas e Palmares do Sul. Os municípios que tiveram as menores apropriações foram Carará (30,5%), Três Cachoeiras (30,8%) e Três Forquilhas (31,1%).

GRÁFICO 02 Apropriação da Renda pelos 10% mais ricos



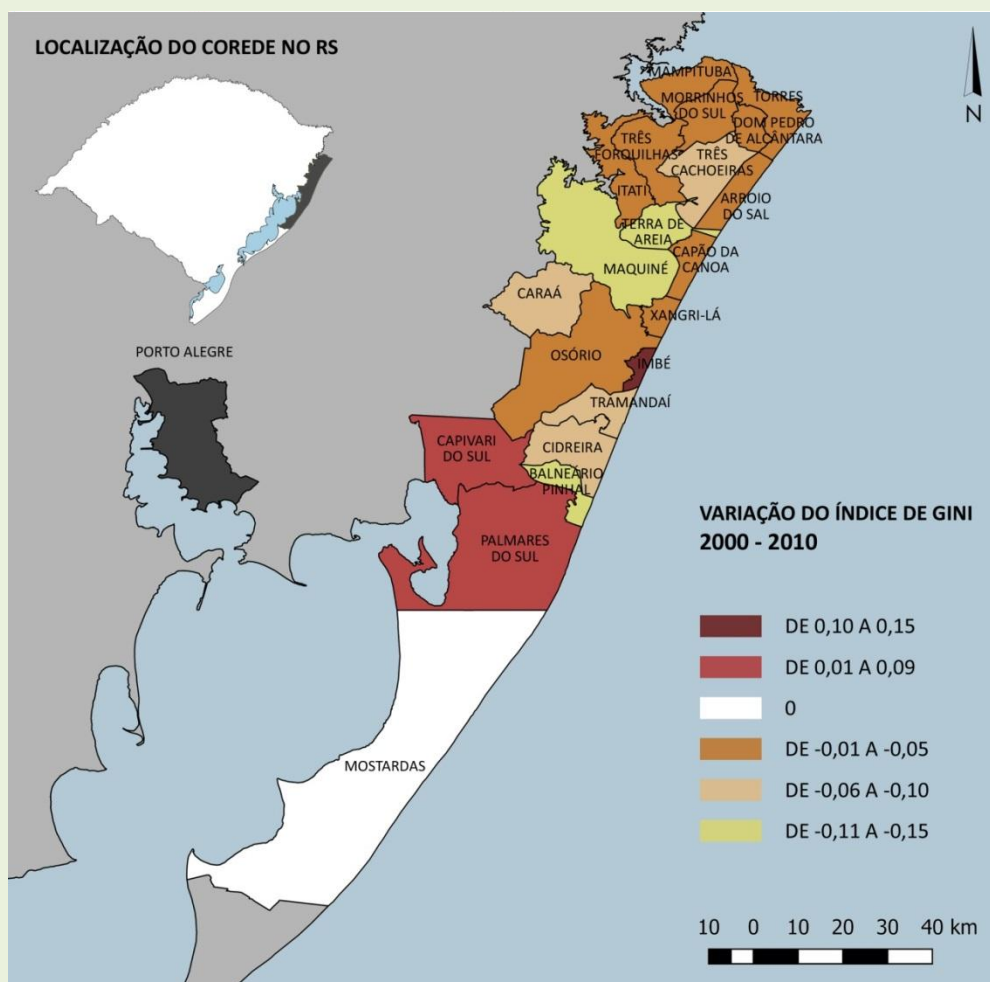
Fonte: Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Índice de Gini

Quando observamos a evolução (2000-10) do índice de Gini verifica-se que tanto no Brasil, como no Estado e na média do COREDE Litoral houve uma mesma diminuição (melhora da desigualdade) correspondente a 0,04. Dos municípios do COREDE, três tiveram um aumento (piora da desigualdade) neste período: Capivari do Sul passou de 0,65 para 0,68; Palmares do Sul passou de 0,52 para 0,53 e Imbé que teve o maior aumento, de 0,15 pontos – se igualando a Capivari do Sul como o município mais desigual do COREDE em 2010.

Em 2010 temos como os municípios com melhores índices (ou seja, mais baixos) Caraá (0,39), Três Forquilhas (0,41) e Dom Pedro de Alcântara, Maquiné, Terra de Areia e Xangri-lá, cada um o Índice de Gini igual a 0,43.

FIGURA 11
Mapa da
variação do
Índice de Gini
(2000 – 2010) do
COREDE Litoral



Fonte: PNUD, IPEA e FJP. Formulação: Latus Consultoria

TABELA 01
Índice de Gini

	ÍNDICE DE GINI (2000)	ÍNDICE DE GINI (2010)	Δ 2000/2010
BRASIL	0,64	0,6	-0,04
RIO GRANDE DO SUL	0,58	0,54	-0,04
MÉDIA COREDE LITORAL	0,52	0,48	-0,04

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Índice de Theil-L dos Rendimentos do Trabalho – 18 anos ou mais

Por último, analisamos os dados referente aos rendimentos próprios do trabalho. Como colocado, o Índice de Theil-L funciona em como o de Gini, quanto mais alta, maior a desigualdade – ou seja, pior é o índice.

O Corede Litoral apresentou menor redução do índice Theil-L no período 2000-10 correspondente a -0,08, enquanto Estado e a União reduziram em - 0,11 seu índice. Em 2010 o Índice do Brasil era de 0,51, o do Estado de 0,44 e a Média do COREDE era de 0,38. Analisados os municípios, os que apresentavam índices superiores ao RS em 2000 (0,55), eram - Capivari do Sul (0,84), Maquiné (0,58) e Terra de Areia. Em 2010, Capivari do Sul (0,94), Itati (0,47), Morrinhos do Sul e Mostardas (0,52) e Palmares do Sul (0,47) registravam índice superior ao RS (0,44). Estes mesmos cinco municípios apresentaram um aumento do índice (2000-10) demonstrando um agravamento da desigualdade. Os municípios analisados com menores índices eram Carará (0,26), Xangri-lá (0,27) e Terra de Areia (0,29).

TABELA 02

Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais

	ÍNDICE DE THEIL-L DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO - 18 ANOS OU MAIS (2000)	ÍNDICE DE THEIL-L DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO - 18 ANOS OU MAIS (2010)	Δ 2000/2010
BRASIL	0,62	0,51	-0,11
RIO GRANDE DO SUL	0,55	0,44	-0,11
MÉDIA COREDE LITORAL	0,46	0,38	-0,08

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

O quadro abaixo busca sistematizar aqueles municípios que foram os cinco melhores e os cinco piores colocados de cada índice. Destaca-se a primeira colocação de Carará em todos os índices, ou seja, este município é aquele que nas três análises realizadas obteve o melhor resultado (a menor desigualdade). Como pior destaque, encontra-se Capivari do Sul que apareceu entre os dois piores na apropriação da renda e Índice de Gini e o pior no Índice de Theil-L do trabalho.

Embora seja importante analisarmos o comportamento dentro do COREDE, é importante destacarmos que nas três análise a Média dos municípios do COREDE Litoral esteve menor que o Estado, ou seja, mesmo com alguns municípios mais desiguais, a região possui dados melhores que o do estado e em grande maioria seus municípios melhoraram estes índices de 2000 a 2010.

TABELA 03
5 melhores e 5 piores nos índices analisados

	APROPRIAÇÃO DOS 10% MAIS RICOS	ÍNDICE DE GINI	ÍNDICE DE THEIL-L TRABALHO
CAPIVARI DO SUL	20°	20°	21°
CARAÁ	1°	1°	1°
DOM PEDRO DE ALCÂNTARA	5°	5°*	15°
IMBÉ	21°	21°	10°
MAQUINÉ	7	5°*	4°
MOSTARDAS	19°	19°	20°
OSÓRIO	17°	17°	16°
PALMARES DO SUL	18°	18°	18°
TERRA DE AREIA	4°	4°	3°
TRÊS CACHOEIRAS	2°	2°	11°
TRÊS FORQUILHAS	3°	3°	6°
XANGRI-LÁ	6°	5°*	2°

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

* Em 5º lugar há um empate.

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2010, apenas dois municípios do COREDE possuíam renda per capita média superior em relação à média do Estado (R\$ 959,24): Imbé (R\$ 1.359,66) e Capivari do Sul (R\$ 1.196,47). Osório (R\$ 957,94), Capão da Canoa (R\$ 884,47) e Torres (R\$ 853,62) também se destacavam. Mampituba (R\$ 456,27), Três Forquilhas (R\$ 489,32) e Caraá (R\$ 490,65) detinham os piores valores do COREDE e alguns dos piores do Estado.

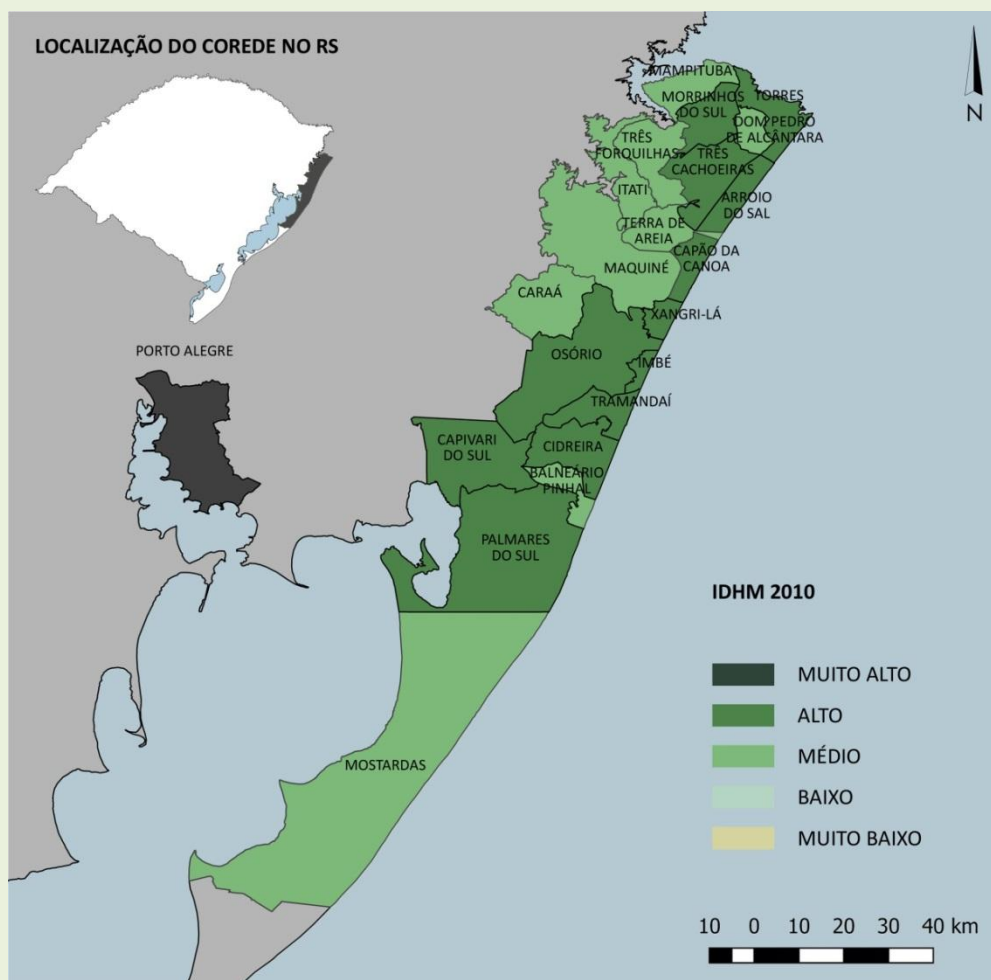
2.4.2. Qualidade de Vida

A qualidade de vida é um aspecto fundamental da cidadania. Sua mensuração não é fácil, mas podemos observar que cada vez mais surgem novos indicadores sociais de qualidade de vida e bem estar da população. Para este trabalho utilizamos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) junto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Também utilizamos o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), produzido pela Fundação de Economia e Estatística do RS.

No mapa a seguir podemos observar o IDHM dos municípios do COREDE Litoral. Dos 21 municípios, 12 encontram-se no nível de desenvolvimento alto (IDHM entre 0,700 a 0,799) e 9 municípios estão no nível de médio desenvolvimento (IDHM entre 0,600 a 0,699). O Município com maior IDHM é Capivari do Sul (0,766), seguido de Imbé (0,764), Torres (0,762), Osório (0,751) e Capão da Canoas (0,743). Os municípios com menores IDHM são Mampituba (0,649), Caraá (0,652), Três

Forquilhas (0,662), Mostardas 0,664) e Itati (0,669). Importante destacar que a média dos municípios do COREDE Litoral ficou abaixo do IDHM do Estado, de 0,746 e abaixo do IDHM do Brasil, de 0,727.

FIGURA 12
Mapa do IDHM
2010 do COREDE
Litoral



Fonte: PNUD, IPEA e FJP. Formulação: Latus Consultoria

Assim como o Brasil e o Estado, todos os municípios do COREDE tiveram um IDHM em 2010 superior ao de 2000. Aqueles que tiveram o maior aumento foram Caraá (aumento de 28%), Mampituba (25%), Três Forquilhas (22%), Dom Pedro de Alcântara e Itati, com aumento de 21% cada. Brasil e Rio Grande do Sul cresceram 19 e 12% respectivamente.

O IDHM é dividido em três blocos, conforme consta em sua metodologia. O quadro abaixo apresenta o IDHM nos três diferentes blocos dos municípios analisados, Brasil e Rio Grande do Sul. Destaca-se em caractere roxo aqueles índice (em cada bloco) maiores que o do Rio Grande do Sul. Tachado em verde, destaca-se os cinco maiores índices de cada bloco, e em laranja os cinco piores índices de cada bloco. Osório (alto desenvolvimento) e Torres são os únicos que aparecem entre os cinco melhores nos três Blocos, por outro lado, Itati e Mampituba (ambos médio desenvolvimento) são os que aparecem entre os cinco piores nos três blocos do IDHM.



TABELA 04
IDHM por Blocos

	IDHM RENDA	IDHM LONGEVIDADE	IDHM EDUCAÇÃO
BRASIL	0,739	0,816	0,637
RIO GRANDE DO SUL	0,769	0,84	0,642
ARROIO DO SAL	0,74	0,844	0,649
BALNEÁRIO PINHAL	0,71	0,836	0,567
CAPÃO DA CANOA	0,756	0,852	0,637
CAPIVARI DO SUL	0,805	0,836	0,668
CARAÁ	0,661	0,83	0,505
CIDREIRA	0,73	0,848	0,625
DOM PEDRO DE ALCÂNTARA	0,697	0,82	0,577
IMBÉ	0,825	0,847	0,638
ITATI	0,692	0,827	0,524
MAMPITUBA	0,65	0,813	0,517
MAQUINÉ	0,695	0,88	0,519
MORRINHOS DO SUL	0,72	0,842	0,593
MOSTARDAS	0,701	0,849	0,493
OSÓRIO	0,769	0,853	0,646
PALMARES DO SUL	0,725	0,852	0,592
TERRA DE AREIA	0,699	0,829	0,565
TORRES	0,75	0,862	0,685
TRAMANDAÍ	0,727	0,842	0,606
TRÊS CACHOEIRAS	0,722	0,847	0,606
TRÊS FORQUILHAS	0,661	0,813	0,539
XANGRI-LÁ	0,74	0,852	0,63

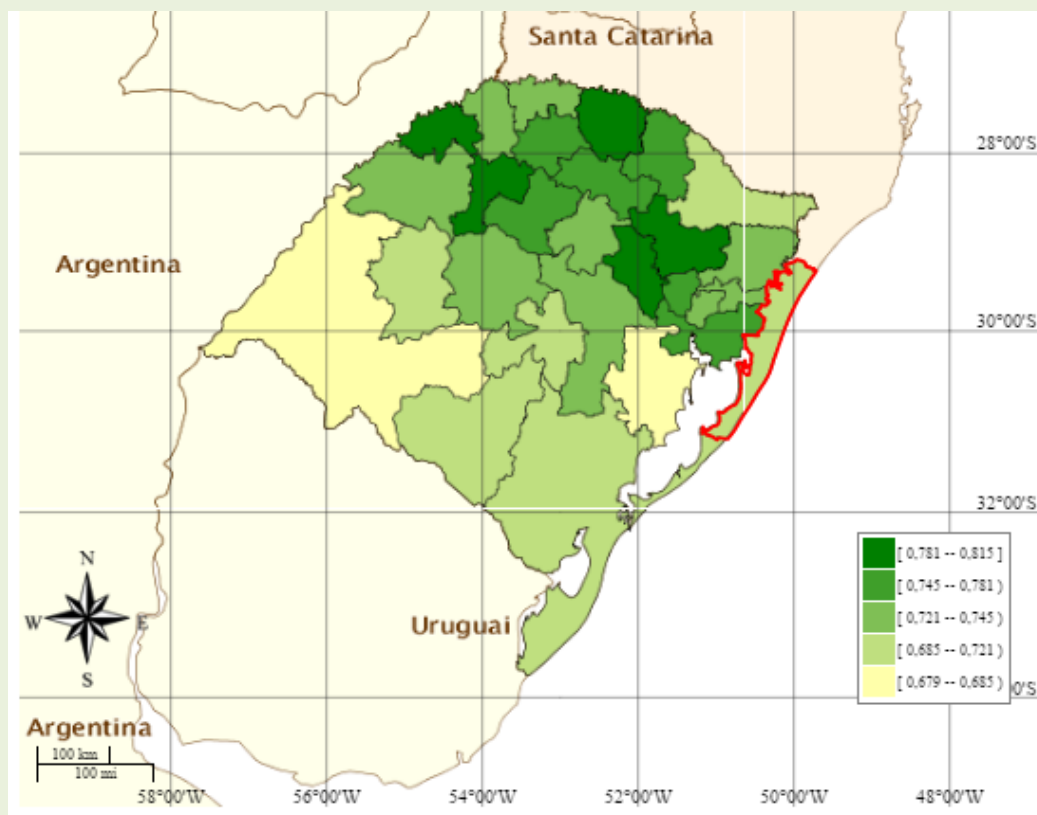
Fonte: PNUD, IPEA e FJP

O IDESE, formulado pela FEE, autarquia do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, traz a vantagem de sistematizar os seus dados também para os COREDEs. Dessa forma, podemos não só comparar os municípios na região, mas também o COREDE no contexto gaúcho. A desvantagem, também é justamente por ser realizado apenas para os municípios do Estado, perde-se uma comparação mais geral. Outra vantagem é que ele é produzido de ano-a-ano, podendo ser analisado de forma mais sistemática.

Podemos observar no mapa abaixo, que todos COREDEs do Estado estão da faixa acima de médio desenvolvimento (IDese entre 0,500 a 0,799), estando o COREDE Serra e Noroeste Colonial da faixa de alto desenvolvimento (IDese superior a 0,8000). Em 2013, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDese) do COREDE Litoral foi de 0,705, encontrando-se no Nível Médio de desenvolvimento e na vigésima terceira posição no ranking dos 28 COREDEs.



FIGURA 13
IDESE dos
COREDEs do
Estado



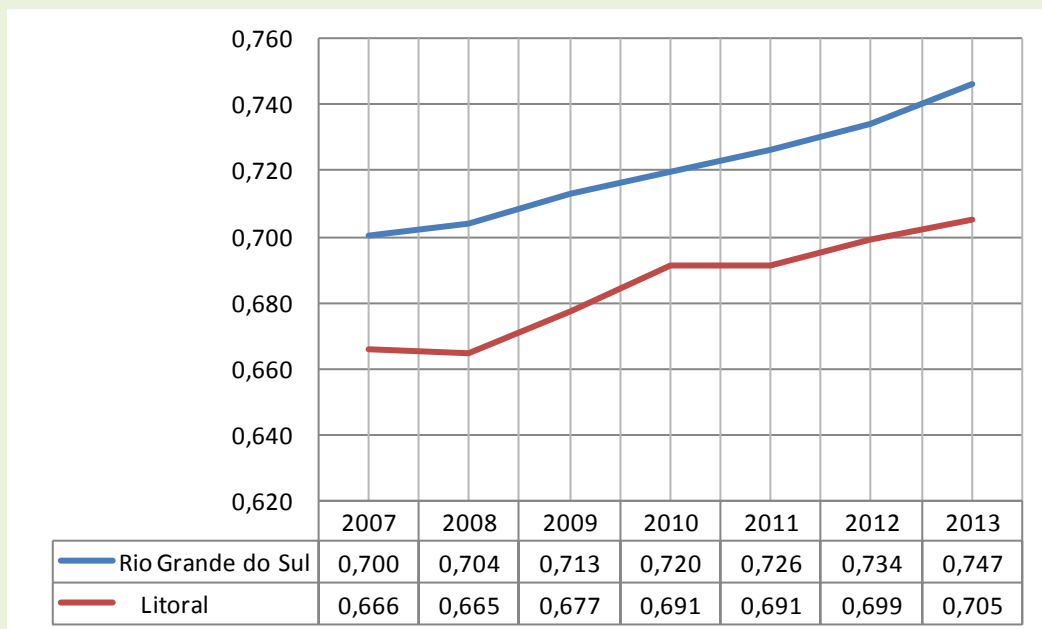
Fonte: FEE

Quanto a evolução do IDESE, podemos observar no gráfico abaixo que embora de 2007 a 2008 o COREDE Litoral teve uma pequena diminuição em seu índice, de apenas 0,001 ponto, no restante do período, de 2008 a 2013 COREDE teve a cada ano seu IDESE aumentado. Porém, devido a um índice superior dos demais 27 COREDES³ ou mesmo um maior aumento deles, o COREDE Litoral perdeu posição no ranking. Em 2007 era o 18º melhor IDESE do Rio Grande do Sul, e em 2013 é o 23º melhor. Em todos esse período de análise (sete anos) o IDESE do COREDE foi inferior ao COREDE do Rio Grande do Sul e cabe destacar que em todo período o COREDE Serra ficou na 1ª posição do Ranking, enquanto a última posição foi dividida entre o COREDE Centro-Sul e Fronteira Oeste.

³ Em 2007 não há dos dados para os COREDES Celeiro e Vale do Jaguari.



GRÁFICO 03
Série Histórica
IDESE COREDE
Litoral



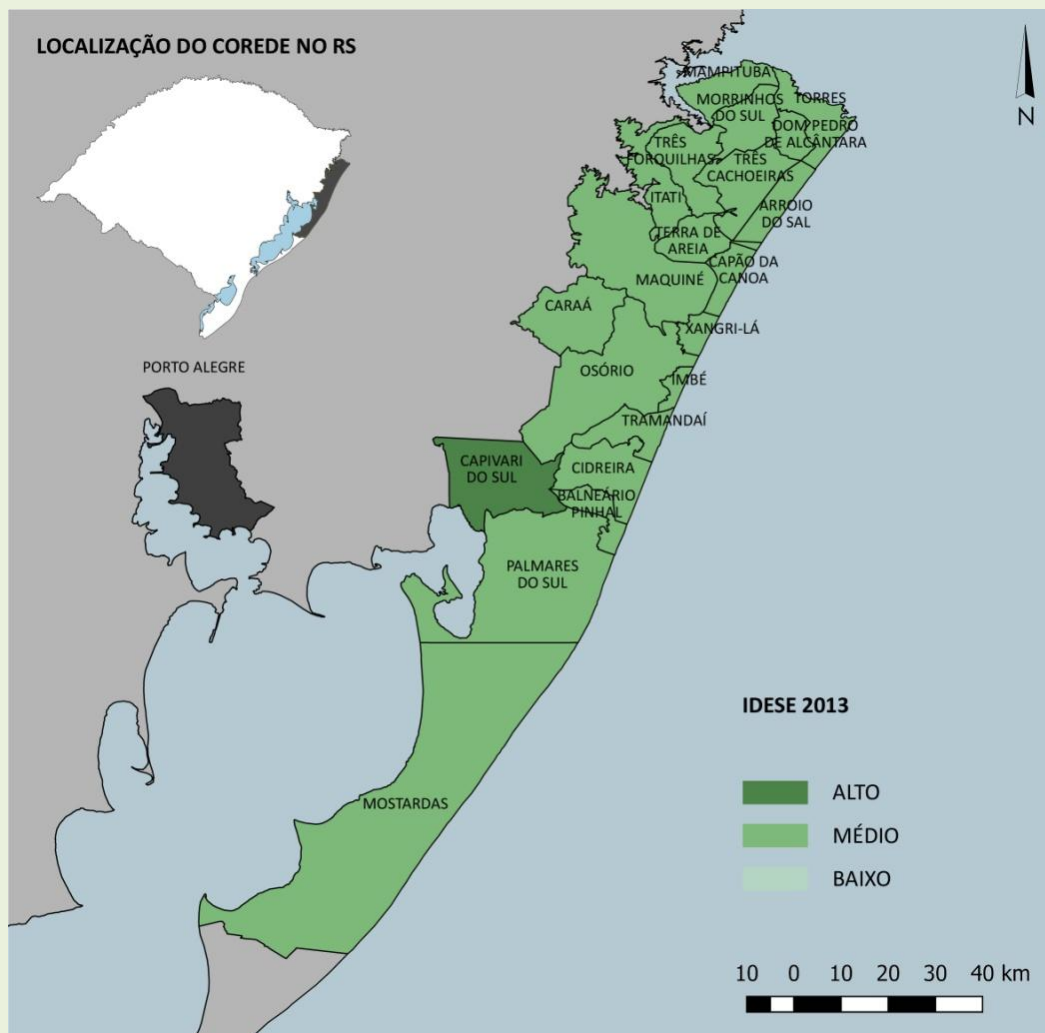
Fonte: FEE

Considerando o desempenho dos municípios, verifica-se que com exceção de Capivari do Sul, que se encontra com nível de alto desenvolvimento, todos se encontram no Nível Médio de desenvolvimento. Os municípios de Capivari do Sul, com 0,801, e Osório, com 0,760, se destacam positivamente por apresentarem valores de IDESE maiores que a do Estado. Capivari do Sul possui o melhor desempenho da Região – sexagésimo nono no ranking estadual, Em outro extremo, encontra-se Maquiné, detendo o quadragésimo septuagésimo primeiro no ranking Estadual, que conta com 497 municípios. Os demais municípios variam seus índices entre 0,638, em Tramandaí, e 0,760, em Osório.

Abaixo podemos observar no mapa o comportamento IDESE 2013 nos municípios do COREDE.



FIGURA 14
Mapa do IDESE
2013 do
COREDE Litoral



Dados: FEE.
Formulação: Latus
Consultoria

O IDESE, assim como o IDHM, é dividido em três blocos, como consta em sua metodologia. Analisando-se os blocos do IDESE do COREDE Litoral, verifica-se que o Bloco Saúde, com índice de 0,791, é o que apresenta melhor desempenho relativo, ocupando o vigésimo segundo lugar no ranking estadual; o Bloco Educação, com 0,688, ocupa a décima quinta posição; o Bloco Renda, com 0,634, ocupa a vigésima quinta posição entre os 28 COREDEs.

Dentre as variáveis na composição do Bloco Renda, a Apropriação de Renda (renda domiciliar per capita média) possui melhor desempenho que o sub-bloco Geração de Renda (PIB per capita). Nessa última variável, o COREDE, com 0,584, ocupa o último lugar no Estado.

No Bloco Educação, o melhor desempenho é do sub-bloco de matrícula na Pré-Escola em que a Região está na décima quarta posição no ranking estadual. O segundo melhor sub-bloco do Bloco Educação do COREDE é o sub-bloco Ensino Médio (taxa de matrícula no Ensino Médio) está em décimo nono lugar no Estado. Os demais sub-blocos, medidos pela taxa e nota da Prova Brasil nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, ocupam, a vigésima posição no Estado. Por último, pior

desempenho no Bloco Educação, está o sub-bloco da Escolaridade da População Adulta, que no ranking estadual está na décima primeira posição.

Por fim, no Bloco Saúde, o sub-bloco Longevidade possui o maior índice, com 0,907, vigésimo primeiro no ranking estadual. Em segundo, o sub-bloco Saúde Materno Infantil, vigésimo do Estado e por último, o sub-bloco Condições Gerais de Saúde, com índice de 0,719, vigésimo segundo no ranking Estadual.

2.4.3. Saúde

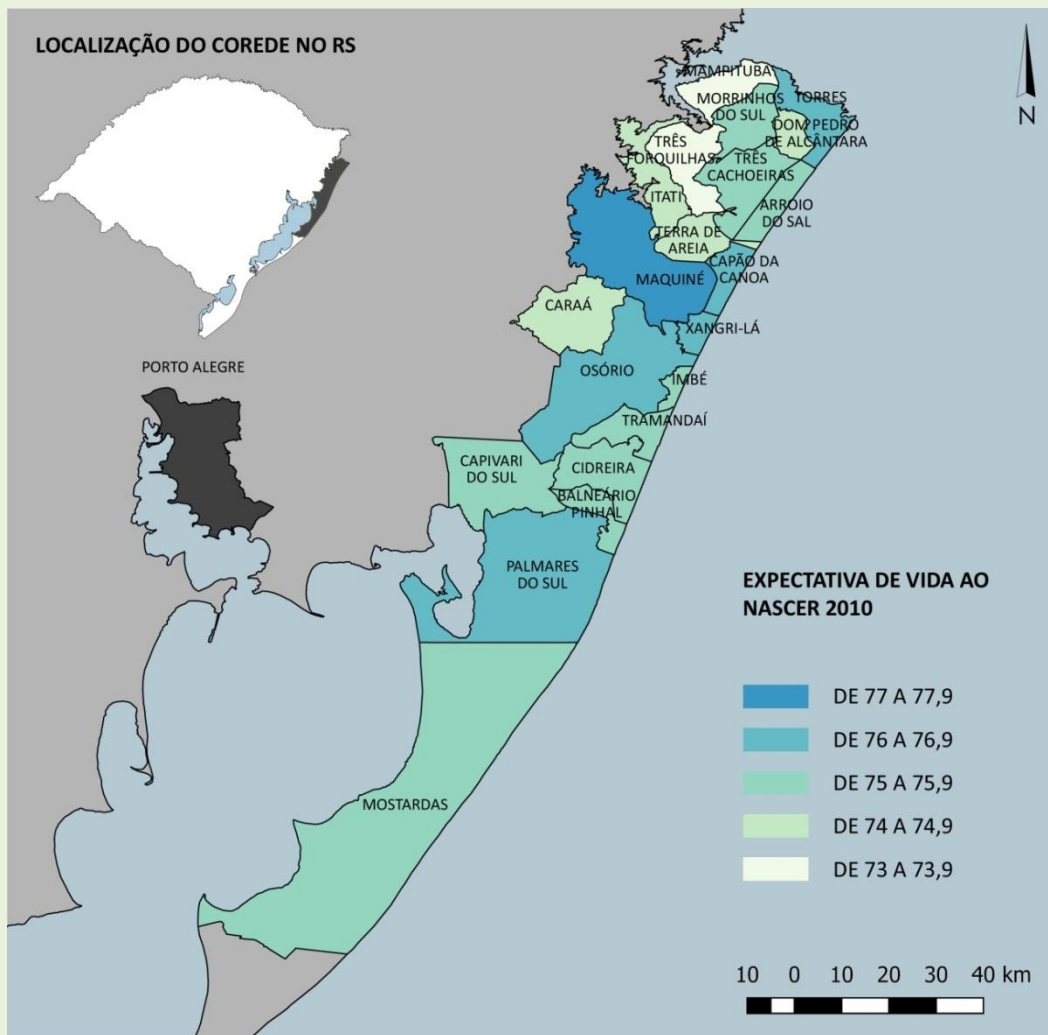
Quando analisamos as questões de qualidade de vida e desenvolvimento, as variáveis de saúde são fundamentais. Duas especificamente aparecem em quase todos os índices de desenvolvimento, que é a Esperança de Vida ao Nascer e a Taxa de Mortalidade Infantil.

A Esperança de Vida ao Nascer indica o número médio de vida esperado para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Ou seja, é um importante indicador da situação socioeconômica de uma população, pois está ligada as condições sanitárias e de saúde.

A expectativa de vida do brasileiro calculado pelo PNUD é de 73,9 anos, cerca de dois anos menor que dos gaúchos, que é de 75,4. Observamos que a média do COREDE Litoral é muito semelhante a do Rio Grande do Sul, variando apenas 0,1 anos para cima. O município com maior expectativa de vida no COREDE é Maquiné, com 77,8 anos, seguido de Torres (76,7), Osório (76,2) e Capão da Canoas, Palmares do Sul e Xangri-lá, com 76,1 anos cada. No mapa abaixo podemos analisar o comportamento dessa variável para todos os municípios do COREDE. Observa-se que oito municípios do COREDE possuem uma expectativa inferior a do Estado, no qual o menor índice pertence ao municípios de Mampituba e Três Forquilhas (73,8 anos cada).



FIGURA 15
Mapa da
Expectativa de
Vida ao Nascer
2010 do
COREDE Litoral

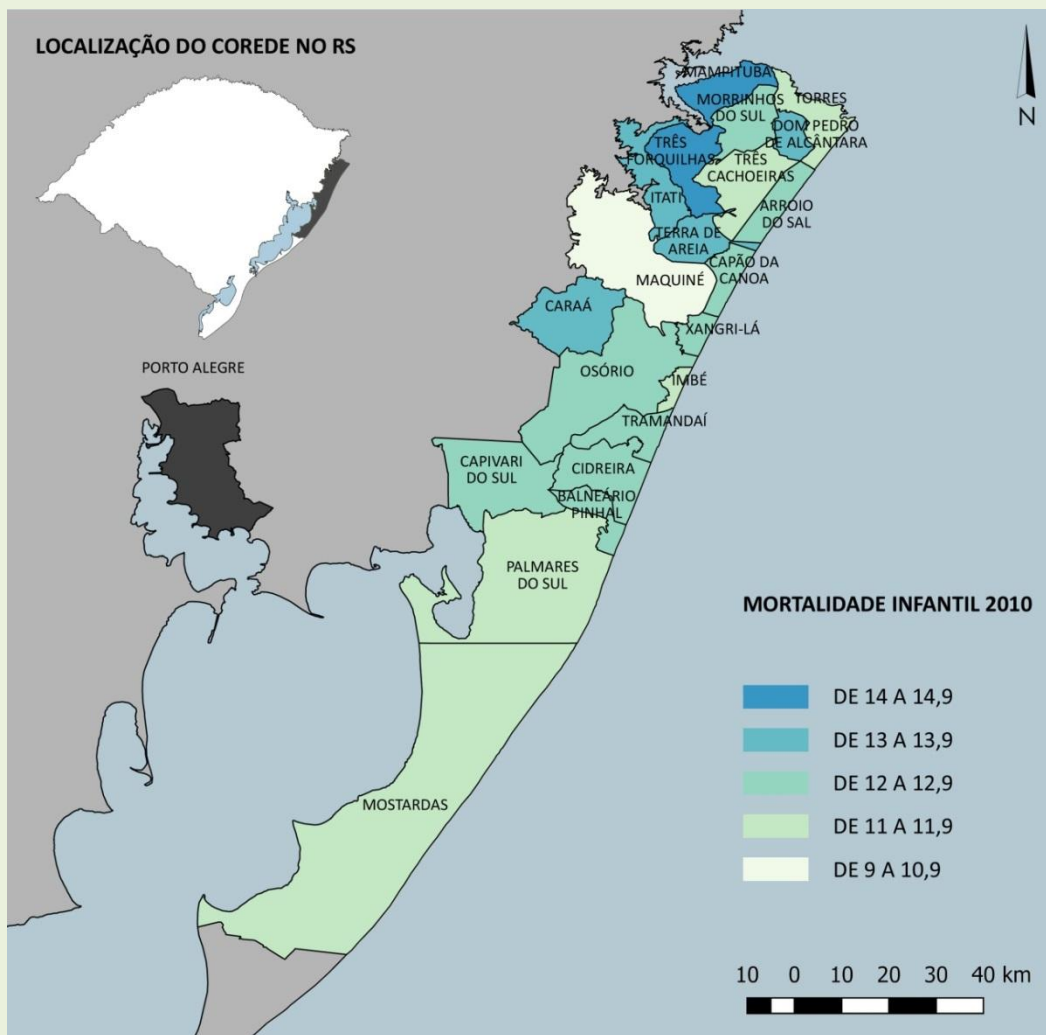


Dados: PNUD,
IPEA e FJP.
Formulação: Latus
Consultoria

A Mortalidade Infantil indica o número de óbitos de crianças menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente nos municípios do COREDE Litoral para o ano de 2010. Ou seja, indica o risco de um recém-nascido vir a falecer antes do primeiro ano de vida. No Brasil, está taxa é de 16,7 mortes a cada mil nascimentos. No Rio Grande do Sul este índice é menor – leia-se melhor – é de 12,3 mortes a cada mil. Esta é exatamente a mesma média do COREDE. Porém observamos que dos 21 municípios analisados, 9 (42%) possuem índices de mortalidade maior que o do estado. O com maior índice (leia-se pior) são os municípios de Três Forquilhas e Mampituba. Com observamos no mapa abaixo, no outro extremo, o municípios com menor mortalidade infantil são Maquine (com 9,3 mortes/mil), Palmares do Sul e Torres (com 11,3 cada) e Mostardas (11,5).



FIGURA 16
Mapa da
Mortalidade
Infantil 2010 do
COREDE Litoral

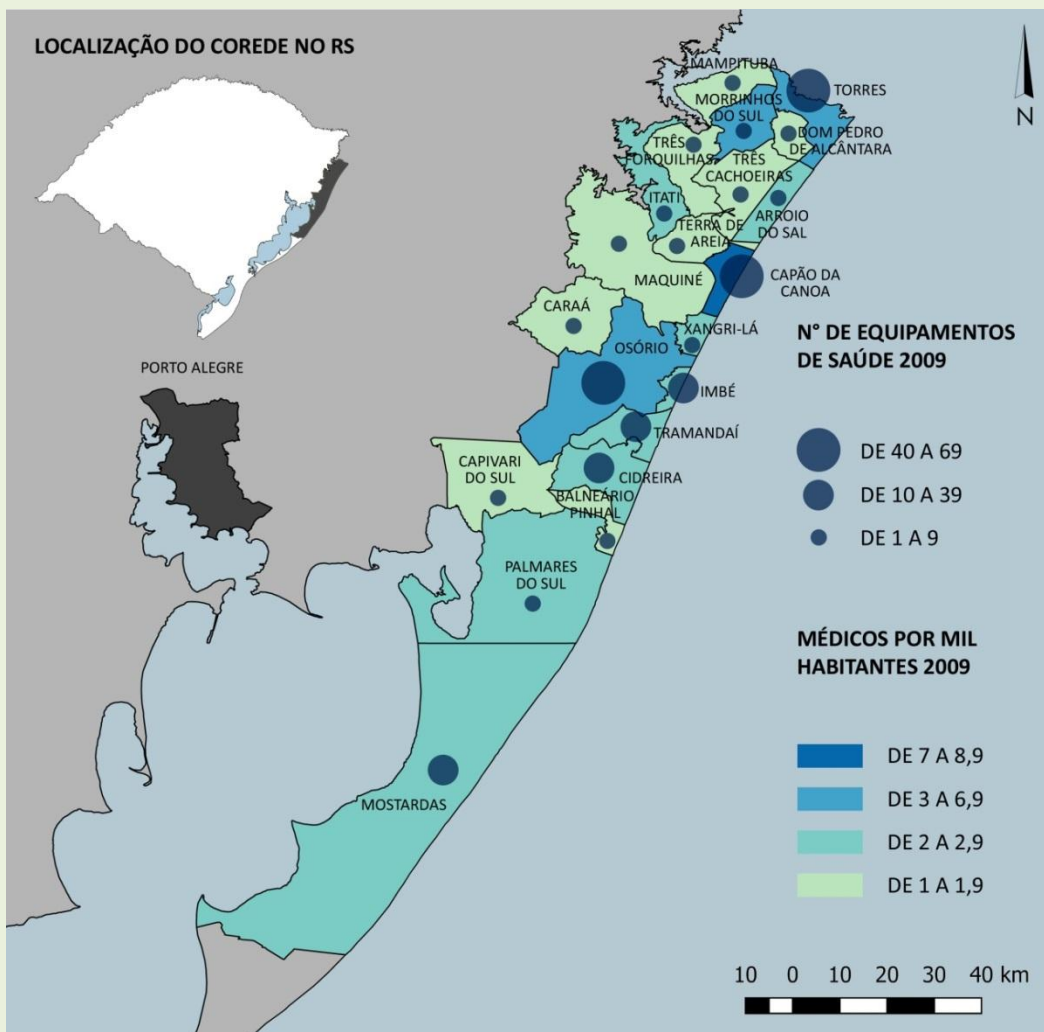


Dados: PNUD,
IPEA e FJP.
Formulação: Latus
Consultoria

Quando a infraestrutura de saúde, buscou-se analisar não somente o número de equipamento (públicos e privados) de saúde, mas também o número de médicos para cada mil habitantes. Abaixo, no mapa realizado com informações do DATASUS para dezembro de 2009, observamos que os municípios com maior população, são aqueles com o maior número de equipamentos de saúde. Capão da Canoa (42 equipamentos), Tramandaí (33), Osório (69) e Torres (45). Chama a atenção que embora seja o 3º mais populoso município, Osório é aquele que possui o maior número de equipamentos, em número muito maior que o segundo (Torres com 45), isso evidencia certamente uma dinâmica mais regional destes equipamentos, que devem atender não somente o município de Osório, mas outros do COREDE. Ao observarmos o número de médicos por mil habitantes, constatamos uma média de 2,5 no COREDE Litoral. Com a maior densidade em Capão da Canoa, 8,1 e menor em Balneário Pinhal, Carará e Don Pedro de Alcântara com a densidade de 1,1 para cada.

Os dados gerais, para uma população de 296 mil habitantes do COREDE, são 280 equipamentos de saúde e 1.180 médicos contabilizados pela pesquisa DATASUS do final de 2009.

FIGURA 17
Mapa da
Infraestrutura
de Saúde
dez.2009 do
COREDE Litoral



Dados: PNUD,
IPEA e FJP.
Formulação: Latus
Consultoria

Ainda, observamos que na saúde, as taxas de mortalidade por causas evitáveis e taxa de mortalidade padronizada se encontram acima das médias estaduais, o que enfatiza a necessidade de investimentos na qualificação da saúde.

2.4.4. Educação

Segundo o Perfil do COREDE Litoral de 2015 a Região possui uma unidade da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em Capão da Canoa, uma da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), em Torres, e uma da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em Osório. Ainda, apresenta uma unidade do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, em Osório, com cursos técnicos e superiores. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) possui, em Imbé, o Centro de Estudos

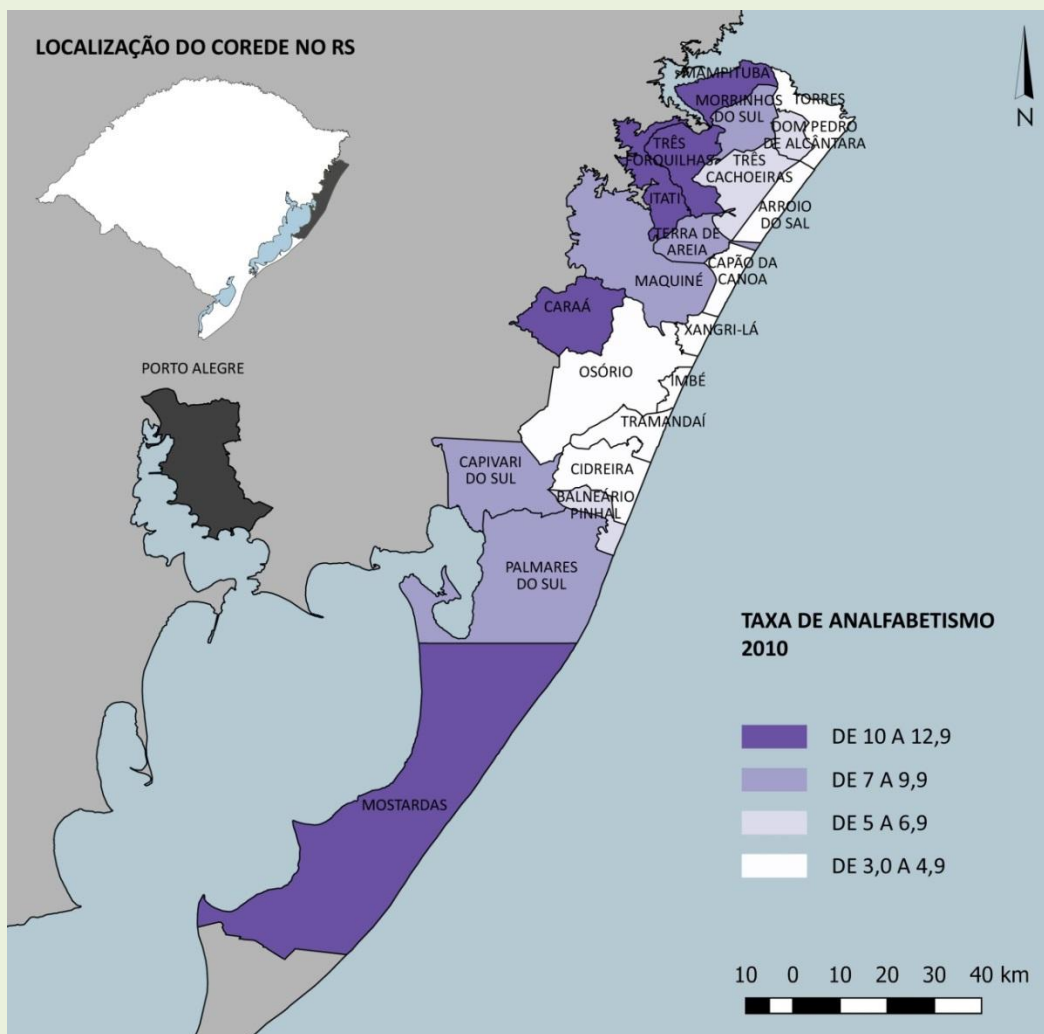
Costeiros, Limnológicos e Marinhos (CECLIMAR) voltado à gestão e educação ambiental marinha e mais recentemente um Campi em Tramandaí. Além disso, a Região possui um polo tecnológico, com áreas de atuação na Agropecuária, Agroindústria, Indústria de Confecções.

Quanto ao perfil educacional da população do COREDE, optou-se por utilizar três informações. A primeira a da taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos. A segunda, a Expectativa de anos de estudos, ou seja, número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos, se os padrões atuais se mantiverem ao longo da sua vida escolar. Por último analisaremos a escolaridade da população com mais de 25 anos.

Quanto a taxa de analfabetismo, razão entre a população de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária, o Estado do Rio Grande do sul encontra-se em uma posição muito melhor (metade), que a do Brasil, de 4,5 e 9,6 respectivamente. Porém, a média do COREDE, mesmo sendo menor que a do Brasil, é superior a do Estado, o COREDE Litoral tem uma média de taxa de analfabetismo de 6,9, onde 14 dos 21 municípios apresentam taxas superiores ao estado. O município com maior taxa, ou seja, com maior analfabetismo entres a população com mais de 15 anos é Itati (12,9), seguido de Três Forquilhas (12,6) e Carará (12,0). Ainda com os piores resultados e também com taxas superiores a nacional encontram-se Mostardas (11,3) e Mampituba (10,2). No outro extremo, com as menores taxas está Imbé em primeiro lugar, com uma taxa de apenas 3,0, seguido de Xangri-lá (3,3), Capão da Canoa e Cidreira, com 3,7 cada e Arroio do Sal em quinto lugar com uma taxa de analfabetismo de 3,9.



FIGURA 18
Mapa da taxa
de
Analfabetismo
2010 do
COREDE Litoral

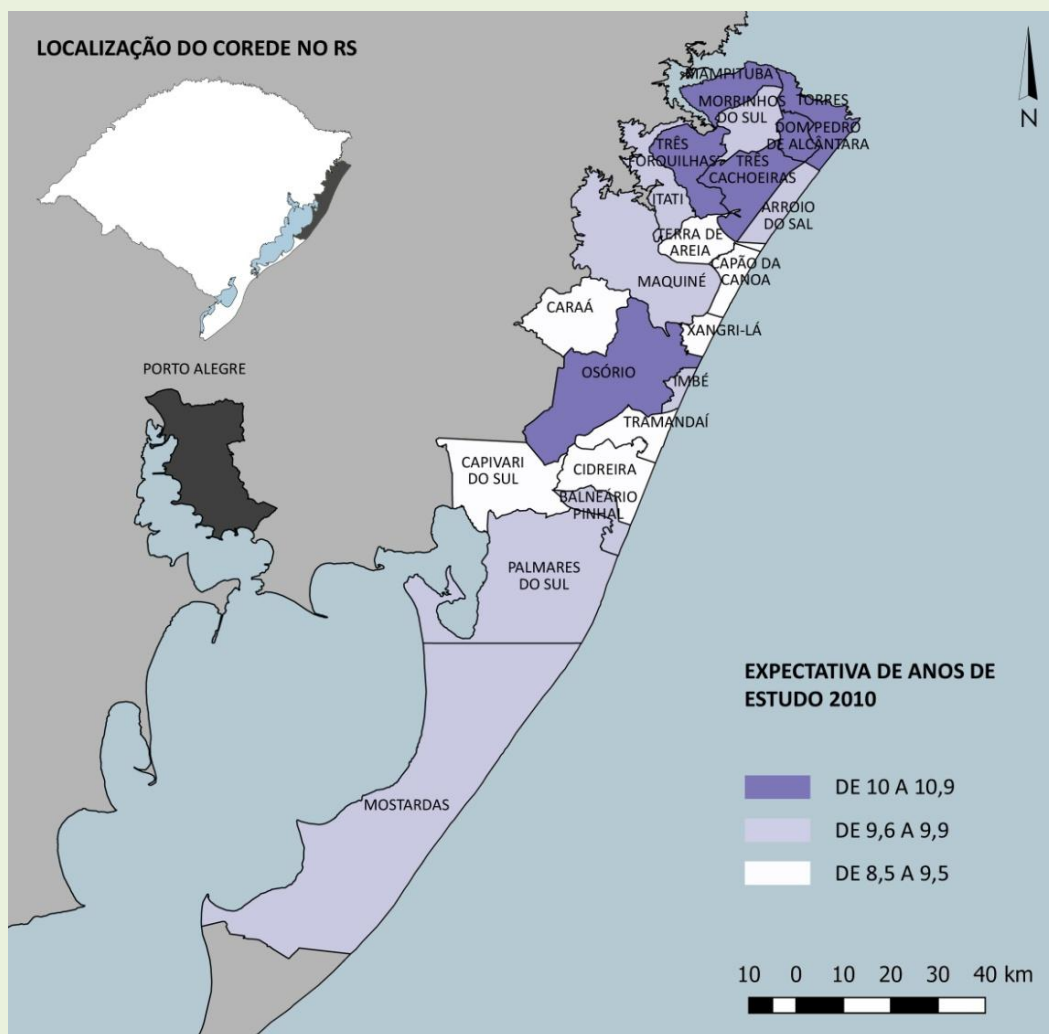


Dados: PNUD,
IPEA e FJP.
Formulação: Latus
Consultoria

Analisando os dados referentes a expectativa dos anos de vida, observamos a mesma dinâmica que a anterior, em que pese o Estado tenha uma expectativa melhor que a do Brasil, os gaúchos tem uns expectativa de 10 anos de estudo, enquanto que os Brasileiros tem uma expectativa uma pouco menor, de 9,7 anos. A média do COREDE é inferior (pior) que a do Estado, é de 9,6 anos. Apenas Mampituba, maior índice (de 10,7 anos), Dom Pedro de Alcântara (10,6 anos), Torres (10,4 anos), Três Forquilhas (10,3 anos), Três Cachoeiras (10,2 anos) e Osório (10,1 anos) possuem índices superiores ao do Estado. Os demais 15 municípios tem uma expectativa de anos de estudo inferior ao estado, onde os três com menores anos são Capivari do Sul, Capão da Canoa e Cidreira com 8,5, 8,8 e 9,1 anos respectivamente.



FIGURA 19
Mapa da
Expectativas
anos de Estudo
2010 do
COREDE Litoral



Dados: PNUD,
IPEA e FJP.
Formulação: Latus
Consultoria

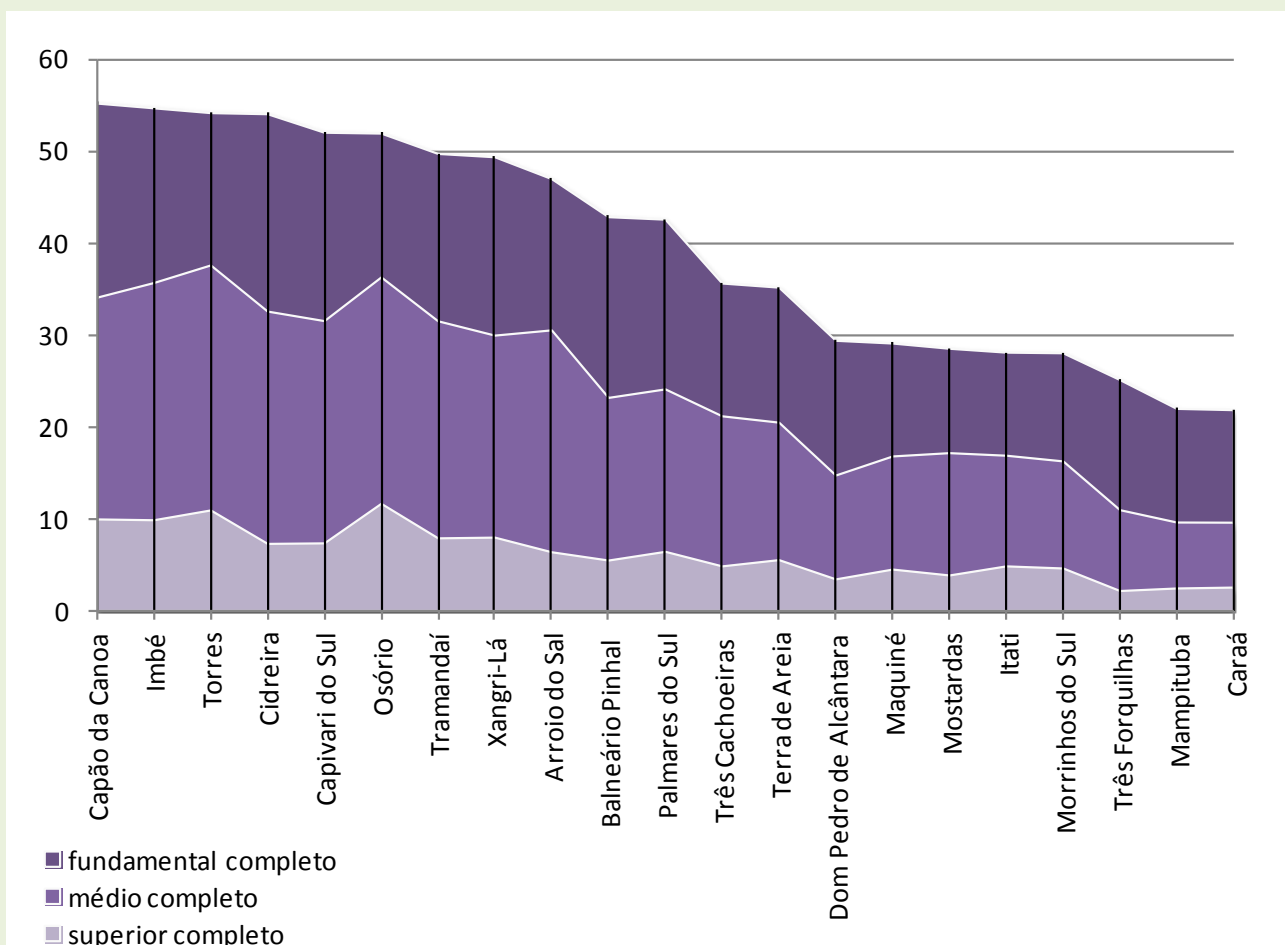
No gráfico abaixo podemos analisar a dinâmica da população quanto ao seu grau de ensino. O COREDE Litoral apresenta médias bem inferiores aquelas encontradas no Estado e no Brasil. Quanto a porcentagem da população maior de 25 anos com ensino fundamental, enquanto no Brasil é de 50,75%, no Estado é de 52% a média do COREDE é de 39%. A mesma dinâmica se evidencia nos outros graus de instrução: ensino médio é de 35,8, 35,4 e 23,9 no Brasil, no Rio Grande do Sul e no COREDE respectivamente. Da mesma forma que enquanto os brasileiros e gaúchos possuem uma taxa de 11,2% dos maiores de 25 anos com o ensino superior completo, a média do COREDE é de apenas 6,2%. Na educação, a Região apresenta problemas no que se refere às taxas de matrícula na Pré-Escola e no Ensino Médio e no desempenho dos alunos do Ensino Fundamental na Prova Brasil.

Observando o comportamento dos municípios, o gráfico abaixo apresenta em uma ordem decrescente (da maior participação a menor) os municípios quanto a participação do ensino fundamental. Constatamos que apenas Capão da Canoa (55,2%), Imbé (54,7%), Torres (54,2%), Cidreira (54,1%), Capivari do Sul (52,2%) e Osório (52%) tem metade de sua população com mais de



25 anos com ensino fundamental completo. Todos os outros 15 municípios não atingem essa patamar e Mampituba e Caraá não tem nem $\frac{1}{4}$ de sua população com esse grau de instrução. De forma geral, com menores porcentagens quanto a população, até porque aqueles computado com ensino médio completo, pertencem ao grupo dos ensino fundamental completo, os municípios seguem o mesmo padrão, aqueles com maiores porcentagens de população em um nível de ensino, possuem nos outros. As exceções mais significativas são: Torres que era o município em terceiro quanto ao nível de ensino fundamental, é o primeiro quanto ao nível de ensino médio completo, com 37% da sua população. Osório que era o quinto na análise do ensino fundamental completo, é o terceiro quanto ao ensino médio e o primeiro quanto ao ensino superior completo, com uma taxa de 11,7%. Destaca-se ainda, que Osório é o único dos municípios analisados que possui um percentagem maior que a do rio Grande do Sul quanto ao nível superior. Na outra ponto do gráfico, está Caraá, com menor população percentual com ensino fundamental e médio completo e Três Forquilhas, com menor percentual com ensino Superior Completo.

GRÁFICO 04
Escolaridade da População



Dados: PNUD, IPEA e FJP. Formulação: Latus Consultoria

2.4.5. Segurança

Cada vez mais a segurança, ou melhor, a falta de segurança vem ampliando seu espaço no debate público. São recorrentes as campanhas por mais segurança; se perguntado, todo cidadão parece ter algum caso de roubo, furto ou assassinato para relatar. Observando uma série histórica, de 2002 a 2015, temos que no Estado em 2003 houve o pico de Roubos e Furtos (considerando os carros) com 348.338 ocorrências, deste ano até 2011 observamos um diminuição nesse quadro, chegando ao menor índice de 237.233 ocorrência. A partir de 2011, observamos no Estado um aumento em média de 3,9%, chegando ao ano de 2015 com um total de 275.672 ocorrências de roubos e furtos. A dinâmica do COREDE Litoral foi muito semelhante, também com um pico em 2003, porém com o ponto mais baixo em 2012 e com aumento e quedas até o ano de 2015. Em 2015 as ocorrências em roubos e furtos no COREDE representaram 4,1% do total do Estado, tendo apenas 2,9% da população.

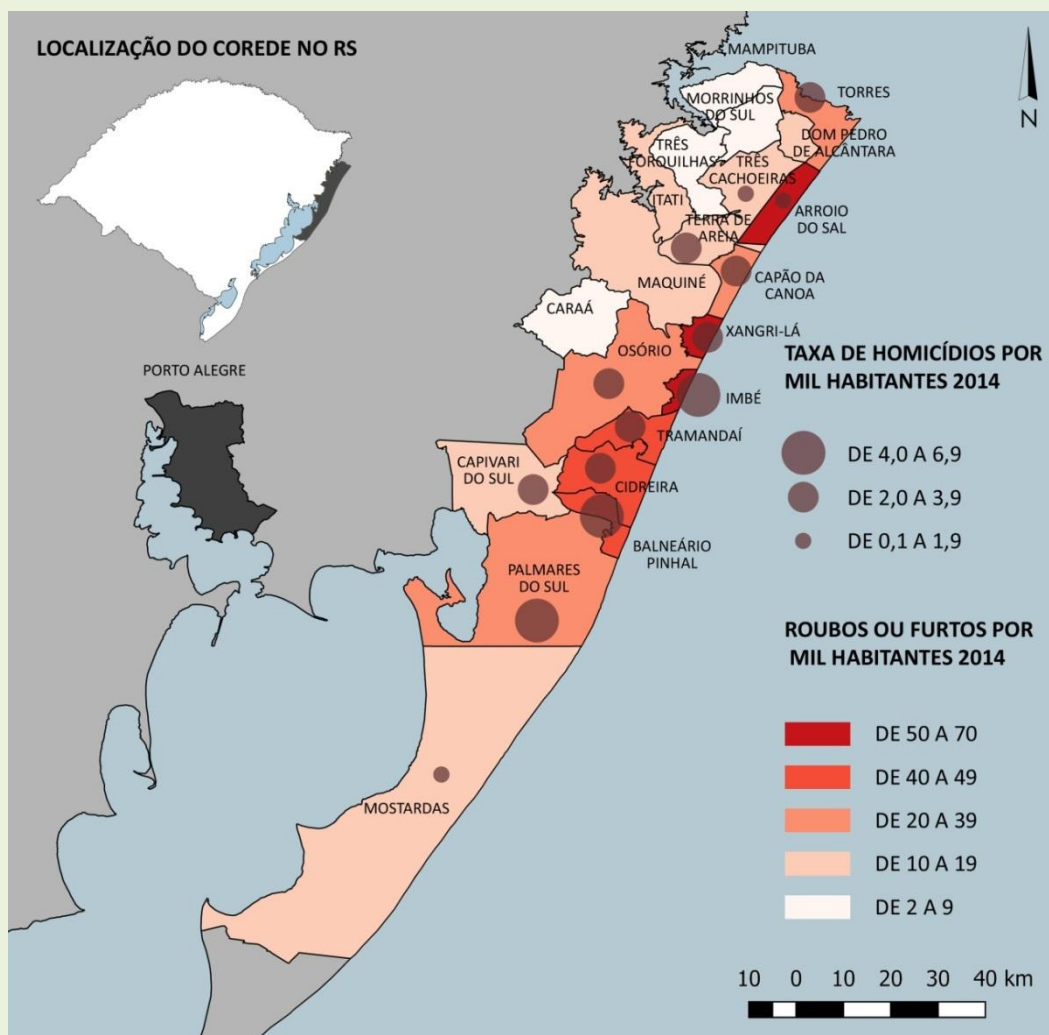
Para analisarmos um pouco mais de perto a questão da segurança, e como essa atinge o Estado o COREDE Litoral e os municípios do COREDE, elaborou-se uma espécie de taxa de roubos ou furtos e uma taxa de homicídio com os dados disponíveis. A taxa de roubos e furtos é a soma dos dados de roubos, roubos de carro, furtos e furtos de carro para cada mil habitantes da localidade. Da mesma forma, a taxa de homicídios se dá da soma dos homicídios dolosos mais os latrocínios para cada mil habitantes da localidade. Em ambas as taxas utilizou-se o ano de referência de 2014, pois para esse ano também haviam dados disponíveis da estimativa da população.

Quanto a taxa de roubos e furtos, observamos que para o Rio Grande do Sul foi de 23,5, e no COREDE foi de 34,3, bem superior ao Estado, e o segundo entre os COREDEs, só perdendo para o COREDE Metropolitano. Faz-se necessário observamos que devido aos dados disponíveis há uma possível possibilidade de superestimação devido a população de veraneio ser muitas vezes superior a população censitária que é a usada no denominador do cálculo. Entre os municípios do COREDE Xangri-lá aparece com a maior taxa, de 68,5, seguido por Arroio do Sal (58,2), Imbé (57,2), Cidreira (47,7) e Tramandaí (47,3). Com as menores taxas de roubos ou furtos encontram-se Morrinho do Sul 2,8 roubos ou furtos a cada mil habitantes, seguido de Caraá (3,5) e Mampituba (4,5). Abaixo um mapa com todos os municípios do COREDE constando também a informação da taxa de homicídios.

Analisando a taxa de homicídios, na verdade a soma dos homicídios dolosos mais a soma dos latrocínios por mil habitantes, constatamos que sete dos municípios não tiveram nenhuma ocorrência de homicídios ou latrocínios: Caraá, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul e Três Forquilhas. Aqueles municípios com maiores taxas de homicídio na região são Balneário Pinhal (6,6), Palmares do Sul (5,2) e Imbé (4,4). No Estado a taxa de homicídios ficou em 2,2 em 2014 e no COREDE, um pouco maior, 2,9.



FIGURA 20
Mapa
Segurança
COREDE Litoral



Fonte: FEE dados.
Elaboração Latus
Consultoria

2.4.6. Habitação e Urbanismo

A questão habitacional no Corede Litoral deve ser analisada a partir das demandas e impactos gerados pelo crescimento populacional da região que ocorre promovido por intenso fluxo migratório para as principais cidades litorâneas. Se por um lado o aumento populacional pode significar avanços do setor econômico – como o aumento da construção civil, novas atividades e empreendimento...; por outro a demanda por novas unidades habitacionais pode impactar territórios e particularmente a demanda por serviços públicos e políticas sociais.

A demanda habitacional da população que se desloca para o litoral inclui expressiva parcela de setores de menores rendimentos que buscam as atividades temporárias em época de veraneio e lá permanecem. Sem condições de acesso a moradia produzida pelo mercado, acabam por agravar as situações de déficit habitacional.

A falta de moradias enquadradas como déficit habitacional abrange famílias de diversas faixas de renda, mas tem na população de baixos estratos a maior concentração e as maiores dificuldades para o atendimento posto que depende de políticas e financiamento público. Segundo a FJP⁴, por déficit habitacional, se entende a necessidade de produção de novas unidades habitacionais direcionadas a suprir a necessidade de moradia de famílias em situação de coabitação, que moram em domicílios precários, que pagam aluguel com comprometimento excessivo do rendimento familiar, ou ainda, que vivem em situação de adensamento excessivo em domicílios alugados⁵.

São também consideradas no quadro de necessidades habitacionais, as situações que configuram a inadequação da moradia. Por inadequação da moradia compreende-se, também segundo a conceituação da FJP, as situações em que a moradia existente apresenta alguma insuficiência retratada por carências de infraestrutura, falta de regularização fundiária, falta de banheiros e/ou por apresentar situação de adensamento excessivo⁶.

Por, fim, há que se considerar nesta avaliação, a especificidade que caracteriza especialmente os municípios litorâneos, que apresentam grande incidência de moradias para fins de segunda residência. O fato colabora na dificuldade dos municípios em promover condições adequadas nos serviços e equipamentos de infraestrutura urbana acarretando maior inadequação habitacional. Ademais, a produção habitacional de mercado destes municípios direciona-se quase que exclusivamente para a produção destas unidades e para edificações de novos comércio e serviços que se estruturam para o atendimento desta demanda. Ainda que tal processo possa configurar potencialidades na geração de emprego e para o desenvolvimento econômico dos municípios, esta dinâmica colabora para o aumento da valorização da terra nas áreas mais estruturadas e acirra a disputa pelos territórios de melhor localização pelos setores mais rentáveis, promovendo a consequente periferação da população local. Insuficiente planejamento urbano e a falta de oferta e programas que ampliem o acesso à habitação de interesse social acabam por induzir à ocupação de áreas inadequadas e APPs e a consolidação de assentamentos precários.

Avaliando-se os dados (FJP 2010), verifica-se um déficit habitacional total para o Corede do Litoral correspondente a 7.757 novas moradias. Deste universo, 62% são consideradas de interesse social – destinadas às famílias com faixa de rendimento de até 3 salários mínimos e 94% localiza-se nas áreas urbanas dos municípios. Quanto a sua composição verifica-se uma maior concentração (37%) para as situações de coabitação e também para o comprometimento da renda familiar com o

⁴ A Fundação João Pinheiro é uma instituição não governamental que trabalha sistematicamente os dados e conceitos relacionados as demandas habitacionais dos municípios brasileiros, com base nos dados divulgados pelo IBGE e pesquisas do PNAD. A FJP formulou e consolidou os conceitos de déficit e inadequação habitacional e publica, a cada dez anos o “Déficit Habitacional Brasileiro” quantificando a demanda de cada município.

⁵ Ver definição dos componentes do déficit habitacional em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>

⁶ Ver conceituação dos componentes da inadequação habitacional em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>

aluguel, seguidos da moradia em domicílios precários (6%) e pelo adensamento excessivo em domicílios alugados.

Quando avaliado o déficit relativo - que considera a proporção em relação ao total de domicílios - verifica-se no Corede Litoral uma menor concentração (3,1% dos domicílios da região) do que o déficit do Estado (8,7% dos domicílios), demonstrando que a situação no Corede é ainda de pequena grandeza, principalmente se consideradas as altas taxas de crescimento populacional apresentadas nas últimas décadas.

Entretanto, se analisados os municípios, verifica-se grande concentração do déficit especialmente nos municípios que apresentam as maiores taxas de crescimento populacional. Capão da Canoa apresenta o maior déficit proporcional (11,5%), seguido de Tramandaí, Imbé, e Xangri-lá que apresentam um déficit na ordem de 10% dos domicílios. Balneário Pinhal também apresenta um déficit proporcional significativo (8%), com índice já abaixo da taxa estadual. Os menores, correspondem aos municípios de Morrinhos do Sul (1,5%), Itati (2,4%), Mampituba (3,2%) e Dom Pedro de Alcântara (3,7%). Capivari do Sul, Palmares do Sul e Arroio do Sal apresentam os maiores indicadores do déficit proporcional rural (entre 6,1% e 6,5%).

Em relação a inadequação habitacional, embora o Corede Litoral apresente situação semelhante às medias proporcionais apresentada pelo Estado (21,4% dos domicílios urbanos do Corede Litoral apresentam inadequação em relação a pelo menos um dos componentes, enquanto o dado para o Estado é de 23,4%), a inadequação habitacional aparece como um quadro de grande intensidade em vários municípios. Em 11 municípios a inadequação corresponde a mais de 50% dos seus domicílios urbanos – Três Forquilhas (100%), Xangri-lá, Morrinhos do Sul, Terra de Areia e Itati (com cerca de 80%); Três Cachoeiras e Arroio do Sal (com cerca de 70%); Mampituba, Balneário Pinhal, Mostardas e Cidreira (com taxas variando de 67 a 53%).

Para todos os municípios o maior componente se relaciona a inadequação por infraestrutura. A inadequação relacionada a irregularidade fundiária não foi quantificada em 2010 pela FJP por insuficiência de informações. O dado que o Censo Demográfico identifica é dos aglomerados subnormais. Na agregação territorial do Corede Litoral apenas dois municípios apresentam a situação. – Tramandaí, com 1375 domicílios e Palmares do Sul com 64 domicílios. Sabe-se, entretanto, que a irregularidade fundiária na região é bastante expressiva particularmente no território rural e que atinge principalmente as comunidades tradicionais –indígenas, quilombolas e pescadores.

Na avaliação da situação de domicílios não ocupados, verifica-se para o Corede Litoral que 60% dos domicílios são assim identificados pelo censo de 2010 – taxa que corresponde em números absolutos a 149.830 domicílios. Destes, 88% são classificados como de uso ocasional – ou segunda residência. Ainda que a dinâmica de uso destes domicílios, anteriormente restrita ao período de veraneio venha se ampliando, este certamente se configura como um dos principais desafios de uma gestão urbana mais sustentável.

2.4.7. Cultura

O Corede Litoral ainda não alcançou consolidar uma identidade cultural que caracterize efetivamente a região. Com um processo histórico de ocupação oriundo de diferentes etnias (inicialmente colonizado por açorianos, portugueses e africanos, tem nos séculos posteriores, a vinda de imigrantes alemães, italianos, poloneses, japoneses, entre outras etnias) apresenta o desafio e a potencialidade para a consolidação de uma identidade multicultural. As diferenças regionais, caracterizada neste diagnóstico pelos distintos perfis socioeconômicos dos municípios (classificados como urbanos permanentes, urbanos para fins de segunda residência, urbanos agroindustriais e rurais) certamente também agregam potencialidades na consolidação desta identidade. Igualmente reforça esta identidade multicultural a expressiva presença das comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadores) - com sua história de conquista e consolidação dos seus territórios e suas manifestações próprias.

Atualmente verifica-se que apenas os municípios de maior porte populacional (Capão da Canoa, Tramandaí, Torres, Osório...) caracterizam-se por apresentar alguma diversidade de equipamentos e infraestruturas para o desenvolvimento de atividades culturais de lazer. Entretanto há que se ter presente que a manifestação cultural se expressa nas mais distintas atividades da população – culinária, artesanato, festas religiosas, grupos folclóricos, grupos étnicos, festas relacionadas à história dos municípios, entre tantas outras manifestações de cunho histórico, popular e artístico, independentemente da existência de equipamentos específicos.

Foram identificados potencialidades em cada município – quer associadas a presença de distintos grupos étnicos; a presença das comunidades tradicionais (especialmente as já reconhecidas e em processo de regularização); eventos, festas e romarias religiosas; a prática desportiva relacionada a valorização da natureza (trilhas, cachoeiras, turismo de aventura...), aos eventos promovidos anualmente e que se consolidam como festas municipais (Balonismo, Festa do Peixe, Festa do Pescado, Feira do Livro, os rodeios de distintas grandezas (locais, nacionais e internacionais), os encontros de jipes e de motos, entre outros⁷. Também se pode destacar o artesanato e a agroindústria familiar como potenciais a serem fortalecidos enquanto produtos locais.

Considerando-se que aspectos relacionados à cultura e lazer são sempre uma potencialidade para o fortalecimento da identidade local/regional, assim como para o fortalecimento do turismo, entende-se de extrema importância que este planejamento venha complementar tal leitura e apontar para as estratégias de fortalecimento das alternativas identificadas e/ou potenciais mais expressivas.

⁷ Os relatórios das reuniões realizadas identificam os principais eventos citados com os municípios em que se realizam.

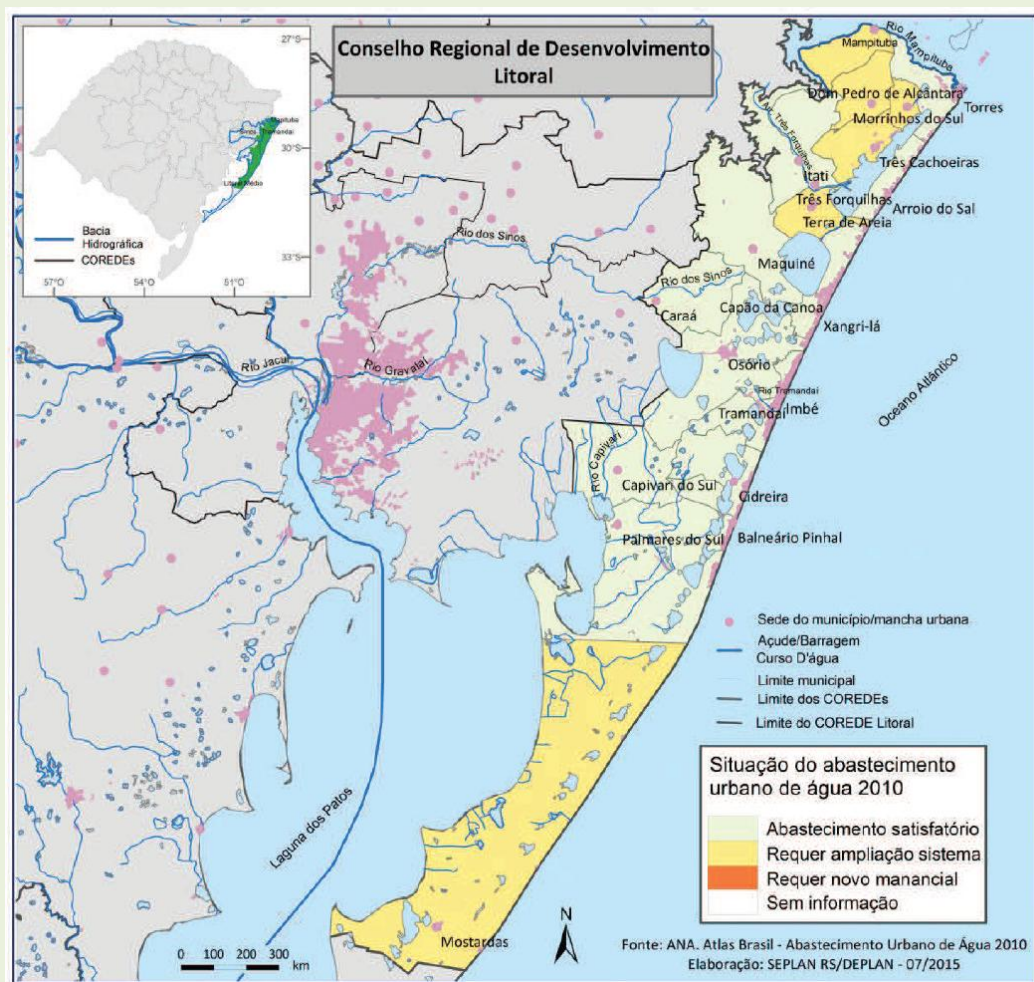
2.5. DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL E DE GESTÃO PÚBLICA

2.5.1. Saneamento Básico

Quanto a questão de saneamento, o já referido estudo realizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Perfil 2015 do COREDE Litoral, traz uma análise pertinente e com os dados mais atuais. Abaixo repetimos este estudo, adequando-o quando necessário.

O abastecimento urbano de água reflete as condições gerais de disponibilidade do recurso no COREDE Litoral. Segundo os dados de 2010 da Agência Nacional de Águas (ANA), há necessidade de ampliação do sistema de abastecimento urbano de água nos municípios de Mostardas, Terra de Areia, Três Cachoeiras, Dom Pedro de Alcântara, Morrinhos do Sul e Mampituba. Nos demais, o abastecimento urbano é considerado satisfatório. São utilizados diferentes tipos de mananciais no abastecimento urbano desse COREDE. Em doze dos vinte e um municípios o compõem o abastecimento urbano é feito a partir de mananciais subterrâneos; em cinco, o manancial é superficial; e nos outros quatro são utilizados mananciais mistos.

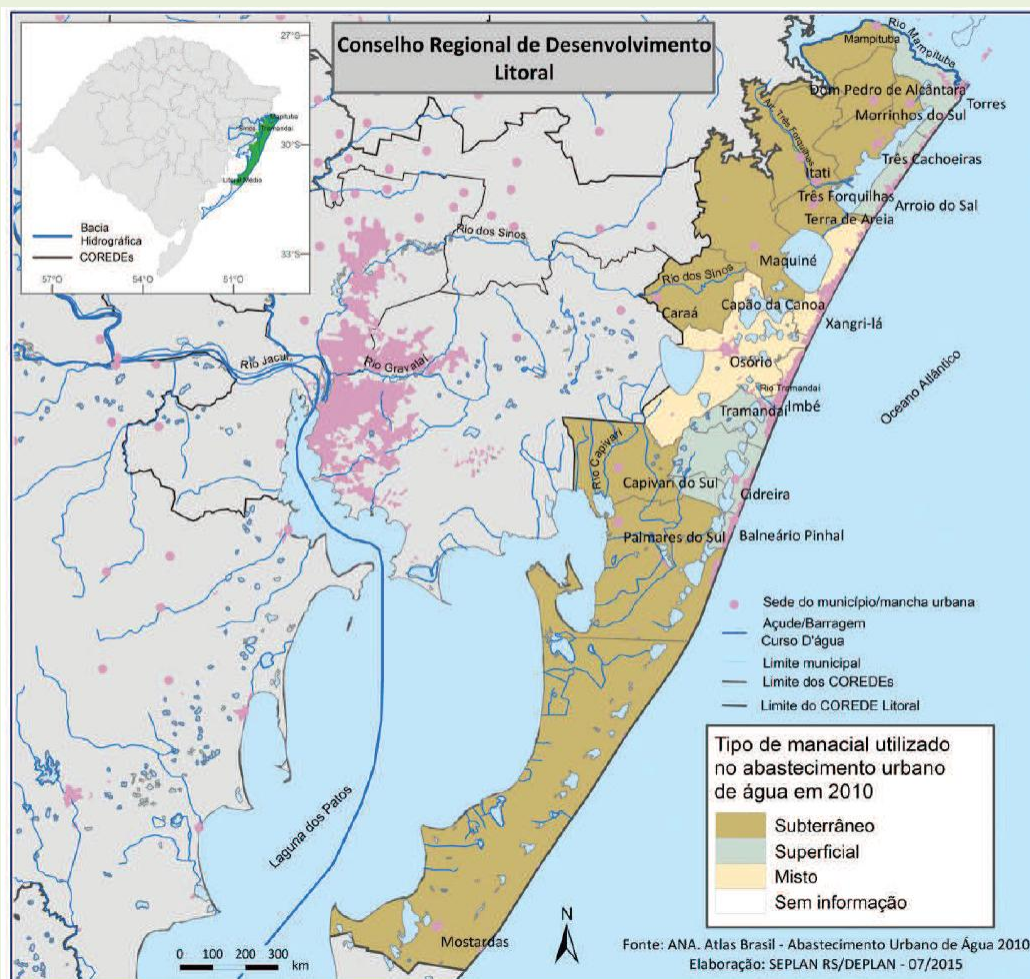
FIGURA 21
Mapa situação
do
abastecimento
urbano de
água no
COREDE Litoral -
2010



Fonte: Perfil
Socioeconômico –
COREDE LITORAL –
Governo do Estado
do RS



FIGURA 22
Mapa do tipo de manancial utilizado no abastecimento urbano de água no COREDE Litoral - 2010



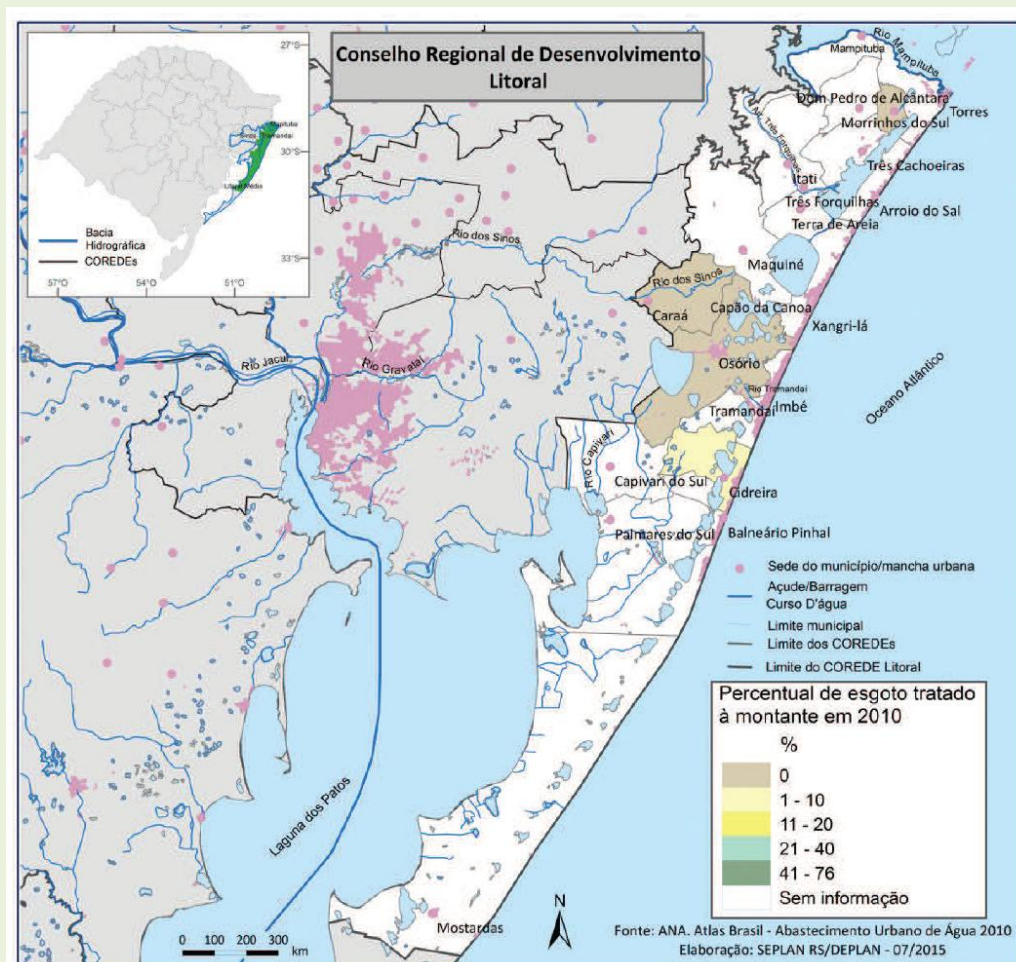
Fonte: Perfil Socioeconômico – COREDE LITORAL – Governo do Estado do RS

Em relação ao saneamento básico, sabe-se que a poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água colabora para a degradação dos recursos hídricos no COREDE e no Estado como um todo, e é resultado de décadas de ausência de investimentos na área. Os serviços de água e esgoto são prestados pela Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN) em quatorze dos vinte e um municípios⁸ do COREDE. Nos sete demais (Caraá, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul e Três Forquilhas) os serviços são prestados pelos Departamentos Municipais de Águas. Conforme dados da ANA (2010), o município de Cidreira conta com os serviços de esgoto tratado, enquanto que os municípios de Osório, Caraá e Dom Pedro de Alcântara não oferecem esse serviço. Não há dados dos demais municípios.

⁸ Municípios atendidos pela CORSAN: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Cidreira, Imbé, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras e Xangri-lá. (In: ANA. Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água 2010).



FIGURA 23
Mapa do
percentual de
esgoto tratado à
montante do
COREDE Litoral -
2010



Fonte: Perfil
Socioeconômico –
COREDE LITORAL –
Governo do Estado
do RS

Os dados do Censo Demográfico 2010 demonstram que o COREDE possui, em média, 62,5% dos domicílios ligados à rede geral de água, percentual abaixo das médias do Estado e do Brasil. Ao examinar as taxas dos municípios, constata-se que as mesmas variam de 24,5% (Mostardas) a 95,9% (Imbé), o que mostra uma oscilação na prestação desse serviço essencial e a necessidade de empreender esforços para a sua universalização. Esses dados indicam também que persistem outras formas de abastecimento nos domicílios do COREDE, como a utilização de poço ou nascente na propriedade ou fora dela, rio, açude e lago. Observa-se que apenas 5 municípios (Capão da Canoa, Cidreira, Imbé, Tramandaí e Xangri-lá) possuem taxas de abastecimento por rede geral de água superiores a do Estado.

Ainda segundo dados do Censo Demográfico 2010, o COREDE apresenta, em média, 53,1% dos domicílios com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica, percentual inferior à média do Estado e do Brasil. No entanto, ao examinar as taxas dos municípios de forma isolada, constata-se que as mesmas apresentam variação de 3,6% (Itati) a 89,4% (Palmares do Sul). Dos 21 municípios do COREDE, 16 apresentam taxas inferiores a do Estado.

Em relação à coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba, a taxa média do COREDE é de 96,25%, acima das taxas do Estado e do Brasil. As taxas municipais, por sua vez, apresentam valores entre 83,55% (Mostardas) e 99,72% (Capão da Canoa). Apenas os municípios de Caraá, Itati e Mostardas apresentaram taxas menores que a do Estado. Apesar de as taxas apresentarem uma variação pequena, ainda é necessário trabalhar para alcançar a universalização desse serviço, sobretudo nas áreas consideradas de difícil acesso. É importante destacar que a gestão dos resíduos sólidos costuma ser um problema para os pequenos municípios, principalmente no que tange ao manejo e à disposição final. Assim, deve-se registrar que todos os municípios desse COREDE participam do Consórcio Público da Associação dos Municípios do Litoral Norte (CP AMLINORTE). Esse consórcio auxilia os municípios na gestão dos resíduos sólidos, e atende, considerando todos os núcleos urbanos participantes, uma população aproximada de 360.604 pessoas.

A coleta seletiva domiciliar ocorre em pelo menos quatro dos vinte e um municípios do COREDE. Segundo a PNSB, em 2008, Mostardas, Osório, Capão da Canoa e Tramandaí já realizavam coleta seletiva. Assim como outras iniciativas de aproveitamento e reciclagem, essas ações colaboram para diminuir os volumes destinados aos aterros sanitários e controlados. É importante ressaltar que persistem, em quase todos os municípios, práticas inadequadas como: queima ou enterro de resíduo na propriedade; depósito em terreno baldio ou logradouro; lançamento em rio, lago ou mar ou outro destino.

TABELA 05

Percentual de domicílios segundo os serviços de saneamento básico de abastecimento de água e coleta de lixo – 2010 – com destaque dos valores inferiores a taxa do Estado.

	LIGADOS À REDE GERAL DE ÁGUA 2010	COM BANHEIRO OU SANITÁRIO LIGADO A REDE GERAL OU FOSSA SÉPTICA 2010	COM COLETA DE LIXO POR SERVIÇO DE LIMPEZA OU CAÇAMBA 2010
BRASIL	82,85	67,06	87,41
RIO GRANDE DO SUL	85,33	74,57	92,08
MÉDIA COREDE LITORAL	62,5	53,11	96,25

Fonte: Perfil Socioeconômico – COREDE LITORAL – Governo do Estado do RS

2.5.2. Comunicação

O Perfil do COREDE Litoral, realizado pelo Governo do Estado em 2015, aponta que de acordo com o Censo 2010, no que diz respeito às comunicações desse COREDE, os domicílios com acesso à internet, com celulares e com telefonia fixa são, respectivamente, 29,2%, 92,4% e 27,7% do total, configurando, com exceção dos domicílios com celulares, índices inferiores às médias estaduais que, também respectivamente, são de 33,9%, 90,7% e 39,3%. O município de Mampituba, à semelhança do suprimento energético (como veremos abaixo), também no quesito comunicações, aparece como o de menores índices, com valores, na mesma sequência de citação, de 4,9%, 61,6% e 8,1%.

Embora não se tenha encontrado dados secundários para o mapeamento da qualidade da rede de internet nos municípios do Litoral, tal tema foi recorrente nas entrevistas realizadas durante a elaboração da Análise Situacional. Podemos dividir o problema de conexão em dois grandes grupos, que evidenciam também as disparidades municipais no Litoral. Primeiro o grupo da precariedade de conexão em períodos de grande demanda de dados de internet durante o verão. Tal problema é característico daqueles municípios na costa do território que recebem grandes fluxos de veranistas de dezembro a março. Outro grupo é aquele que enfrentam problemas de acesso a internet – e também a rádio e telefonia móvel – todos os meses do ano. São os moradores dos municípios a oeste da BR-101, com características mais rurais e rodeados de morros.

2.5.3. Transporte e Logística

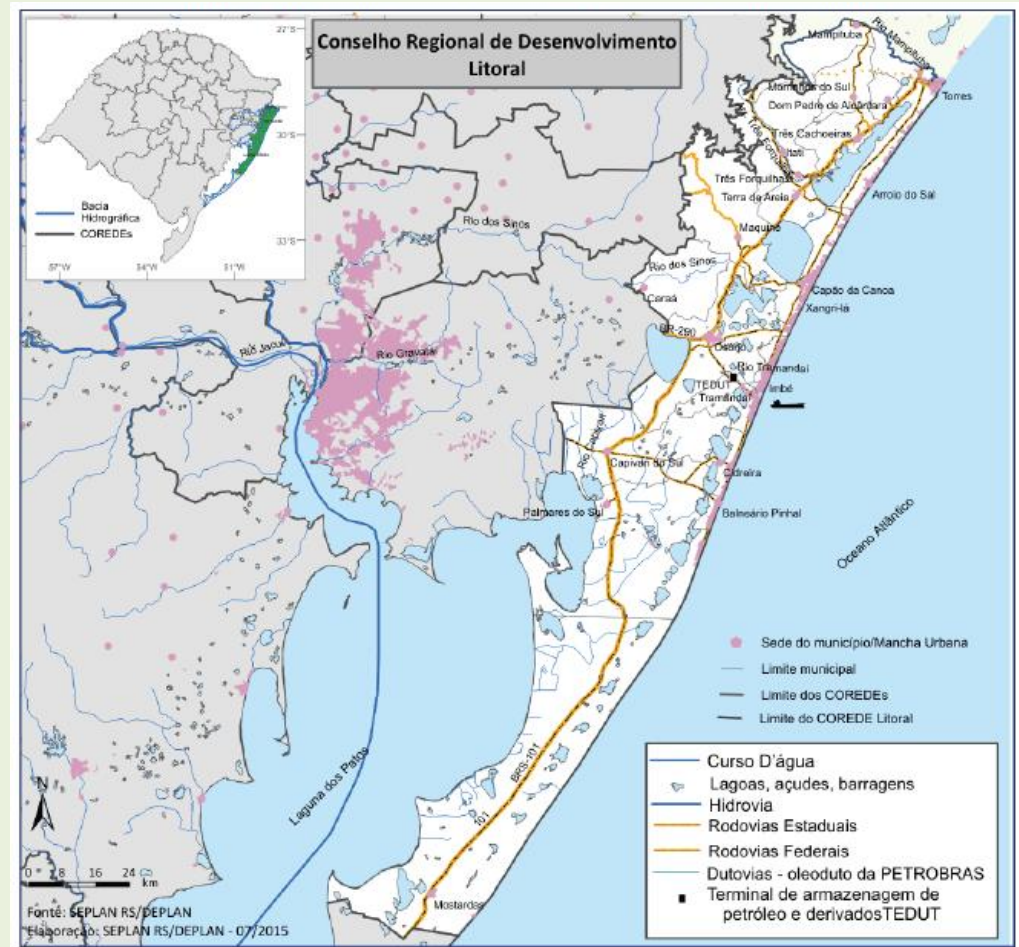
Outro tema bastante abordado pelo Perfil do COREDE realizado pelo Estado é quanto o transporte e a logística. O COREDE Litoral concentra 2,77% da população do Estado e apresenta uma rede urbana bem articulada pela presença de duas das mais importantes rodovias do Estado: BR-101 e BR-290, conforme demonstrado no mapa baixo. Os maiores municípios – Capão da Canoa, Tramandaí e Osório – abrigam 42% da população total.

O COREDE Litoral apresenta excelente condição de mobilidade também por se encontrar próximo à Região Metropolitana de Porto Alegre e se articular à Região Metropolitana da Serra Gaúcha, as duas maiores concentrações populacionais do Estado, que formam um extenso aglomerado urbano, por onde circulam os maiores volumes de mercadorias e de passageiros. Essas características influem sobremaneira nas relações de centralidade do COREDE Litoral, principalmente na procura por postos de trabalho, educação, formação de mão de obra e serviços especializados que não estão disponíveis na Região. Somente os municípios mais afastados do litoral são centralizados pelos três municípios maiores. Em contrapartida, o COREDE exerce forte atração sobre praticamente todas as regiões do Estado durante o período de verão, sendo o principal destino para atividades de lazer e turismo de férias, inclusive atraindo contingentes do Uruguai e da Argentina.

Se por um lado há uma excelente mobilidade até o COREDE, por outro lado a mobilidade interna – entre os municípios – apresenta grande precariedade. Não foram poucos os relatos nas reuniões microrregionais de problemas e precariedade nas estradas vicinais. Destaca-se as estradas mais ao sul do COREDE, as de ligação “intrapraias” e as que ligam os municípios mais rurais entre si e para o litoral.



FIGURA 24
Mapa da
Infraestrutura de
Transportes do
COREDE Litoral



Fonte: Perfil
Socioeconômico –
COREDE LITORAL –
Governo do Estado
do RS

Em relação ao modal rodoviário, o COREDE Litoral, além de contar com acesso à BR-290 e BR-101, é complementado pela chamada Estrada do Mar (RS-389), que liga a BR-290 e a BR-101 aos municípios da faixa litorânea de Osório até Torres. A Rota do Sol (RS-486), que liga a RS-020 à BR-101, entre São Francisco de Paula e Terra de Areia, possibilita o acesso do norte do Estado ao litoral, Santa Catarina e demais estados sem passar pela RMPA.

O COREDE Litoral ocupa a sexta posição em densidade rodoviária entre os COREDES⁹, sendo que as principais rodovias que dão acesso à região – BR-290 e BR-101 – são duplicadas e recebem elevado volume de tráfego de mercadorias e de passageiros, sobretudo nos meses de verão. Já a Estrada do Mar (RS-389) atende somente o tráfego de veículos de passeio. É importante observar ainda que a porção sul do COREDE Litoral, entre Capivari do Sul, Palmares do Sul e Mostardas, é considerada bastante isolada, tendo somente a BR-101 como ligação com os demais municípios. Há, no entanto, possibilidade de acesso, através da RS-040, à RMPA e ao Porto de Porto Alegre. No outro sentido, há grande dificuldade desses municípios chegarem aos portos do Rio Grande e Pelotas em função do estado de conservação da BR-101, no trecho entre Mostardas e São José do Norte, e

⁹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Rumos 2015**: Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes. Vol. 4: A Logística de Transportes no Desenvolvimento Regional. 2006 p.33

também por falta de ligação rodoviária entre São José do Norte e Rio Grande. Todos os municípios do COREDE, com exceção de Caraá, contam com acesso asfáltico, embora com algumas pendências de execução. A circulação de mercadorias e de passageiros no COREDE é feita apenas pelos modais rodoviar e dutoviário, embora a localização da Região, em sua porção sul, entre o mar e a Laguna dos Patos, possibilitasse a utilização do modal hidroviário. O modal ferroviário não está presente no COREDE e o aeroviário está representado pelo aeroporto de Torres, que conta com pista de asfalto de 1.500 metros, mas não recebe voos regulares. Os pontos mais próximos de articulação com esses modais estão na RMPA: o terminal ferroviário da América Latina Logística (ALL), o Porto de Porto Alegre e o Aeroporto Internacional Salgado Filho. O modal dutoviário está presente através do oleoduto da Petrobrás que se estende de Tramandaí a Canoas, na REFAP (Refinaria Alberto Pasqualini), e é responsável pelo suprimento dos maiores volumes de petróleo e derivados no Estado. A infraestrutura do modal dutoviário no COREDE Litoral conta com monoboias de atracação para navios petroleiros, dutos e um terminal de armazenagem de petróleo e derivados: o *Terminal Marítimo Almirante Soares Dutra*, em Osório.

2.5.4. Energia

Observamos no Perfil 2015 do COREDE Litoral que de acordo com o Balanço Energético 2013 da CEEE, o Litoral posiciona-se em décimo lugar entre os COREDEs do Estado no que diz respeito ao consumo de energia, que é de 785.205.668 kWh, 2,86% do total estadual. Osório, Capão da Canoa e Torres são os que apresentam os maiores consumos entre os vinte e um municípios do COREDE, com, respectivamente, 15,3%, 14,1% e 11,8%. O município que apresenta o menor consumo é Mampituba, com 0,3%.

Os municípios são atendidos em sua totalidade pela empresa CEEE e conforme o Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS (Rumos 2015), em 2004, embora a Região fosse bem atendida por redes de suprimento em termos de energia, havia deficiências nas ligações domiciliares, fortemente no meio rural, mas também no urbano, à medida que se caminha para a porção do extremo sul da Região, entre o mar e a Laguna dos Patos. Entre Osório e Torres ao norte, as densidades de ligações eram maiores. Isso é reflexo tanto do maior poder aquisitivo da população nessas áreas, como dos custos mais altos para suprimento em regiões mais distantes.

Dados da Secretaria de Minas e Energia do Rio Grande do Sul (2015) dão conta da existência de inúmeros parques eólicos em operação nesse COREDE. Os municípios onde estão instalados, número de parques e potência são: Tramandaí (1 parque, 70 MW), Osório (9 parques, total de 302,9 MW), Palmares do Sul (8 parques, total de 170 MW) e Xangri-lá (1 parque, 27,7 MW). Está também prevista, até maio de 2018, a entrada em operação de mais oito parques em Palmares do Sul, num total de 180,5 MW.

Quando a ligação de domicílios na rede de energia elétrica através de distribuidora, observa-se a quase universalização dos serviços. Todos os municípios analisados, assim como o Rio Grande do

Sul e o Brasil possuem porcentagens muito semelhantes. Destacam-se abaixo da média do Estado os municípios de Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Torres, Tramandaí e Três Cachoeiras.

TABELA 06

Domicílios particulares permanentes que tinham energia elétrica de companhia distribuidora – com destaque daqueles inferiores a % do Estado

	EXISTÊNCIA DE MEDIDOR DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA %
BRASIL	96,34
RIO GRANDE DO SUL	96,73
MÉDIA COREDE LITORAL	97,47

Fonte: IBGE – Censo 2010

2.6. DIMENSÃO ECONÔMICA

A relação entre as atividades de exportação e as de consumo interno no seio da economia condicionado em um território, regional, são bastante complexas. Como a região não é autossuficiente, o seu tamanho é, em última análise, determinado pela sua “capacidade de importar”, que resulta primordialmente do valor de sua exportação. Em suma, é impossível compreender a economia de uma região sem situá-la no contexto de rede à qual ela pertence, e sem determinar as funções especializadas que ela exerce. É o número e a importância de tais funções que determinam o tamanho da região, o vigor de sua economia e suas perspectivas de desenvolvimento. (SINGER, 1990).

Como aponta o professor Carlos Paiva em seu estudo “Como Identificar e Mobilizar o Potencial de Desenvolvimento Endógeno de uma Região?”, o Quociente Locacional é a medida de especialização regional mais difundida em pesquisas voltadas à identificação da estrutura econômica e das potencialidades dos territórios. Ele busca confrontar a participação relativa de um determinado setor e/ou segmento produtivo na economia de uma dada região – no presente estudo, a região COREDE Litoral – com a participação relativa desse mesmo setor e/ou segmento em uma região referência – Estado do Rio Grande do Sul.

Para este estudo foram utilizados os dados de trabalhadores ocupados disponibilizados pelo RAIS para o ano de 2014. Uma primeira distorção, e talvez a mais importante, se verifica quanto a grande informalidade de algumas atividades no Litoral. Sabemos que atividades como a construção civil, a pesca e muito dos serviços de temporada tem em comum a presença grande de trabalhadores informais. Tal fato prejudica o estudo através do RAIS, porém, na defasagem em se utilizar dados censitários e na precariedade técnica em se estimar trabalhos em “microrregiões” com base na amostra do PNAD, se optou em arcar com uma subestimação de setores muito informais e permanecer o estudo com base na RAIS.

Das 276 atividades presentes no RAIS (Estrutura de grupos - CNAE 2.0), o COREDE Litoral apresentou QL superior a 1, ou seja, apresentou alguma especialização, em pelo menos 53 atividades

como segue na tabela em anexo. Como a teoria nos coloca, quanto maior o QL, maior será a especialização, portanto, maior é a produção para fora.

A atividade com maior QL (18,08) é a **Transporte Dutoviário**, com presença de 44 trabalhadores em Osório; seguido da atividade de **Produção Florestal – florestas nativas** (QL 17,97) com destaque para Mostardas e Palmares do Sul; após com o QL de 8,10 **atividades paisagísticas** aparecem com destaque para os municípios de Capão da Canoa, Terra de Areia e Xangri-lá; ainda com um QL alto, 5,46, **atividades de apoio a gestão da saúde**, com presença unicamente de trabalhadores em Tramandaí.

Com um QL médio, mais ainda demonstrando grande especialização, o COREDE Litoral possui 5 atividades (QL entre 3 e 5): **Incorporação de empreendimentos imobiliários; atividades de recreação e lazer; fabricação e refino de açúcar; serviços móveis de atendimento a urgências e remoção de outros pacientes; e extração de outros minerais não metálicos**. Quanto a extração de outros minerais, vemos atividades localizadas apenas no município de Três Cachoeiras; quanto a fabricação e refino de açúcar é de se destacar que tal especialização é apontada apenas por cinco ocupações, quatro no município de Itati e uma em Maquiné, não configurando para essa análise uma atividade de destaque na região. Quanto a incorporação de empreendimentos imobiliário, esta sim, atividade de grande destaque na região, com ocupações significativas em Capão da Canoa, Torres e Tramandaí.

Para analisarmos aquelas atividades com QL entre 1 e 3, optou-se por selecionar entre os 44 QLS, as atividades com maiores números de ocupados como forma de analisar realmente especialização no COREDE que mais empregam mão de obra. Assim, obteve-se 18 atividades com QL superior a 1 e com mais de 500 ocupados conforme tabela abaixo.



TABELA 07

Ocupados por Grupos de Atividades CNAE 2.0 e Quociente Locacional

GRUPO DE ATIVIDADE CNAE 2.0	Nº DE OCUPADOS	QL
ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO E DA POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL	13546	1,47
COMÉRCIO VAREJISTA NÃO ESPECIALIZADO	6813	2,27
COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS NOVOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE E DE PRODUTOS USADOS	3697	1,59
RESTAURANTES E OUTROS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS	3465	2,13
COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	2878	2,52
COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO	2498	1,77
FABRICAÇÃO DE CALÇADOS	2330	1,14
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	2161	1,60
SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS	1586	1,98
COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, PERFUMARIA E COSMÉTICOS E ARTIGOS MÉDICOS, ÓPTICOS E ORTOPÉDICOS	1490	1,51
COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, BEBIDAS E FUMO	1343	2,03
PRODUÇÃO DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS	1183	1,63
COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	1079	1,62
HOTÉIS E SIMILARES	929	2,37
COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	854	1,32
COMÉRCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, BEBIDAS E FUMO	678	1,13
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA, CORTIÇA E MATERIAL TRANÇADO, EXCETO MÓVEIS	594	2,76
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS, FERROVIAS, OBRAS URBANAS E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	581	2,03

Da análise da tabela a cima, podemos dividir as atividades em seis grandes grupos:

- **Comércio em geral:** QL médio de 1,75, contendo nove atividades e 21.330 ocupados em dezembro de 2014 (com maior QL no comércio varejista de materiais de construção, de 2,52, e menor QL no comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo);
- **Administração do estado e da política:** QL de 1,47 com 13.546 ocupados em dezembro de 2014.
- **Serviços para os turistas:** com QL médio de 2,25, contando com 4.394 ocupados em dezembro de 2014, contempla duas atividades: de hotéis e similares com QL de 2,37 e Atividade de Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas com QL de 2,13.
- **Indústria de Transformação:** apresenta um QL médio de 1,95 com duas atividades representadas nesse grupo e 2.924 ocupados em dezembro de 2014. A primeira atividade é a

fabricação de calçados com QL 1,14 e a segunda a fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis.

- **Construção Civil:** QL médio de 1,82, com duas atividades e 2.742 ocupados em dezembro de 2014. Fazem parte desse grupo a atividade de construção de edifícios com QL de 1,6 e a atividade de Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras de arte especiais com QL de 2,03.
- **Serviços combinados para apoio a edifícios:** com QL de 1,98 e com 1.586 ocupados em dezembro de 2014.
- **Produção de lavoura temporária:** com QL de 1,63 e com 1.183 ocupados em dezembro de 2014.

Quanto a análise a partir dos indicadores do VAB e PIB, o presente estudo fará uma atualização da pesquisa já realizada pelo Perfil do COREDE Litoral. Na oportunidade, os técnicos do Governo do Estado que realizaram a pesquisa tinham disponíveis apenas os dados referentes a contabilidade social do Estado do ano de 2012. Nessa oportunidade, então, iremos atualizar com os dados mais novos, de 2013. Quanto as sínteses mais gerais, da participação de serviços e indústrias e principais produtos agrícolas, quando não alterados devido a dinâmica econômica, permanecem as mesmas.

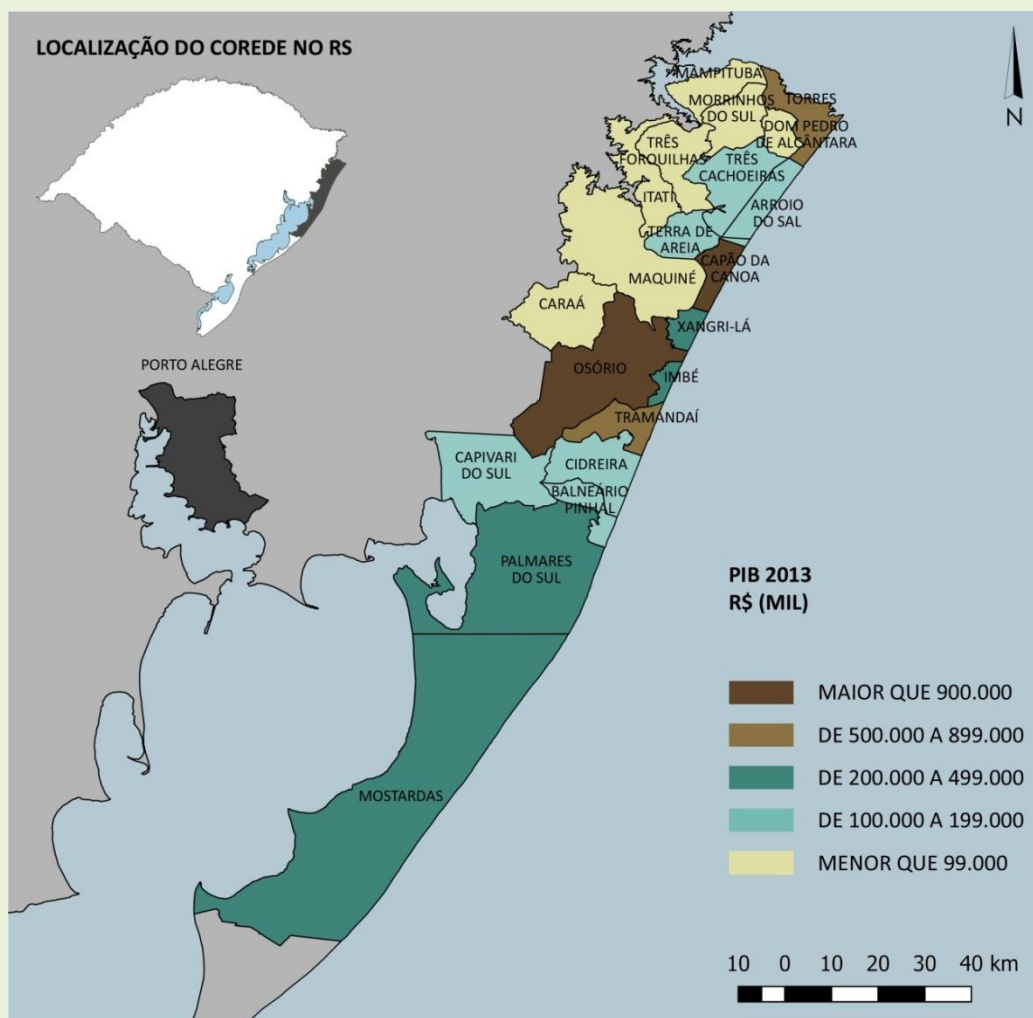
A economia do COREDE Litoral apresenta grande participação do setor de Serviços e da Construção Civil, especialmente nos municípios que constituem centros de turismo sazonal, o que atrai grandes contingentes de trabalhadores. A atividade turística, com movimentos oscilatórios de demandas, concorre para a atração de pessoas de baixa qualificação que se dedicam a serviços e comércios temporários e informais, com rendas reduzidas.

A baixa participação da Indústria de Transformação, devido à forte polarização exercida pela Região Metropolitana, dificulta a dinamização da Região. No setor agropecuário, o arroz possui a maior participação na produção, sobretudo nos municípios próximos às lagoas da planície costeira. O COREDE apresentou, em 2013, um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 5,9 bilhões, o que representava 1,8% do total do Estado (um aumento de 0,1% da participação do ano anterior). O PIB per capita do COREDE era de R\$ 18.826,16 (aumento de 23% do ano anterior), constituindo o décimo quinto maior valor dentre os 28 COREDEs. O município de Capivari do Sul possuía o maior PIB per capita da Região, com R\$ 42.429,82 e Caraá detinha o menor valor da Região e o 4º menor do Estado, com R\$ 10.121,52.

Em 2013, Osório possuía o maior PIB do COREDE Litoral, com aproximadamente R\$ 1,03 bilhões, seguido por Capão da Canoa (R\$ 947 milhões), Torres (R\$ 730 milhões) e Tramandaí (R\$ 717 milhões). Mampituba detinha o menor PIB do COREDE, com R\$ 35 milhões. O mapa abaixo demonstra o PIB dos municípios do COREDE Litoral em 2013.



FIGURA 25
Mapa do
Produto Interno
Bruto – 2013 do
COREDE Litoral



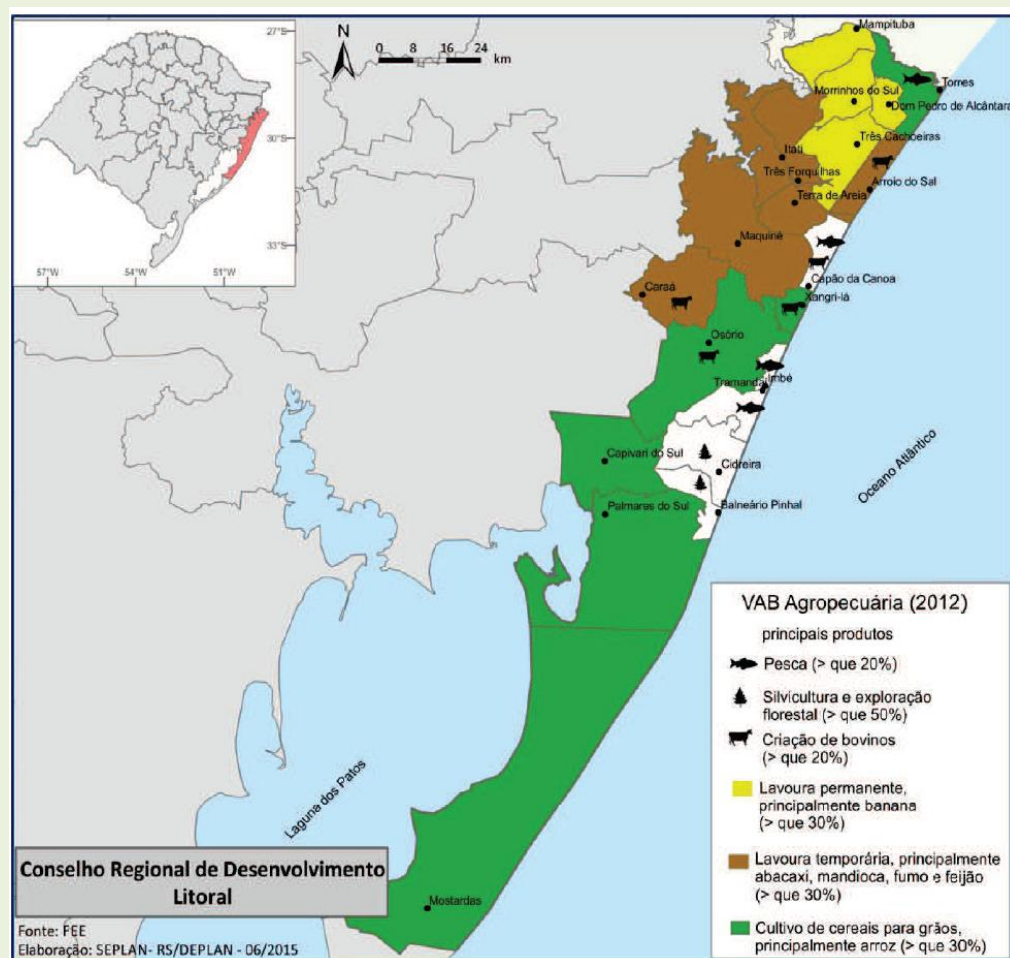
Dados: FEE.
Formulação: Latus
Consultoria

No que se refere aos setores que compõem o Valor Adicionado Bruto (VAB) do COREDE em 2013, a Agropecuária é responsável por apenas 2% - cabe destacar que em 2012 esse valor era de 9,4%, a Indústria por 18% e os Serviços por 80%. Essa estrutura apresenta maior participação dos Serviços e substancialmente menor da Indústria e muito menor da agropecuária em relação à média do Estado. Na Agropecuária, destacam-se Mostardas (25%), Palmares do Sul (16%) e Capivari do Sul (11%). Na Indústria, Osório possui 24% do VAB, seguido por Capão da Canoa (23%), Torres (12%) e Tramandaí (10%). Os Serviços estão distribuídos entre Osório (18%), Capão da Canoa (16%), Tramandaí (14%) e Torres (13%). O COREDE detém 1,6% do VAB da Agropecuária do Estado; 1,1% do VAB da Indústria; e 2,3% do VAB dos Serviços.

Pela falta de dados atualizados, para a avaliação da composição do VAB utilizamos os dados de 2012 e estudo destes dados constantes no Perfil Socioeconômico do Corede Litoral. No VAB da Agropecuária, destaca-se o Cultivo de Cereais para Grãos, com 50,9%, principalmente o arroz, com liderança no COREDE de Mostardas, Palmares do Sul e Capivari do Sul. Outros produtos da lavoura

temporária possuem 12,2%, com destaque para a mandioca, o abacaxi, o fumo e o feijão, nos municípios de Maquiné, Terra de Areia e Caraá. A Criação de Bovinos de corte e de leite também detém 12,2%, destacando-se Mostardas e Palmares do Sul. A Silvicultura e a Exploração Florestal apresentam 10,4%, destacando-se Palmares do Sul, Mostardas, Cidreira, Capivari do Sul e Balneário Pinhal. Produtos da Lavoura Permanente, principalmente a banana, possuem 6,5% com ênfase para Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras e Mampituba. A Pesca possui 4%, com liderança de Torres, Tramandaí e Palmares do Sul. A Figura 6 demonstra os principais produtos do VAB da Agropecuária do COREDE Litoral em 2012.

FIGURA 26
Mapa dos
Principais
produtos do VAB
da Agropecuária
dos municípios do
COREDE Litoral –
2012



Dados: FEE.
Formulação: Latus
Consultoria

Conforme a Figura 6, o arroz se destaca nos municípios da planície costeira, próximos às lagoas do litoral. Os municípios próximos à encosta do planalto, mais distantes do litoral, possuem uma produção mais diversificada, com ênfase para a produção de banana, abacaxi, mandioca, fumo e feijão. A criação de bovinos de corte e de leite e a pesca se apresentam bem distribuídas no COREDE. A silvicultura se destaca em municípios menores, com pouca importância no VAB da Agropecuária, como Cidreira e Balneário Pinhal. O setor primário tem condições de dinamização devido à proximidade da RMPA, vinculado à produção oriunda das pequenas propriedades.

No VAB da Indústria, a Construção Civil detém 49,4%, na qual lideram os municípios de Capão da Canoa, Osório, Tramandaí e Torres. A Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUPs) possui 32,3%, destacando-se Osório, onde se localiza o parque eólico de Osório, e Capão da Canoa. A Indústria de Transformação apresenta apenas 17,1%, com relevo para Osório, Capivari do Sul e Palmares do Sul. A Indústria Extrativa possui 1,3%, com liderança de Osório.

A Indústria de Transformação, pouco representativa no COREDE, possui como destaque a Fabricação de Produtos Alimentícios, com 45% do setor na Região, especialmente na Moagem, Fabricação de Produtos Amiláceos e de Alimentos para Animais e no Abate e Fabricação de Produtos de Carne. A Fabricação de Calçados aparece com 30,3%. No entanto, as indústrias da Região nesses segmentos não possuem maior representatividade no contexto estadual.

Nos Serviços, os segmentos mais representativos são a Administração Pública, com 37,9%, principalmente em Osório, Capão da Canoa e Tramandaí; as Atividades Imobiliárias e Aluguéis, com 21,5%, em Capão da Canoa e Tramandaí; e o Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação, com 13,7%, com predominância de Osório.

No que se refere ao pessoal ocupado na Região em 2014, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 81% estavam nos Serviços; 16%, na Indústria; e 3%, na Agropecuária.

Esses dados indicavam uma concentração maior dos empregos do COREDE nos Serviços e uma concentração igual na Agropecuária, e substancialmente menor na Indústria em relação à média do Estado. A participação do setor de Serviços chega a 95% em Balneário Pinhal, 94% em Mampituba, 93% em Três Forquilhas e 92% em Cidreira. Cidreira também concentrava 23% do pessoal ocupado na Construção Civil do COREDE Litoral.

2.7. DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Nesta etapa do diagnóstico técnico busca-se identificar o conjunto de atores sociais e agentes institucionais, governamentais e não governamentais, que atuam nos municípios e nas instituições de âmbito regional. Sem o propósito de uma análise mais aprofundada das prioridades de gestão e principais interfaces de atuação destas instituições, apresenta-se uma listagem inicial identificada a partir de publicações existentes, complementada e atualizada em busca na internet. O objetivo é de subsidiar posterior identificação e qualificação daquelas instituições e representações que poderão ser agentes dos projetos e propostas, ou das situações que apontem a fragilidade institucional para o desenvolvimento das ações.

Optou-se por organizar tais informações em 2 grupos. O primeiro apresenta a listagem das entidades representativas e atuantes na escala municipal. No segundo grupo são elencadas as instituições do Governo Estadual, e as instituições de ensino, pesquisa e apoio técnico com

representação nos municípios / região. Elenca-se ainda neste segundo grupo as instancias de gestão regional identificando a interface territorial de atuação com o Corede Litoral.

No que se refere às entidades e instituições locais foram sistematizadas as informações referentes a 16 municípios integrantes do Corede Litoral (tendo por base a publicação do Plano da Bacia de Tramandaí) e complementarmente, as entidades que integram os Comitês de Gerenciamento das Bacias do Rio Tramandaí, do Rio Mampituba, e do Litoral Médio, não encontradas na primeira. Com a sobreposição das informações, se pretendeu atualizar a primeira listagem e ampliar a abrangência para alcançar os municípios faltantes através da identificação posterior das suas localizações (listas em anexo).

A partir da listagem, verifica-se uma diversidade das representações – incluindo os setores organizados da sociedade: organizações sindicais, associações profissionais, associações de moradores, círculo de pais e mestres, os clubes de serviço comunitários, ONG(s), serviços de comunicação; e as representações institucionais - instituições de ensino e apoio técnico, igrejas, as instituições publicas,(prefeituras e câmara de vereadores, brigada militar...) entre outros.

Verifica-se uma maior ocorrência das representações nos municípios de Torres e Osório, seguidos de Tramandaí e Capão da Canoa. Os municípios de pequeno porte populacional contam praticamente com as instancias públicas – Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores, sendo também sempre destacada a igreja e por vezes os sindicatos rurais. Os quadros nos anexos apresentam as entidades e instituições locais até o momento identificadas.

No segundo grupo estão identificadas as instituições do governo do Estado que possuem representação (sedes e escritórios) de âmbito regional destacada a localização dos municípios sede. Se inclui nesta mesma listagem as universidades e as instituições governamentais e privadas que atuam em pesquisa, e apoio e capacitação técnica. Nesta leitura institucional destaca-se ainda as instancias participativas de gestão regionalizada de maior interface com o Corede Litoral.

QUADRO 02

Instituições governamentais e privadas c/ representação e atuação regional

	INSTITUIÇÕES	SEDE
INSTITUIÇÕES ESTADUAIS	FEPAM- Regional Litoral Norte	Tramandaí
	CORSAM- Superintendência Regional Litoral	Osório
	CEEE- Superintendência Regional	Osório
	DAER-16º Superintendência Regional	Osório
	IRGA - Coord. Geral Planície Costeira Externa (4 Nates)	Torres, Mostardas, Palmares Sul, Capivari
	9º Sup. Regional Sec. Agricultura, Pecuária e Irrigação (SAPI)	Osório
	IDA'S Litoral Norte (SAPI)	Capão da Canoa, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí
	11ª Coordenadoria Regional Educação	Osório
	8ª Delegacia Regional de Trabalho e Desenvolvimento Social	Capão da Canoa
	18ª Coordenadoria Regional da Saúde	Osório
	Coordenadoria Regional de Turismo	Osório
	1º Batalhão Ambiental Brigada Militar	Xangri-lá
	9º Comando Regional de Bombeiros da Brigada Militar	Tramandaí
	Comando de Policiamento da Brigada Militar	Osório
	FEPAGRO - Fundação Est. de Pesq. Agropecuária - LITORAL NORTE	Maquine e Terra de Areia
Ministério Público Estadual /Promotorias de Justiça	Capão da Canoa, Osório, Torres e Tramandaí	
INSTITUIÇÕES ENSINO SUP.	UNISC	Capão da canoa
	UFRGS	Tramandaí
	ULBRA	Torres
	UERGS	Osório
	FACOS	Osório
	IF	Osório
PESQUISA/APOIO TECNICO	CECLIMAR/UFRGS	Imbé
	SEBRAE- Metropolitano	Unidade Móvel atende Litoral
	SENAC	Tramandaí, Torres, Osório, Balcão SESC/SENAC- Balneário Pinhal
	SENAI (Construção Civil)	Capão da Canoa - em início construção/convenio assinado
	EMATER-RS/ASCAR (Regional Porto Alegre)	Escritórios Municipais e Eventos
	ESCRITÓRIO REGIONAL DO IBAMA-	Tramandaí

Quanto a caracterização e identificação das principais atribuições das instâncias de gestão regionalizada, reproduz-se o registrado por Tânia Marques Strohaecker em texto recentemente publicado e disponibilizado na internet¹⁰.

¹⁰ STROHAECKER, T.M. Trajetória do planejamento territorial no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 27, p. 68-93, mar. 2016.

O Corede Litoral constitui-se no principal ator político regional com a função de intermediar as políticas generalizantes das escalas federal e estadual com as demandas e interesses específicos das comunidades intrarregionais...

Outro importante ator regional é a Associação dos Municípios do Litoral Norte (Amlinorte), fundada em 1996, congregando os prefeitos de 23 municípios da região (acrescido de Santo Antônio da Patrulha, Mostardas e Tavares). A Amlinorte tem como função coordenar, auxiliar e representar os municípios da região junto aos órgãos públicos das instâncias federal e estadual, no sentido de contribuir na construção de políticas públicas para o desenvolvimento do Litoral Norte.

Por outro lado, a Agência de Desenvolvimento Litoral (AD Litoral), associada ao Polo RS, é uma entidade privada que visa divulgar institucionalmente a região, elaborar projetos para o desenvolvimento regional, identificar e atrair investimentos para a região, realizar parcerias entre empresas, entidades nacionais e internacionais, universidades e entidades do Litoral Norte.

Além dos atores regionais mencionados, destaca-se também o importante papel das instituições de ensino superior, técnico e de pesquisa empenhadas na qualificação dos recursos humanos e como parceiras em vários programas, projetos e ações no âmbito regional. O Polo de Modernização Tecnológica do Litoral Norte, institucionalizado em 2009, tem como instituições participantes a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA – Torres), Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS – Cidreira), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - Imbé), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC – Capão da Canoa), Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) e Faculdades Cenevistas de Osório (FACOS). As áreas de atuação compreendem agropecuária, agroindústria, indústria de malhas e confecções, indústria moveleira, meio ambiente, pesca e aquicultura, tecnologia da informação, suporte científico e tecnológico ao turismo. No entanto, devido aos recursos escassos disponibilizados e a falta de interação efetiva entre as instituições participantes na proposição de projetos de desenvolvimento e tecnologia, até o momento o Polo de Modernização Tecnológica do Litoral Norte não apresentou resultados satisfatórios. A implantação de várias instituições de ensino superior e técnico na região, públicas e privadas, configura uma tendência no longo prazo de melhoria qualitativa do capital social.

Além das instancias acima mencionadas da gestão integrada do desenvolvimento regional, também merecem destaque os Comitês de Bacias (Tramandaí, Litoral Médio e Mampituba). Por definição – são colegiados instituídos oficialmente pelo Governo do Estado, formados majoritariamente por representantes da sociedade e de usuários das águas, sua função é discutir e deliberar sobre os assuntos de interesse comum aos diversos usuários da água de uma bacia hidrográfica.

A ASCAL – Associação das Câmaras Municipais do Litoral promove assistência ao legislativo dos municípios da AMLINORTE e tem sede junto à mesma.

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial - CODETER esta vinculado ao NIPEDETE - Núcleo Interinstitucional de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Etnoecologia da UFRGS através do Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Rural/DESMA-NESAN. Constituído pela UFRGS - Campos do Litoral Norte, pela UERGS – Unidades de São Francisco de Paula, Vacaria, Caxias do Sul e Tapes, e pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, tem como objetivo assessorar os

territórios Campos de Cima da Serra e Litoral a constituir os colegiados territoriais e suas estruturas e elaborar o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Por fim, cabe destacar como problema a se enfrentado as distintas territorialidades que as distintas instancias da gestão regionalizada, e também as representações institucionais, contemplam. Na avaliação da autora:

“a diversidade de regionalizações adotada pelas esferas pública e privada passa a ser um dos grandes entraves à formação da identidade territorial e, conseqüentemente, à possibilidade de se pensar um plano de desenvolvimento regional integrado. No entanto, o número significativo de instituições e entidades de caráter civil criado nos últimos anos indica uma preocupação e interesse das lideranças regionais em construir um plano visando o desenvolvimento regional”.

3. ANÁLISE DE INDICADORES E SITUACIONAL

A Análise situacional foi realizada entre os meses de maio e julho de 2016 em diferentes encontros entre os técnicos da Latus Consultoria e os representantes do COREDE. Optou-se por se realizar encontros microrregionais, unificando os municípios segundo sua localização e características principais, como forma de melhor integrar a região e oportunizar o debate dos diferentes municípios.

A primeira evidência desse processo, e que deverá balizar toda análise que será realizada a seguir, é uma grande disparidade entre os municípios do COREDE Litoral que podem ser divididos em três grupos:

- I. Municípios mais rurais, com forte potencialidade ambiental: são aqueles municípios mais ao norte e noroeste do COREDE Litoral, localizadas a oeste da BR101 e que tem como característica menores índices de urbanização e, de forma geral, também com menor população. Nesse grupo estão os municípios de Caraá, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Terra de Areia, Três Cachoeiras e Três Forquilhas.
- II. Municípios costeiros, com grande potencial de veraneio: são aqueles municípios que possuem praias e balneários, localizados a leste da BR101, muito urbanizados, com populações acima da média do COREDE e que nos meses do verão chega a quadruplicar o número de habitantes. Esse grupo também é o que apresenta uma economia mais dinâmica. Nesse grupo estão os municípios de Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Cidreira, Imbé, Osório, Torres, Tramandaí e Xangri-Lá.
- III. Municípios ao sul do COREDE: Esses três municípios distinguem-se por possuírem grande relação com a Lagoa dos Patos e por estarem localizado ao Sul da RS40, importante via de ligação com Porto Alegre. Embora bem urbanos, sua urbanização é menor do que os municípios costeiros. Nesse grupo estão três municípios, Capivari do Sul, Palmares do Sul e Mostardas.

Outro ponto a se destacar está presente no Planejamento Estratégico de 2009 e 2010. Estudos realizados pelo Rumos 2015, em que se estratificou os COREDEs em cinco grandes grupos, o COREDE Litoral ficou no grupo dos com mais dificuldade: com baixo desenvolvimento econômico e baixo potencial, aliados a índices sociais abaixo da média do Estado.

Também presente no estudo Rumos 2015, e que o presente trabalho ratifica, é a grande polarização do COREDE com as duas regiões mais dinâmicas do Estado, a Região Metropolitana de Porto Alegre e a Região Metropolitana da Serra Gaúcha. Ambas colaboram, ao mesmo tempo em que competem, com as oportunidades e desenvolvimento do COREDE Litoral. Se por um lado atendem os municípios do Conselho de serviços e infraestrutura que não existiriam se não fosse essa proximidade, por outro competem ao disporem de maiores oportunidades de investimento e empregos.

Por último, cabe resaltar nesses parágrafos introdutórios o significado e o potencial que é uma população de 323.112 habitantes ter entre os meses de dezembro a março sua população aumentada para mais de 1 milhão de habitantes devido o veraneio. População essa, oriunda de todo Estado e de países como Uruguai e Argentina.

3.1. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Como apresentado na primeira parte desse trabalho, Diagnóstico Técnico, em 2013 o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) do COREDE Litoral foi de 0,705, encontrando-se no Nível Médio de desenvolvimento e na vigésima terceira posição no ranking dos 28 COREDES. Embora tenha melhorado seu índice, de 2008 a 2013 o COREDE teve a cada ano seu IDESE aumentado, devido a um índice superior dos demais 27 COREDES ou mesmo um maior aumento deles, o COREDE Litoral perdeu posição no ranking. Em 2007 era o 18º melhor IDESE do Rio Grande do Sul, e em 2013 é o 23º melhor. Em todo esse período de análise (sete anos) o IDESE do COREDE foi inferior ao COREDE do Rio Grande do Sul.

3.2. GESTÃO ESTRUTURAL

O COREDE Litoral leva no nome uma de suas características mais evidente que define muito de sua ocupação, economia e estrutura. Por ser uma região costeira, que atrai inúmeros veranistas e turistas, o COREDE apresenta “uma rede urbana bem articulada pela presença de duas das mais importantes rodovias do Estado: BR 101 e BR 290” (Perfil COREDE). Se por um lado o COREDE está bem interligado com as demais regiões do Estado, por outro apresenta problemas e precariedade nas estradas vicinais que ligam os municípios internos ao COREDE. Soma-se a esse problema a restrição do transporte de cargas em algumas vias, dificultando o escoamento da produção. Outro aspecto bastante relevante quanto ao transporte na região e que pode se configurar em uma grande potencialidade é a existência de um Aeroporto regional na cidade de Torres.

O Litoral é um polo de grande atração de população, não só no veraneio - que nos meses de dezembro a março quadruplica a população - mas também há nas últimas décadas um grande fluxo de migração para o Litoral, com esta região tendo as maiores taxas de crescimento populacional do Estado. Tal fluxo migratório incidiu sobre a necessidade de uma grande urbanização na região, muitas vezes sem o devido planejamento trazendo problemas comuns a toda grande cidade como precariedade do transporte público; falta de rede e tratamento de esgoto; má gestão dos resíduos sólidos entre outros temas mais específicos como o conflito na utilização das faixas de lagoas e praias.

O turismo e a população de veraneio dinamizam a região. Seja em busca das praias, do sossego na natureza ou o contato com o Oceano Atlântico, a Laguna dos Patos e os inúmeros rios e lagoas da região, os visitantes do litoral carecem de uma maior infraestrutura para se localizar, hospedar e se alimentar em todos os meses do ano. Neste trabalho ficou evidente a necessidade de

maiores investimentos para “bem receber” e um maior cuidado na qualificação daquela que talvez seja o “joia” do litoral, que é sua orla. Importante destacar que embora haja carência de maior infraestrutura, isso se dá pelo aumento da demanda, mas é reconhecido que o COREDE hoje apresenta uma boa rede hoteleira, porém que precisa estar mais integrada regionalmente. Se os recursos hídricos são atração, também apresentam-se como problemas devido a recorrentes inundações, problema esse que pode ser superado com planejamento e investimento em infraestrutura.

Mesmo com uma população urbana de 86% (Censo 2010), o COREDE caracteriza-se por ter uma importante população rural. Um terço dos seus municípios tem uma população majoritária vivendo em área rural, área essa muitas vezes com grande déficit de estrutura, das quais se destaca a recorrente ausência de internet e telefonia móvel. População essa que ainda sofre conflitos oriundos da ocupação, com necessidade de regularização fundiária em muitas áreas rurais e em áreas de comunidades tradicionais.

O COREDE Litoral é vanguarda no processo de investimento em novas energias sustentáveis. Hoje possui grandes parques eólicos que colocam a região em sintonia com um movimento internacional de desenvolvimento sustentável. Porém, também quando a energia, podemos observar recorrentes queixas quanto a quedas de energia mais ao sul do COREDE em municípios como Palmares do Sul, Mostardas e Capivari do Sul.

3.3. GESTÃO ECONÔMICA

Da série de reuniões realizadas para o desenvolvimento da análise situacional da região foram três grupos de atividades econômicas que apareceram com maior frequência nos debates: atividades ligadas ao turismo, a produção rural e a construção civil. Do cruzamento com o Quociente Locacional podemos confirmá-las como importante para o desenvolvimento regional. Um fator que aparece com evidência nos estudos técnicos e nos relatos dos moradores é a grande informalidade em todos os setores, o que por vezes pode comprometer as análises pela falta de informação oficial.

O primeiro grupo, e que mais dinamiza a comunidade do COREDE Litoral, é composto por atividades relacionadas com o Turismo. Seja os serviços de restaurante e lancherias, ou os serviços mais básicos de comércio – observa-se que grande parte deles funcionam voltados para a população que vem visitar o litoral não mais apenas no veraneio e sim em grande parte do ano nos finais de semana. Também muito ligado ao turismo e veraneio está todo o setor de hotéis e pousadas que tem grande destaque na região. Cabe lembrar que muito se apontou da necessidade de melhorar a qualidade no atendimento ao turista, desafio esse que não está localizado apenas na faixa litorânea, mas também naqueles municípios que têm um potencial turístico ligado a ecologia e ao rural. Sobre o ecoturismo, há uma preocupação quanto ao desenvolvimento desta atividade e o impacto que ela pode trazer para o meio ambiente. Em todas estas atividades relacionadas ao turismo, percebemos grande influência negativa da baixa temporada, com a necessidade de se reduzir e muito as atividades no setor por falta de demanda nos meses mais frios.

Outro grupo de atividades que tem grande impacto, principalmente sobre aqueles sete municípios com maior população rural, é justamente a agricultura. Com grande potencial de uma agricultura mais diversificada, essa região hoje enfrenta problemas para manter-se no campo. Primeiro há uma grande queixa quanto a legislação ambiental e a proibição de produção em algumas áreas, sem uma contrapartida, o que restringe muito a utilização do território para plantio no momento que a região é abundante em recursos hídricos. Também problemas como o acesso a internet, telefonia móvel, falta de energia trifásica, falta de qualificação e oportunidades de emprego têm afastado os jovens do trabalho na produção rural, provocando um êxodo para as cidades. Ainda sobre a atividade primária, destaca-se por sua influência e presença nas reuniões a pauta dos pescadores artesanais.

O COREDE Litoral também é lembrado por ter uma indústria da construção civil muito pujante. Sem dúvida com uma ligação forte com o turismo (veraneio), a construção civil no litoral, embora passe nesse momento por uma desaceleração, é responsável por uma grande cadeia que emprega muito dos trabalhadores da região. Esse grupo de atividades é responsável por grande parte do produto Interno Bruto do Litoral. Atividades com menor número de trabalhadores, mas que tiveram destaque nesta análise, foram as relacionadas a indústria moveleira – bem característica também daqueles municípios mais ao norte, a oeste da BR-101 – e as atividades relacionadas ao petróleo, que observamos pelo QL uma ligação grande com o município de Osório.

3.4. GESTÃO SOCIAL

As taxas de migrações para o COREDE Litoral na última década são bem expressivas. Dos debates realizados, identificam-se dois grandes processos migratórios. O primeiro caracterizado por famílias de maior renda que vêm ao litoral em busca de um conforto e lazer após sua aposentadoria. Outro grupo, muitas vezes em situações de vulnerabilidade bem grande, são aquelas famílias que anualmente no início do período de veraneio vêm ao litoral em busca de oportunidades de emprego e que acabam se fixando nos municípios muitas vezes de forma irregular.

Do primeiro grupo de migração, os idosos, acarreta que o COREDE possui uma pirâmide demográfica com base mais estreita que a do Estado. Essa população que escolhe viver no litoral traz uma renda extra que dinamiza os serviços na região. Por outro lado, pelo seu perfil de idade, é uma população que demanda grande infraestrutura de saúde, muitas vezes especializada, e demanda maiores investimentos em acessibilidade. Quanto a questão da saúde, mesmo que o COREDE apareça com bom potencial nesta área, com bons programas da Estratégia da Família e importantes hospitais regionais, observa-se que o financiamento pública da saúde está cada vez mais minguado e que é preciso de investimentos contínuos na área. Ao contrário de outras atividades, observa-se que na saúde quanto maior a inserção da tecnologia, mais caro se torna todo o processo. Ainda relacionado a saúde, destaca-se como oportunidade a proximidade do COREDE com a Região Metropolitana de Porto Alegre para a necessidade de tratamento médico mais especializado.

O segundo grupo de migração, famílias que buscam emprego temporário, demanda inúmeras serviços públicos como saúde, habitação e educação. Na área de educação, o COREDE apresenta índices preocupantes, abaixo da média do Estado. Com uma taxa de analfabetismo grande é de se preocupar com os atuais déficits de escolas infantis e a falta de um programa de Educação de Jovens e Adultos de forma mais estruturada e a precariedade no transporte escolar. Embora na região estejam instalados estabelecimentos de Ensino Superior e Escolas Técnicas, ainda há uma demanda por cursos mais ligados as vocações da região, como o Turismo. Ainda quanto a educação há um déficit de uma educação mais empreendedora e capacitação aos pequenos empreendedores.

Um problema que não é exclusivo do COREDE Litoral é a drogadição e os crimes relacionados a ela que tem aumentado na região. Não é de se surpreender que o aumento da criminalidade se de justamente quando há um déficit de policiais e viaturas na região. Empresário e comunidade se organizam para solicitar mais segurança, mas a realidade é assustadora. Há municípios do COREDE que não têm efetivo policial permanente e as perspectivas para o futuro não são nada animadoras.

Por último, um tema que tangencia todos os outros mais que aparece com força na gestão social é a questão da precariedade de inserção das comunidades tradicionais e mesmo o “confronto” que há entre eles e pequenos e grandes produtores rurais. Tal confronto se dá pela ocupação do território, tema que depende de uma concertação que envolva também o ente federativo e que, por mais que fuja do escopo deste trabalho, suas consequências dinamizam o território estudado.

3.5. GESTÃO INSTITUCIONAL

Da série de reuniões realizadas para este diagnóstico a análise situacional evidenciou-se que não existe somente um COREDE Litoral, mas no mínimo três: região mais ao norte, a oeste da BR-101 municípios predominantemente mais rurais e de pequena população; região litorânea com o atrativo das praias com grande população e urbanização e região mais ao sul, com uma integração maior com a Lagoa dos Patos e com uma urbanização não tão acelerada. Tal divisão coloca uma grande disparidade entre os municípios que colabora com dois problemas principais, (1) falta de associativismo entre produtores e comerciantes dos diversos setores e (2) falta de uma integração mais regional na gestão pública.

O primeiro problema evidencia-se principalmente no turismo – mas não se restringe a apenas ele. Não há um espírito de associação ou de cooperação na área. As decisões são tomadas de forma individual, sem perceber que muitas delas poderiam ter menor impacto se fosse compartilhada. Quando envolve a área da produção, principalmente primária, a falta de cooperação impõe muitas vezes a restrição de acesso a outros mercados consumidores.

Quanto a integração regional na esfera pública, observa-se também o mesmo problema. Como exemplo, utilizando novamente o setor do turismo, vemos que não há na região uma gestão intermunicipal do Turismo. Não há nem mesmo uma calendário único de eventos – que poderia ser a solução para a sazonalidade do litoral. Ainda relacionado a gestão pública, observou-se nas reuniões uma crítica ao baixo envolvimento político no litoral, justamente por este ser tratado como uma

segunda residência. Talvez como sintoma desse problema seja justamente a baixa participação e consequente atuação dos Conselhos Municipais, com maior destaque para a falta de atuação dos Conselhos de Meio Ambiente.

4. MATRIZ FOFA: POTENCIALIDADES E DESAFIO

A matriz de forças, oportunidades, fraquezas e ameaças realizada para a atualização do Planejamento Estratégico do COREDE Litoral foi realizada no dia 21 de junho, na sede do COREDE Litoral, com a presença de representantes convocados em todos os municípios. As tarjetas que deram início a esse processo foram elaboradas a partir das reuniões microrregionais realizadas para a Análise Situacional.

Da Matriz FOFA elaborada com representantes do COREDE, realizou-se a análise que deu origem a Matriz FOFA por dimensões, que teve como objetivo elencar as potencialidades, desafios, riscos e limitações da região.

Por último, como forma de identificar e hierarquizar as principais questões para o desenvolvimento do COREDE Litoral, optou-se por realizar a Matriz Vester, tendo como resultado os problemas mais críticos e ativos, que deram origem as diretrizes do Planejamento Estratégico do COREDE Litoral.

4.1. MATRIZES POR DIMENSÕES

ESTRUTURAL		ECONÔMICA		ESTRUTURAL		ECONÔMICA	
Aeroporto Regional		Indústria Moveleira				Educação Empreendedora	
Coleta de Resíduos Sólidos		Produção Rural/ Agricultura Familiar				ECO Turismo X Ambiental	
Malha Rodoviária		Rede Hoteleira				Fluxo de Veranistas mais Frequente nos Finais de Semana	
Potencial Eólico						Parques Eólicos	
Potencial Hídrico						Petróleo	
Potencial Natural: Litoral e Mata Atlântica						População veraneio	
						Turismo	
FORÇAS				OPORTUNIDADES			
SOCIAL		INSTITUCIONAL		SOCIAL		INSTITUCIONAL	
Abrangência ESF		Energia Sustentável		Atração de idosos			
Hospitais Regionais/Proximidade de POA				Cursos Profissionalizantes			
Infraestrutura em Saúde e Acessibilidade para Transporte Escolar				Ensino Superior			
ESTRUTURAL		ECONÔMICA		ESTRUTURAL		ECONÔMICA	
Conflito de Uso na Faixa de Lagoas e Praias		Capacitação do Pequeno Empreendedor		Energia ao Sul do COREDE		Baixa Temporada e Mercado Sazonal	
Destinação dos Resíduos Sólidos		Gestão do Turismo		Internet e Telefonia Móvel		Desaceleração da Construção Civil	
Estradas Vicinais		Grande Informalidade no Comércio e Serviços		Petróleo X Ambiente			
Infraestrutura do Turismo		Inexistência de um Calendário de Eventos		Turismo de Massa X Ambiente			
Inundações Recorrentes		Pesca Artesanal					
Precariedade da Orla		Pouco Associativismo					
Transporte Intermunicipal de Cargas		Qualidade no Atendimento ao Turista					
Transporte Público							
Universalização do Tratamento de Esgoto							
Urbanização Desordenada							
FRAQUEZAS				AMEAÇAS			
SOCIAL		INSTITUCIONAL		SOCIAL		INSTITUCIONAL	
Déficit Vagas Educação Infantil		Comunidades Tradicionais X Produtores Rurais		Falta de Envolvimento Político		Ambiental X Produção rural (APP)	
Dificuldade no Financiamento Público de Saúde		Disparidade entre os Municípios		Déficit Policiais e Viaturas			
EJA		Falta Envolvimento Político		Dificuldade no Financiamento Público de Saúde			
Êxodo Rural dos Jovens		Integração Municipal		Drogadição			
Precariedade de Inserção das Comunidades Tradicionais		Precariedade de Todos os Conselhos		Permanência das Famílias que Buscam Emprego Temporário			
Separação dos Resíduos Sólidos		Regularização Fundiária no Rural e Comunidades Tradicionais		Super População de Veraneio			

MATRIZ DE POTENCIALIDADES DA GESTÃO ESTRUTURAL

FORÇAS/OPORTUNIDADES	
Aeroporto Regional	(Nos debates de elaboração da Matriz FOFA não foram levantadas oportunidades estruturais)
Coleta de Resíduos Sólidos	
Malha Rodoviária	
Potencial Eólico	Da análise das forças, vemos como o potencial natural, tanto de paisagem, hídrico e o potencial eólico são reconhecidos na região. Destaca-se também com um possível potencial o aeroporto regional.
Potencial Hídrico	
Potencial Natural: Litoral e Mata Atlântica	

MATRIZ DE DESAFIOS DA GESTÃO ESTRUTURAL

FRAQUEZAS/OPORTUNIDADES	
Conflito de Uso na Faixa de Lagoas e Praias	(Nos debates de elaboração da Matriz FOFA não foram levantadas oportunidades estruturais)
Destinação dos Resíduos Sólidos	
Estradas Vizinhas	
Infraestrutura do Turismo	
Inundações Recorrentes	Identifica-se como fraquezas que podem vir a ser desafios aquelas que têm maior interface com as oportunidades externas. A acelerada urbanização do litoral apresenta como desafio na região a gestão do seu solo, o desafio de qualificar os serviços urbanos básicos e o desafio de dotar toda região de maiores infraestrutura de mobilidade.
Precariedade da Orla	
Transporte Intermunicipal de Cargas	
Transporte Público	
Universalização do Tratamento de Esgoto	
Urbanização Desordenada	

MATRIZ DE RISCOS DA GESTÃO ESTRUTURAL

FORÇAS/AMEAÇAS	Energia ao Sul do COREDE	Internet e Telefonia Móvel	Petróleo X Ambiente	Turismo de Massa X Ambiente
Aeroporto Regional	Observa-se dois riscos: o primeiro relacionado ao meio ambiente e seu risco de degradação frente a exploração do petróleo e a intensificação do turismo. O segundo risco diz respeito a disparidade que há entre os municípios da região, onde há pontos com baixo nível de infraestrutura básica como internet e energia elétrica de um lado, e de outros municípios produtores de energia.			
Coleta de Resíduos Sólidos				
Malha Rodoviária				
Potencial Eólico				
Potencial Hídrico				
Potencial Natural: Litoral e Mata Atlântica				



MATRIZ DE LIMITAÇÕES DA GESTÃO ESTRUTURAL

FRAQUEZAS/AMEAÇAS	Energia ao Sul do COREDE	Internet e Telefonia Móvel	Petróleo X Ambiente	Turismo de Massa X Ambiente
Conflito de Uso na Faixa de Lagoas e Praias	<p>Dos debates realizados, constata-se que uma das limitações do COREDE Litoral está ligada ao seu meio ambiente natural que não pode ser explorado de forma predatória, seja pelo turismo, ou pela sua exploração através da extração de recursos naturais. Parece também haver uma limitação do ponto de vista da infraestrutura. A rápida urbanização e as contínuas migrações têm imposto limitações para o desenvolvimento da região devido a maiores investimentos em infraestrutura.</p>			
Destinação dos Resíduos Sólidos				
Estradas Vicinais				
Infraestrutura do Turismo				
Inundações Recorrentes				
Precariedade da Orla				
Transporte Intermunicipal de Cargas				
Transporte Público				
Universalização do Tratamento de Esgoto				
Urbanização Desordenada				

MATRIZ DE POTENCIALIDADES DA GESTÃO ECONÔMICA

FORÇAS/OPORTUNIDADES	Educação Empreendedora	ECO Turismo X Ambiental	Fluxo de Veranistas mais Freqüente nos Finais de Semana	Parques Eólicos	Petróleo	População veraneio	Turismo
Indústria Moveleira	<p>O COREDE Litoral apresenta grande potencialidade no setor do turismo, com uma sólida rede hoteleira e com um litoral que é o maior cartão postal da região, atraindo turistas e veranista de todo Estado e de países vizinhos. Por outro lado, há também todo potencial do turismo rural e ecoturismo aliado a produção rural e a agricultura familiar que pode ser catapultado através do incentivo do empreendedorismo na região.</p>						
Produção Rural/ Agricultura Familiar							
Rede Hoteleira							

MATRIZ DE DESAFIOS DA GESTÃO ECONÔMICA

FRAQUEZAS/OPORTUNIDADES	Educação Empreendedora	ECO Turismo X Ambiental	Fluxo de Veranistas mais Frequente nos Finais de Semana	Parques Eólicos	Petróleo	População veraneio	Turismo
Capacitação do Pequeno Empreendedor	A região tem como desafio a profissionalização e qualificação do seus turismos, bem como uma gestão integrada dela para aproveitar melhor a oportunidade de uma demanda frequente de turistas e veranistas que pode ser incentivada também no inverno.						
Gestão do Turismo							
Grande Informalidade no Comércio e Serviços							
Inexistência de um Calendário de Eventos							
Pesca Artesanal							
Pouco Associativismo							
Qualidade no Atendimento ao Turista							

MATRIZ DE RISCOS DA GESTÃO ECONÔMICA

FORÇAS/AMEAÇAS	Baixa Temporada e Mercado Sazonal	Desaceleração da Construção Civil
Indústria Moveleira	Observa-se que duas das forças do COREDE sofrem grande risco das ameaças colocadas. A Rede hoteleira depende de um turismos e veraneio mais permanente, enquanto a Indústria Moveleira de uma indústria da construção civil mais pujante.	
Produção Rural/ Agricultura Familiar		
Rede Hoteleira		

MATRIZ DE LIMITAÇÕES DA GESTÃO ECONÔMICA

FRAQUEZAS/AMEAÇAS	Baixa Temporada e Mercado Sazonal	Desaceleração da Construção Civil
Capacitação do Pequeno Empreendedor	Da soma das fraquezas com as ameaças temos as limitações impostas ao COREDE Litoral que devem ser observadas, pois podem comprometer o desenvolvimento da região. O pouco associativismo e uma visão pouco integrada do turismo traz uma grande limitação nos períodos de baixa no veraneio	
Gestão do Turismo		
Grande Informalidade no Comércio e Serviços		
Inexistência de um Calendário de Eventos		
Pesca Artesanal		
Pouco Associativismo		
Qualidade no Atendimento ao Turista		

MATRIZ DE POTENCIALIDADES DA GESTÃO SOCIAL

FORÇAS/OPORTUNIDADES	Atração de idosos	Cursos Profissionalizantes	Ensino Superior
Abrangência ESF	Da análise das forças e oportunidades observamos o grande potencial que o litoral tem a explorar na atração dos idosos, que tragam renda para a região e o desenvolvimento de um polo de educação.		
Hospitais Regionais/Proximidade de POA			
Infraestrutura em Saúde e Acessibilidade para Todos			
Transporte Escolar			

MATRIZ DE DESAFIOS DA GESTÃO SOCIAL

FRAQUEZAS/OPORTUNIDADES	Atração de idosos	Cursos Profissionalizantes	Ensino Superior
Déficit Vagas Educação Infantil	As fraquezas da região relacionadas a educação, ao êxodo rural e a inserção das comunidades tradicionais são um desafio para o desenvolvimento da região, que em uma primeira análise parecem não apresentarem correspondência com as oportunidades colocadas.		
Dificuldade no Financiamento Público de Saúde			
EJA			
Êxodo Rural dos Jovens			
Precariedade de Inserção das Comunidades Tradicionais			
Separação dos Resíduos Sólidos			

MATRIZ DE RISCOS DA GESTÃO SOCIAL

FORÇAS/AMEAÇAS	Falta de Envolvimento Político	Déficit Policiais e Viaturas	Dificuldade no Financiamento Público de Saúde	Drogadição	Permanência das Famílias que Buscam Emprego Temporário	Super População de Veraneio
Abrangência ESF	Um atendimento de qualidade na área da saúde parece sofrer risco por duas ameaças que são constantes na região. A primeira, não limitada apenas a região, mas a todo Estado, é a limitação no financiamento público da saúde; a segunda ameaça está relacionada a superpopulação de veraneio e a permanência daquelas famílias que vem em busca de trabalho no período do verão, que podem acabar sobrecarregando o sistema. Também a drogadição traz um risco não só do ponto de vista da segurança pública, mas também da saúde pública.					
Hospitais Regionais/Proximidade de POA						
Infraestrutura em Saúde e Acessibilidade para Todos						
Transporte Escolar						



MATRIZ DE LIMITAÇÕES DA GESTÃO SOCIAL

FRAQUEZAS/AMEAÇAS	Falta de Envolvimento Político	Déficit Policiais e Viaturas	Dificuldade no Financiamento Público de Saúde	Drogadição	Permanência das Famílias que Buscam Emprego Temporário	Super População de Veraneio
Déficit Vagas Educação Infantil	O pouco envolvimento político dos proprietários das casas de veraneio estrangula o debate e a cobrança de soluções mais eficientes no litoral e pode ser entendido como uma limitação para o desenvolvimento regional. O êxodo rural também impõe limites quanto ao desenvolvimento, ameaçando a produção rural. Uma educação precarizada e a dificuldade de financiamento maiores em áreas como a saúde trazem enormes desafios para uma região que a cada ano recebe novos moradores e uma quantidade gigantesca de veranista, que de 30 a 60 dias demandam variados serviços públicos, inclusive segurança.					
Dificuldade no Financiamento Público de Saúde						
EJA						
Êxodo Rural dos Jovens						
Precariedade de Inserção das Comunidades Tradicionais						
Separação dos Resíduos Sólidos						

MATRIZ DE POTENCIALIDADES DA GESTÃO INSTITUCIONAL

FORÇAS/OPORTUNIDADES	
Energia Sustentável	(Nos debates de elaboração da Matriz FOFA não foram levantados oportunidades institucionais)

MATRIZ DE DESAFIOS DA GESTÃO INSTITUCIONAL

FRAQUEZAS/OPORTUNIDADES	
Comunidades Tradicionais X Produtores Rurais	(Nos debates de elaboração da Matriz FOFA não foram levantados oportunidades institucionais)
Disparidade entre os Municípios	As fraquezas apresentadas se não enfrentadas colocam desafios para o desenvolvimento regional. No campo institucional é preciso haver um arranjo entre as comunidades tradicionais e o conflito com os produtores rurais - conflito fundiário. Mas também, é preciso incentivar uma participação política e uma visão de cooperação entre os diferentes atores do desenvolvimento regional.
Falta Envolvimento Político	
Integração Municipal	
Precariedade de Todos os Conselhos	
Regularização Fundiária no Rural e Comunidades Tradicionais	

MATRIZ DE RISCOS DA GESTÃO INSTITUCIONAL

FORÇAS/AMEAÇAS	Ambiental X Produção rural (APP)
Energia Sustentável	A região do COREDE Litoral é muitas vezes identificada apenas como uma região de praias e veraneio. Porém, há um número expressivo de seus municípios que dependem da produção rural. Essa produção hoje apresenta como risco a legislação ambiental e a proibição de produção em APP. Cabe observar que o território do COREDE é rico em recursos hídricos, o que vem a limitar ainda mais a produção.

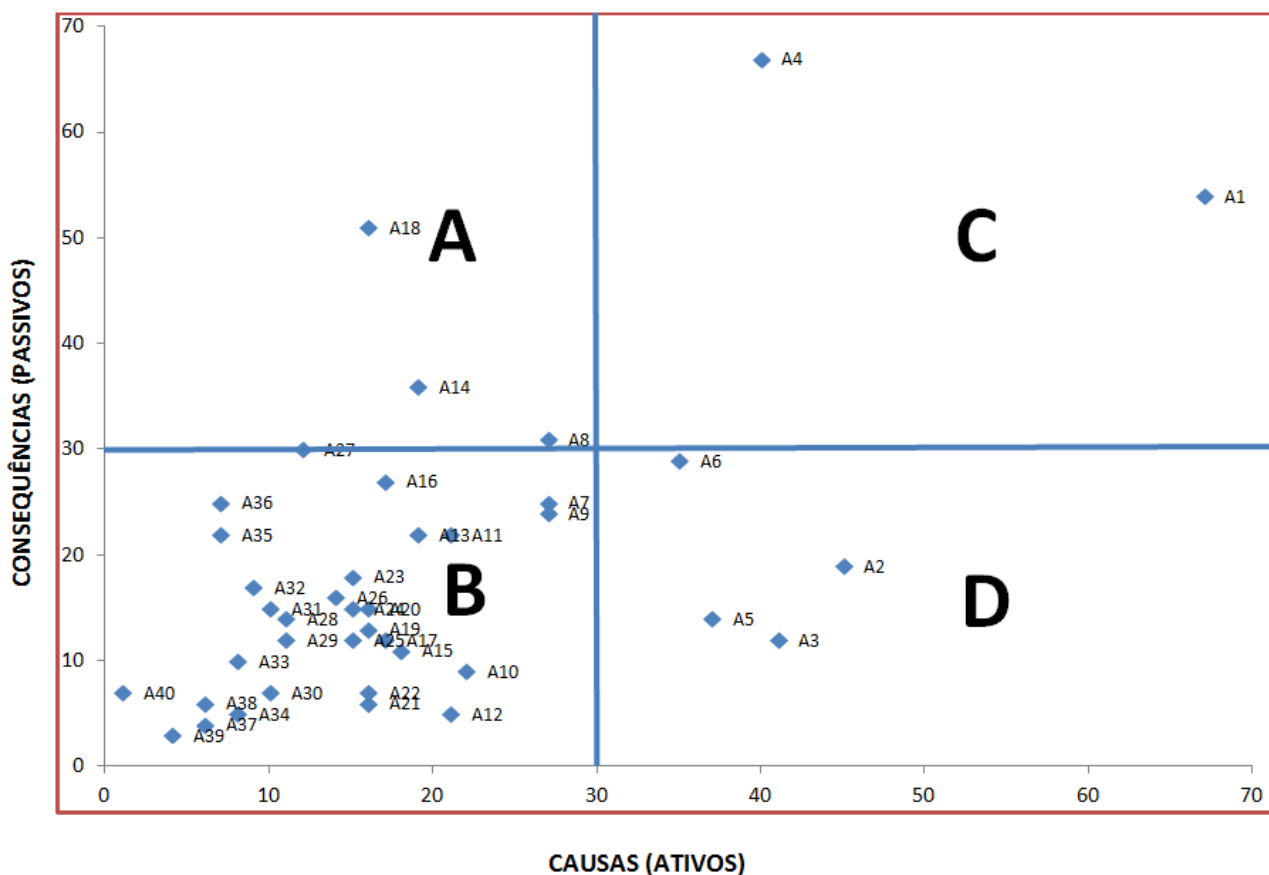
MATRIZ DE LIMITAÇÕES DA GESTÃO SOCIAL

FRAQUEZAS/AMEAÇAS	Ambiental X Produção rural (APP)
Comunidades Tradicionais X Produtores Rurais	A questão rural é complexa e envolve uma série de atores. No COREDE Litoral não é diferente, é no rural que temos conflitos expressivos como o fundiário - entre produtores rurais e comunidades tradicionais e ambientais - entre produtores rurais e legislação ambiental. Esses conflitos se não bem administrado trazem limites para o desenvolvimento regional. Outra fraqueza que limita o desenvolvimento da região é a pouca integração entre os municípios e sua disparidade, o que enfraquece uma tomada de decisão mais coletiva dos rumos a seguir.
Disparidade entre os Municípios	
Falta Envolvimento Político	
Integração Municipal	
Precariedade de Todos os Conselhos	
Regularização Fundiária no Rural e Comunidades Tradicionais	

4.2. MATRIZ REGIONAL E DIRETRIZES DO PEPDR

Com o objetivo de identificar e hierarquizar os principais problemas apresentados na Matriz Fofa, utilizou-se para elaborar as diretrizes do planejamento estratégico a Matriz Vester. Como aponta o professor Dieter (2010, p 80):

“através da aplicação desta matriz em contextos complexos, procura-se estabelecer relações de causa e efeito entre um conjunto de problemas analisados, permitindo determinar quais são problemas críticos e ativos, ou seja, aqueles que efetivamente deveriam requerer maior atenção e uma rápida formulação de alternativas de correção, prevenção e controle, diferenciando-os de problemas passivos e indiferentes que não requerem maiores cuidados em função de sua baixa causalidade e ameaça.”



A – Problemas Passivos / B – Problemas Indiferentes

C – Problemas Críticos / D – Problemas Ativos



IDENTIFICAÇÃO	FATOR PROBLEMA	CAUSA	CONSEQUÊNCIA
A1	População de veraneio	67	54
A2	Baixa temporada e mercado sazonal	45	19
A3	Pouco associativismo e integração municipal	41	12
A4	Infraestrutura do turismo	40	67
A5	Gestão do turismo	37	14
A6	Urbanização desordenada	35	29
A7	Conflito uso faixa lagoas e praias	27	25
A8	Turismo x ambiental	27	31
A9	Permanência das famílias que buscam emprego temporário	27	24
A10	Estradas vicinais	22	9
A11	Transporte público	21	22
A12	Precariedade no acesso a internet e telefonia móvel	21	5
A13	Grande informalidade no comércio e serviços	19	22
A14	Disparidade entre os municípios	19	36
A15	Educação empreendedora + capacitação do pequeno empreendedor	18	11
A16	Precariedade das orlas	17	27
A17	Precariedade dos conselhos de meio ambiente	17	12
A18	Baixa qualidade no atendimento ao turista	16	51
A19	Legislação ambiental x produção rural (APP)	16	13
A20	Cursos profissionalizantes	16	15
A21	Inexistência de um calendário de eventos	16	6
A22	Falta envolvimento político no litoral	16	7
A23	Regularização fundiária no rural e comunidades tradicionais	15	18
A24	Inundações recorrentes	15	15
A25	Desaceleração da construção civil	15	12
A26	Déficit policiais e viaturas	14	16
A27	Êxodo rural dos jovens	12	30
A28	Destinação dos resíduos sólidos	11	14
A29	Infraestrutura em saúde e acessibilidade para idosos	11	12
A30	Conflito comunidades tradicionais x produtores rurais	10	7
A31	Drogadição	10	15
A32	Não universalização e do tratamento de esgoto	9	17
A33	Transporte intermunicipal de cargas	8	10
A34	Dificuldade no financiamento público de saúde	8	5
A35	Separação dos resíduos sólidos	7	22
A36	Precariedade de inserção das comunidades tradicionais	7	25
A37	Quedas de energia ao sul do COREDE	6	4
A38	Transporte escolar	6	6
A39	EJA	4	3
A40	Déficit de vagas na educação infantil	1	7

A baixa qualidade no atendimento ao turista, a disparidade entre os municípios, a permanência das famílias que buscam emprego temporário e o êxodo rural dos Jovens foram considerados problemas passivos, que por possuírem um ativo total baixo com passivo total elevado significa que possuem pouca influência causal.

Dada essas características podemos depreender que os devidos fatores podem e devem ser utilizados como indicadores para avaliar a intervenção nos problemas ativos.

Quando avaliamos os fatores presentes no quadrante D percebemos a força que a melhora dos problemas apresentados tem como influenciar nos problemas do quadrante A. Os fatores presentes no quadrante D são: pouco associativismo e integração municipal, baixa temporada e mercado sazonal, gestão do turismo e urbanização desordenada.

Num simples “exercício” de supor a melhora da gestão do turismo podemos inferir que este influenciaria diretamente vários fatores apresentados no quadrante A. Por exemplo, a gestão do turismo sendo feita de maneira a atender todos os tipos de turismo pode influenciar na diminuição da diferença entre os municípios, uma vez que todos passam a contar com mais oportunidades de geração de emprego e renda; nesta ainda pode afetar também o interesse dos jovens que labutam no rural fazendo com eles permaneçam (turismo rural). Atrelado a tudo isso está a melhora do atendimento ao turista.

O quadrante dos problemas críticos, o quadrante C, que apresenta ativos e passivos elevados abarca os fatores infraestrutura do turismo e população de veraneio. Neste o manejo é crucial, pois precisamos entendê-los como fatores que ação de melhora possui efeito multiplicador. Por exemplo, a população de veraneio contando com um transporte público (quadrante B) de qualidade tem o seu deslocamento facilitado, permitindo assim o acesso facilitado aos polos atratores do COREDE.

Já no quadrante B encontramos os problemas indiferentes, que tendem a ser altamente influenciados pelos problemas mais críticos. No entanto, os mesmos não devem ser deixados de lado, principalmente aqueles que se aproximam dos outros quadrantes, tendo talvez a necessidade de uma atuação mais direta.

Vale destacar que os nomes utilizados para os fatores problemas respeitaram rigorosamente aos nomes apresentados pelos participantes das reuniões regionais e da construção da FOFA. Dada a amplitude apresentada entre os fatores optou-se por inserir os eixos centrais nos pontos (30,30), mesmo assim e por isso entendemos que os pontos do quadrante B próximo aos outros devem ser olhados com atenção.

Com base nas informações dispostas na Matriz Vester, em consonância com os fatores causadores de maior impacto apresentamos as seguintes diretrizes:



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO



- I. Diversificar os tipos de turismo;
- II. Intensificar a cooperação entre AMLINORTE , COREDE e municípios;
- III. Realizar planejamento urbano dos municípios;
- IV. Capacitar tecnicamente o turismo (profissionalização);
- V. Sensibilizar de maneira permanente os atores para o desenvolvimento regional;
- VI. Estancar degradação ambiental.

5. ESTRATÉGIAS

Como apresentado pelo professor Dieter R. Siedenber no livro *Fundamento e Técnicas de Planejamento Estratégico*, o estabelecimento de macro-objetivos e a determinação de estratégias deve ser fruto de um processo de participação social de todos os cidadão, gestores e interessados no desenvolvimento social da região.

O estabelecimento de macro-objetivos com base nos consensos mínimos alcançados tem o propósito de despertar o comprometimento coletivo para as demandas sociais mais prementes, de fomentar a cidadania e a participação social, de consolidar a compreensão e o desenvolvimento da visão, das vocações e dos valores sociais estabelecidos, enfim, de propiciar a aceleração do processo de desenvolvimento socioeconômico local/regional.¹¹

As estratégias do Planejamento Estratégico do COREDE Litoral foram elaboradas com participação ativa dos agentes da região que através de um diagnóstico técnico puderam entender quais as potencialidade, ameaças, fraquezas e fortalezas da região para dessa forma elencar uma série de estratégias para seus enfretamento/fortalecimento.

Ao final do processo de Elaboração de propostas, chegou-se a sete Estratégias para o COREDE Litoral divididas em dois grandes eixos: Eixo 1 – Potencializar a Matriz Econômico e Eixo 2 Promover o Planejamento e a Gestão Articulada para a Sustentabilidade Regional.

5.1. POTENCIALIZAR A MATRIZ ECONÔMICA

Da série de reuniões realizadas para o desenvolvimento da análise situacional da região (etapa anterior) foram três grupos de atividades econômicas que apareceram com maior frequência nos debates: atividades ligadas ao turismo, a produção rural e a construção civil. As estratégias desse eixo procuram promover o fortalecimento dessas atividades e diversificá-las quando possível, obedecendo os referências estratégicos da região.

¹¹ SIEDENBERG, Dieter. *Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional*. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2010.

5.1.1. QUALIFICAR E INTEGRAR O TURISMO REGIONAL

i. Questões a serem enfrentadas e resolvidas;

O turismo e a população de veraneio dinamizam a região. Seja em busca das praias, do sossego na natureza ou o contato com o Oceano Atlântico, a Laguna dos Patos e os inúmeros rios e lagoas da região, os visitantes do litoral carecem de uma maior infraestrutura para se localizar, hospedar e se alimentar em todos os meses do ano. Neste trabalho ficou evidente a necessidade de maiores investimentos para “bem receber” e um maior cuidado na qualificação daquela que talvez seja o “joia” do litoral, que é sua orla.

ii. Definição de objetivos;

Diversificar e integrar os distintos tipos de turismos existentes e potenciais da região; Promover melhorias das infraestruturas de turismo e a qualificação técnica do setor; Ampliar a segurança e a visibilidade do turismo regional.

iii. Discriminação das alternativas a serem consideradas;

Integração das diferentes gestões do turismo municipais, complementação com estudos e planejamento temático e qualificação da infraestrutura e mão de obra.

iv. Justificativa das opções recomendadas

O turismo já é uma atividade pujante na região, e mesmo já há toda uma organização do setor. Não propõe-se assim a reinvenção da atividade ou um direcionamento “novo” para ela, mas sim uma readequação, uma profissionalização e que se diversifique, não dependendo de uma única época do ano.

5.1.2. FOMENTAR E QUALIFICAR A PRODUÇÃO RURAL SUSTENTAVEL

i. Questões a serem enfrentadas e resolvidas;

Com grande potencial de uma agricultura mais diversificada, essa região hoje enfrenta problemas para manter-se no campo. Primeiro há uma grande queixa quanto a legislação ambiental e a proibição de produção em algumas áreas, sem uma contrapartida, o que restringe muito a utilização do território para plantio no momento que a região é abundante em recursos hídricos. Também problemas como o acesso a internet, telefonia móvel, falta de energia trifásica, falta de qualificação e oportunidades de emprego têm afastado os jovens do

trabalho na produção rural, provocando um êxodo para as cidades. Ainda sobre a atividade primária, destaca-se por sua influencia e presença nas reuniões a pauta dos pescadores artesanais.

ii. Definição de objetivos;

Fortalecer as atividade de produção adequadas aos ecossistemas locais; Capacitar e promover apoio a agricultura familiar e as comunidades tradicionais; Incrementar as infraestruturas necessarias a produção e comercialização dos produtos locais.

iii. Discriminação das alternativas a serem consideradas;

Investimentos na produção e na comercialização da produção rural de base sustentável, qualificando a mão de obra e a infraestrutura de produção, escoamento da produção e comunicação.

iv. Justificativa das opções recomendadas

Do processo de planejamento estratégico a agricultura familiar de base sustentável se mostrou como uma das mais fortes em articulação e trouxe para o processo um leque de demandas importantes para o desenvolvimento da atividade no COREDE. Produção que embora seja muitas vezes de pequena escala, se mostrou importante social e economicamente na região, porém carece de investimentos em quase todas as frentes.

5.2. PROMOVER O PLANEJAMENTO E A GESTÃO ARTICULADA PARA A SUSTENTABILIDADE REGIONAL

Da série de reuniões realizadas para este diagnóstico a análise situacional (etapa anterior) evidenciou-se que não existe somente um COREDE Litoral, mas no mínimo três: região mais ao norte, a oeste da BR-101 municípios predominantemente mais rurais e de pequena população; região litorânea com o atrativo das praias com grande população e urbanização e região mais ao sul, com uma integração maior com a Lagoa dos Patos e com uma urbanização não tão acelerada. Tal divisão coloca uma grande disparidade entre os municípios que colabora com dois problemas principais, (1) falta de associativismo entre produtores e comerciários dos diversos setores e (2) falta de uma integração mais regional na gestão pública. Observa-se que um dos ativos mais importantes para o COREDE Litoral é justamente seu Ambiente, seja pela costa e recursos hídricos – responsáveis pela atração de grande parte dos veranistas e turistas – mas também por ter em seu território uma grande parcela de Mata Atlântica, que deve ser preservada e por essa região, como já evidenciado, ter como matriz econômica a produção rural – dependente da sustentabilidade para seu manejo.

5.2.1. INTENSIFICAR A COOPERAÇÃO PARA A GESTÃO INTEGRADA

i. Questões a serem enfrentadas e resolvidas;

Não há um espírito de associação ou de cooperação região. As decisões são tomadas de forma individual, sem perceber que muitas delas poderiam ter menor impacto se fosse compartilhada. Em todas as áreas produtivas, principalmente primária, a falta de cooperação impõe muitas vezes a restrição de acesso a outros mercados consumidores.

ii. Definição de objetivos;

Fortalecer as instâncias de gestão, e os planos e projetos de caráter regional e/ ou articulados; Sensibilizar de maneira permanente os atores para o desenvolvimento regional.

iii. Discriminação das alternativas a serem consideradas;

Qualificação da integração regional com a criação e fortalecimentos de fóruns regionais.

iv. Justificativa das opções recomendadas

A região apresenta uma boa dinâmica e potencial institucional, com diferentes fóruns e organismos atuando sobre o território. Porém, é preciso haver uma integração dessas iniciativas.

5.2.2. FORTALECER O PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANO-AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS

i. Questões a serem enfrentadas e resolvidas;

Quanto a integração regional na esfera pública, observa-se também o mesmo problema. Observou-se nas reuniões uma crítica ao baixo envolvimento político no litoral, justamente por este ser tratado como uma segunda residência. Talvez como sintoma desse problema seja justamente a baixa participação e consequente atuação dos Conselhos Municipais, com maior destaque para a falta de atuação dos Conselhos de Meio Ambiente.

ii. Definição de objetivos;

Capacitar as instâncias da gestão municipal para a sustentabilidade territorial da região; Apoiar a elaboração dos instrumentos legais e planos de gestão municipal a partir da visão regionalizada.

iii. Discriminação das alternativas a serem consideradas;

Qualificação da integração para consecução de planejamento regionais de temas específicos norteados por diretrizes únicas e realização e execução a ações em conjunto.

iv. Justificativa das opções recomendadas

Da realização da etapa de diagnóstico do COREDE Litoral, observou-se que grande parte de seus municípios vêm fazendo o dever de casa, e possui minimamente o planejamento básico nos diferentes temas existentes, porém não há um diálogo desse planejamento da região e mesmo, foram realizados através de metodologia e diretrizes muitas vezes diferentes.

5.2.3. PROMOVER A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E MINIMIZAR A DEGRADAÇÃO

i. Questões a serem enfrentadas e resolvidas;

O COREDE conta com importantes unidades de conservação federais, estaduais e municipais conforme se visualiza no mapa seguinte. No estudo realizado pelo Governo do Estado e que deu origem ao Perfil dos COREDES, observa-se uma preocupação para que a região conserve e recupere a vegetação das encostas de morros e das matas ciliares para proteger o solo da erosão e a rede de drenagem superficial. Também é reconhecida a necessidade de preservação e recuperação dos resquícios de Mata Atlântica e de ambientes de dunas, banhados e restingas da Região por meio da criação ou manutenção de áreas de pesquisa, de parques e reservas naturais e de áreas indígenas, bem como de áreas turísticas, pois todas estas unidades, quando bem geridas, promovem a preservação ambiental.

ii. Definição de objetivos;

Promover os instrumentos para a recuperação e preservação do patrimônio ambiental regional; Viabilizar a elaboração dos programas e projetos para o sanamento ambiental; Incentivar o uso de energia alternativas.

iii. Discriminação das alternativas a serem consideradas;

Realização, apoio e intensificação do planejamento ambiental e execução de programas de recuperação de áreas degradadas.

iv. Justificativa das opções recomendadas

Talvez a maior riqueza do litoral, responsável pelo seu dinamismo econômico em diferentes áreas como o turismo e a produção rural, seja justamente suas potencialidades naturais. Contra isso, observa-se uma intensificada urbanização na região que ameaça a sustentabilidade ambiental.

5.2.4. APOIAR E FORTALECER OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO

i. Questões a serem enfrentadas e resolvidas;

O Corede Litoral ainda não alcançou consolidar uma identidade cultural que caracterize efetivamente a região. Com um processo histórico de ocupação oriundo de diferentes etnias (inicialmente colonizado por açorianos, portugueses e africanos, tem nos séculos posteriores, a vinda de imigrantes alemães, italianos, poloneses, japoneses, entre outras etnias) apresenta o desafio e a potencialidade para a consolidação de uma identidade multicultural. As diferenças regionais, caracterizada neste diagnóstico pelos distintos perfis socioeconômicos dos municípios (classificados como urbanos permanentes, urbanos para fins de segunda residência, urbanos agroindustriais e rurais) certamente também agregam potencialidades na consolidação desta identidade. Igualmente reforça esta identidade multicultural a expressiva presença das comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadores) - com sua história de conquista e consolidação dos seus territórios e suas manifestações próprias.

ii. Definição de objetivos;

Reconhecimento, visibilidade e fortalecimento das comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas e pescadores artesanais.

iii. Discriminação das alternativas a serem consideradas;

Através de implementação de planos de reconhecimento específicos e o apoio à produção tradicionais e sustentável visando a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais e seu empoderamento social.

iv. Justificativa das opções recomendadas

Do processo de planejamento, observou-se grande articulação das comunidades e povos tradicionais e de seus representantes na processo de demandar maior visibilidade e apontar para suas especificidades em todas as diferentes linhas de atuação do Planejamento Estratégico. Assim, tem que são comunidades estruturas e pertencentes aos territórios, mas que muitas vezes se vêem desrespeitadas por um processo de direcionamento econômico (turismos) e urbanização que não consideram suas peculiaridades.

5.2.5. PROMOVER O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

i. Questões a serem enfrentadas e resolvidas;

As taxas de migrações para o COREDE Litoral na última década são bem expressivas. Dos debates realizados, identificam-se dois grandes processos migratórios. O primeiro caracterizado por famílias de maior renda que vêm ao litoral em busca de um conforto e lazer após sua aposentadoria. Outro grupo, muitas vezes em situações de vulnerabilidade bem grande, são aquelas famílias que anualmente no início do período de veraneio vêm ao litoral em busca de oportunidades de emprego e que acabam se fixando nos municípios muitas vezes de forma irregular. O segundo grupo de migração, famílias que buscam emprego temporário, demanda inúmeras serviços públicos como saúde, habitação e educação. Na área de educação, o COREDE apresenta índices preocupantes, abaixo da média do Estado. Com uma taxa de analfabetismo grande é de se preocupar com os atuais déficits de escolas infantis e a falta de um programa de Educação de Jovens e Adultos de forma mais estruturada e a precariedade no transporte escolar. Embora na região estejam instalados estabelecimentos de Ensino Superior e Escolas Técnicas, ainda há uma demanda por cursos mais ligados as vocações da região, como o Turismo. Ainda quanto a educação há um déficit de uma educação mais empreendedora e capacitação aos pequenos empreendedores.

Um problema que não é exclusivo do COREDE Litoral é a drogadição e os crimes relacionados a ela que tem aumentado na região. Não é de se surpreender que o aumento da criminalidade se de justamente quando há um déficit de policiais e viaturas na região. Empresário e comunidade se organizam para solicitar mais segurança, mas a realidade é assustadora. Há municípios do COREDE que não têm efetivo policial permanente e as perspectivas para o futuro não são nada animadoras.

ii. Definição de objetivos;

Qualificação da oferta de educação, apoio ao esporte e lazer. Inclusão social através do artesanato e qualificação da mão de obra.

iii. Discriminação das alternativas a serem consideradas;

São três linhas de ação previstas nessa estratégia. Uma primeira relacionada a educação e a qualificação do lazer e cultura, através de programas específicos que visem as populações mais vulneráveis. Uma segunda linha que busque qualificar a mão de obra e apresentar novas alternativas de renda. Por último, uma linha que busque resgatar aquelas populações em maior vulnerabilidade, que muitas vezes se misturam com questões de segurança pública, para que possam ter novas chances de reincersão social.

iv. Justificativa das opções recomendadas

O COREDE Litoral está situado na área de maior concentração populacional e apresentou, no período 2000-2010, uma taxa média de crescimento demográfico de 1,98% ao ano, constituindo a maior taxa do Estado. Esse crescimento não é recente, pois a Região foi a segunda que mais cresceu também no período 1991-2000 e decorre, entre outros fatores, da criação de empregos ligados às atividades de comércio e serviços que se expandiram para atender ao turismo de lazer, além do dinamismo do segmento da construção civil. Nesse processo de aumento da população e urbanização muitos viram oportunidades que não se concretizaram e acabaram excluídos, desempregados e mesmo expulso por um processo de gentrificação, aumentando a desigualdade de renda e oportunidades.

6. REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

Os Referências Estratégicos constituem uma etapa importante no processo de planejamento territorial.

... considera-se que os ganhos decorrentes da discussão fomentada entre os cidadão e a sua explicitação num compromisso formal não são apenas simbólicos ou intangíveis; a definição de referenciais estratégicos em espaços de exercícios da cidadania está relacionado diretamente com o empoderamento social.¹²

6.1. VISÃO

Constitui-se na estratégia de desenvolvimento de longo prazo para a região. É a descrição de como a região quer ser conhecida e reconhecida pelos cidadãos, instituições e pelas demais regiões.

“Ser uma região de respeito a diversidade cultural e ambiental, de produção sustentável e com qualidade de vida”

6.2. VOCAÇÃO

Vocações de um determinado território têm condições de auxiliar na definição e validação dos principais potenciais daquele espaço geográfico, mas também podem ser entendidos como as aptidões, capacidades ou talentos passíveis de serem desenvolvidos pelos munícipes e suas instituições.

“Forte produção primária, com processamento e produção sustentável com base ecológica na fruticultura tropical e nativa, na olericultura e na pesca artesanal. Destaque para agropecuária, e orizicultura. Um setor de serviços ligado ao turismo pujante e diversificado, com serviços de porte na educação superior e na saúde. Destaque para a produção de energia sustentável. ”

¹² SIEDENBERG, Dieter. Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2010.

6.3. VALORES

Os padrões sociais comumente aceitos, valorizados e preservados pelas pessoas e pelas instituições sociais públicas e privadas podem ser considerados como valores ou princípios norteadores de uma localidade ou região. Tais valores se constituem como uma espécie de credo informal ou código de conduta que rege as relações e a integração social.

“Respeito as riquezas naturais e à diversidade sociocultural e o prazer de bem receber.”

7. CARTEIRA DE PROJETOS

A partir das prioridades estabelecidas para as distintas linhas programáticas foram elencados e detalhados os projetos apontados como prioritários constituindo a “carteira de projetos”. Composto por diferentes Programas, que podem ser subdivididos em projetos, subdividindo-se em ações, a Carteira de Projetos tem como objetivo servir como uma organização temporária de um conjunto de tarefas necessárias para produzir bens e serviços, com o intuito de atingir os propósitos específicos do Planejamento Estratégico de Longo Prazo COREDE Litoral. Tem como produto principal o relatório com a carteira de projetos estruturantes e o plano indicativo de investimentos e financiamento.

Para a consecução do objetivo da etapa, trabalhou-se com a criação de uma carteira de projetos e programas a serem implementados, identificando as condições institucionais e sociais para a sua implementação e os recursos necessários.

Nessa etapa de planejamento a empresa acolheu todos os projetos enviados, com o objetivo de abrir o máximo as possibilidades de projetos a serem executados. Se por um lado essa iniciativa deixou o planejamento mais democrático e amplo, por outro lado, nem todos os projetos puderam ter todas as suas informações preenchidas por falta de maior envolvimento daqueles que os propuseram. Considerou-se melhor deixar os projetos “incompletos” e fazer constar no relatório final, valorizando a participação e deixando a Carteira de projetos mais rica de possibilidades.

Procedimentos para elaboração da Carteira de Projetos do Planejamento Estratégico do COREDE Litoral:

1. Identificação: informações básicas do projeto.
 - a. Nome do projeto – nome sucinto que permita identificar o tema e o conteúdo do projeto
 - b. Localização – Municípios, região ou Região onde serão entregues os produtos do projeto
 - c. Valor Total – Custo financeiro estimado para execução completa do projeto.
 - d. Duração Total – tempo necessário entre o início da execução dos produtos até a entrega final.
 - e. Responsável – pessoa que será a responsável direta por articular todos os envolvidos e viabilizar os recursos e ajustes necessários.
2. Qualificação: argumentos para execução do projeto.
 - a. Objetivo – PARA QUE o projeto será feito? Qual o impacto no desenvolvimento da região que o projeto deve contribuir? Objetivo geral.

- b. Justificativa – POR QUE o projeto será feito? Explicações sobre o contexto em que o projeto está inserido bem como dados e informações atualizadas sobre o problema em questão.
 - c. Público Alvo – Quais serão os beneficiários diretos dos resultados do projeto?
 - d. Estratégico – Alinhamento do projeto com as definições estratégicas, sejam governamentais ou sejam regionais e/ou organizacionais.
3. Capacidade de Execução: pessoas, órgãos e organizações comprometidos a tornar o projeto uma realidade.
- a. Equipe do Projeto – pessoas capacitadas e responsáveis por viabilizar alguns produtos do projeto, constituindo uma equipe.
 - b. Órgãos Públicos Envolvidos – Ministérios, Secretarias, Prefeituras, Empresas Públicas e outros órgãos que devem participar do convênio.
 - c. Organizações Parceiras – Universidades, empresas, ONGs, Associações que contribuirão com algum tipo de recurso (humano, espaço físico, equipamento e etc).
4. Produtos/Objetos: entregas que concretizam o projeto
- a. Metas – quantidade de produtos a serem entregues/realizados
 - b. Custos – Valores referentes a cada produto, somadas suas quantidades.
 - c. Prazos – Tempo em meses médio para a entrega de cada produto.
5. Requisitos de Execução: itens necessários para tirar o projeto do papel.
- a. Fontes de Financiamento – identificação da origem dos recursos financeiros para viabilizar o projeto.
 - b. Projeto Executivo – documento técnico exigido no caso de obras
 - c. Licitação – Processo público exigido no caso de aquisições e/ou contratações.
 - d. Infraestrutura e/ou Sistema de Informação – previsão de melhoria e aquisição de novas tecnologias.

Eixo 1 - Potencializar a Matriz Econômica

ESTRATÉGIA 1.1. QUALIFICAR E INTEGRAR O TURISMO REGIONAL

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: (1) Diversificar e integrar os distintos tipos de turismos existentes e potenciais da região; (2) Promover melhorias das infraestruturas de turismo e a qualificação técnica do setor e (3) Ampliar a segurança e a visibilidade do turismo regional

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Roteiros Integrados (exp. Butiá, Lagoas, Açorianos, Quilombola, Religiosas)

Localização: COREDE LITORAL

Valor total estimado do projeto: R\$ 65.500,00
Duração do projeto: 6 meses
Responsável pela implementação: COREDE Litoral – Fórum Turismo
Escopo: Contratação de consultoria específica para formulação de roteiros integrados com o objetivo de estruturar e organizar o turismo na região.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Contratação de consultoria para criação de roteiros integrados para o turismo no COREDE Litoral
Justificativa: O COREDE Litoral têm uma paisagem e cultura diversa que permite a criação de diferentes roteiros que integrem diferentes municípios e regiões do Litoral.
Beneficiários: Trabalhadores e empreendedores das atividades ligadas ao turismo como restaurantes, hotéis e comércio.
Resultados pretendidos: Curto prazo estudo identificando os diferentes potenciais turísticos da região. Médio e Longo prazo fortalecimento da cadeia do turismo no litoral.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Estudo quanto ao potencial turístico de diferentes rotas Meta: Criação/identificação de três diferentes rotas que abranjam todo território do COREDE Litoral. Prazo: 3 meses
Produto 2: Aplicação e consecução das rotas. Meta: Criação de material informativo específico e sinalização quanto as diferentes rotas. Prazo: 6 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de turismo e cultura dos municípios, Direção do COREDE e Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Estado.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 65.500,00
Fontes de recursos: Estado do Rio Grande do Sul
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: R\$ 50.000,00
Despesas Correntes: R\$ 15.000,00



Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 50.000,00
Produto 2: R\$ 15.500,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 3 meses
Produto 2 – 3 meses

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Calendário de Eventos Regional
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 15.000,00
Duração do projeto: 2 meses
Responsável pela implementação: COREDE Litoral – fórum de turismo
Escopo: Criação de um calendário unificado dos eventos de todo litoral

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Manter um calendário regional com todos os eventos do COREDE Litoral
Justificativa: O COREDE Litoral através dos seus diferentes municípios tem realizado o empreendimento, de forma não unificada, de manter eventos de diferentes portes em grande parte do ano. O Calendário de Evento teria como objeto unificar estes eventos em um único veículo de divulgação.
Beneficiários: Cadeia do turismo
Resultados pretendidos: Criação de um calendário unificado de divulgação dos eventos do COREDE Litoral

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Criação do Calendário Unificado
Meta: Contratar uma profissional permanente para unificação e organização da divulgação desse calendário.
Prazo: 2 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de cultura e turismo dos municípios do COREDE Litoral.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros: Contratação de profissional específico.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 15.000,00
Fontes de recursos: Secretaria de Cultura e Turismo dos municípios
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 5.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 15.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – Montagem da estrutura para acompanhamento do calendário - 2 meses

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de Incentivo a propriedade rural para o turismo
Localização: Áreas rurais dos municípios do COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 70.000,00
Duração do projeto: 5 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
Escopo: Criação de equipe técnica especializada para assessoria aos produtores rurais com objetivo de incentivá-los e adequá-los para o atendimento ao turista.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Incentivar e qualificar os empreendimentos rurais para o turismo
Justificativa: O COREDE Litoral possui um grande número de pequenas propriedades rurais que podem diversificar sua fonte de renda através do atendimento direto ao turista.
Beneficiários: Pequenos produtores rurais.
Resultados pretendidos: Qualificação dos pequenos produtores rurais para o atendimento aos turistas.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Contratação de técnicos para realização de visitas e assessoria aos pequenos produtores rurais.
Meta: atendimentos de 200 pequenos produtores.
Prazo: 5 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de Cultura e Turismo dos Municípios, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado e EMATER.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros: Contratação de equipe técnica

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 70.000,00
Fontes de recursos: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 70.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 70.000,00



7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 5 meses

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: CONSCIENTIZAÇÃO TURÍSTICA E CULTURAL NAS ESCOLAS
Localização: Municípios COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto: 2 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Educação do Estado e dos municípios
Escopo: Produção de conteúdo específico para o público escolar valorizando o patrimônio cultura da região e estimulando o bem receber.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Produção de material específico sobre o patrimônio cultural e turístico para ensino em sala de aula.
Justificativa: Alguns municípios, como Capão da Canoa, já desenvolvem conteúdo específicos relacionados ao turismo com os estudantes da rede municipal. Está é uma forma de preparar as crianças para uma vocação que é bem forte na região.
Beneficiários: Estudantes da rede pública de ensino.
Resultados pretendidos: Capacitar e despertar interesse dos jovens sobre a cadeia do turismo.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Conteúdo didático sobre o turismo
Meta:
Prazo: 2 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de Educação dos municípios e Estadual, instituições de apoio ao empreendedorismo e a educação.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Prazo de 2 meses

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Mapeamento de potencialidades turísticas

Localização: COREDE Litoral

Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00

Duração do projeto: 6 meses

Responsável pela implementação: COREDE Litoral

Escopo: Contratação de consultoria específica para um Plano do Turismo da COREDE Litoral.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Contratação de empresa de consultora para realização do Plano de turismo do COREDE Litoral.

Justificativa: Com a necessidade de mapear todo potencial turístico da região, o Plano de turismo irá servir para avançar a essa identificação, priorizando ações para o correto desenvolvimento da cadeia do turismo na região.

Beneficiários: Turistas e Veranistas da região.

Resultados pretendidos: Criar um catálogo com todo o potencial turístico da região e a melhor forma de explorá-lo de forma sustentável.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Plano de Desenvolvimento do Turismo da Região

Meta: Envolver os 21 municípios na consecução do Plano.

Prazo: 6 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Secretarias de Cultura e Turismo dos municípios, empresas de turismo e organismo que trabalhem com a qualificação da cadeia do turismo da região como universidade e institutos privados.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00

Fontes de recursos: Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não

Investimentos: R\$ 50.000,00

Despesas Correntes:

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 50.000,00

Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto 1 – 6 meses.



1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Cursos de formação para o turismo
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto: 9 meses
Responsável pela implementação: Faculdades de Turismo
Escopo: Desenvolvimento de cursos de formação para os empreendedores da cadeia do turismo.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Formar trabalhadores e empreendedores da cadeia do turismo sobre a matéria para melhor atender e empreender.
Justificativa: Não basta a vocação ou o espírito empreendedor para se ter sucesso na cadeia do turismo. É preciso que os trabalhadores, empreendedores e agentes que tem no turismo o seu meio de vida, tenha a possibilidade de uma formação da área.
Beneficiários: Trabalhadores e empreendedores da cadeia do turismo.
Resultados pretendidos: Formar o maior número de pessoas na área como forma de qualificar essa atividade econômica.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Cursos específicos para área do turismo.
Meta:
Prazo:
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de Cultura e Turismo dos municípios, empresas de turismo e organismo que trabalhem com a qualificação da cadeia do turismo da região como universidade e institutos privados.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO



1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Qualificação de Estradas para o Turismo e Produção Rural
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: DAER
Escopo: Identificação e qualificação das estradas de principal acesso e de escoamento da produção rural.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Qualificar o maior número de estradas facilitando a circulação dos turistas e o escoamento da produção.
Justificativa: Embora a região do COREDE Litoral conte com algumas das estradas identificadas como as melhores do Estado, ainda é muito precário o acesso entre muitos municípios e as estradas vicinais são precárias, dificultando novas rotas turísticas e prejudicando o escoamento da produção.
Beneficiários: Produtores rurais e empresários do turismo.
Resultados pretendidos: Identificação e qualificação das estradas do COREDE Litoral.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Identificação das estradas e hierarquização das problemas a serem enfrentados. Meta: Prazo:
Produto 2: Qualificação das estradas de acordo com hierarquização. Meta: Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de Planejamento e de Obras dos municípios e DNIT.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:



7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Apresentar o prazo estimado de execução em meses de cada etapa e produto

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Qualificação dos Pórticos de Entrada dos Municípios

Localização: Municípios do COREDE Litoral

Valor total estimado do projeto:

Duração do projeto: 12 meses

Responsável pela implementação: Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação.

Escopo: identificação e qualificação dos Pórticos de Entrada dos Municípios.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Construção/qualificação de Pórtico de entrada nos municípios com maior apelo turístico da região.

Justificativa: Surge como queixa corrente a difícil identificação de entrada de municípios que tenham algum apelo turístico na região.

Beneficiários: Entes municipais.

Resultados pretendidos: Identificar principais pontos de acessos de municípios com maior potencial turístico e qualificar seus Pórticos de Entrada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Identificação dos Principais pórticos a serem qualificados

Meta:

Prazo: 2 meses

Produto 2: Qualificação dos Pórticos de Entrada

Meta:

Prazo: 10 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

DAER e Secretarias de Obras e Planejamento dos municípios.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto:

Fontes de recursos:

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não

Investimentos:

Despesas Correntes:

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1:

Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO



Produto 1 - 2 meses
Produto 2 – 10 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Criação do "selo" marca do Litoral

Localização:

Valor total estimado do projeto:

Duração do projeto: 15 meses

Responsável pela implementação: COREDE Litoral

Escopo: Criação de "marca"/"selo" identificando produtos provenientes do Litoral Gaúcho.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Informar procedência das mercadorias produzidas no Litoral.

Justificativa: A distinção por uma marca ou selo pode trazer maior valorização por produtos que tenham essa origem "certificada".

Beneficiários: Produtores do Litoral

Resultados pretendidos: Identificar produtos chaves e que tenha reconhecimento local, que possam se valorizar de um selo local.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Criação do Selo Litoral

Meta:

Prazo: 15 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

EMATER, EMBRAPA, órgão e entidades que atuem na qualificação dos produtos do litoral.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto:

Fontes de recursos:

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não

Investimentos:

Despesas Correntes:

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1:

Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto 1 – 15 meses

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Programa para o "bem receber" na estrada



Localização: COREDE Litoral:
Valor total estimado do projeto: R\$ 130.000,00
Duração do projeto: 7 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
Escopo: Projeto de qualificação dos empreendimentos da beira da estrada.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Qualificar empreendedores e trabalhadores que se localizam nas beiras da estrada.

Justificativa: O COREDE Litoral é cortado por uma das principais vias de acesso (BR 101) entre a região Sul e Sudeste do Brasil e para países do Mercosul. Esse ponto reconhecido muitas vezes como de passagem pode ser qualificado com ações sobre os trabalhadores em empresários que tem acesso direto aos transeuntes dessas estradas.

Beneficiários: Turistas e usuários habitues das estradas.

Resultados pretendidos: Qualificação do atendimento na beira da estrada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Qualificação dos empreendimentos da beira da estrada.

Meta: 260 empreendimentos

Prazo: 7 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

DNIT, DAER e Secretarias de Cultura e Turismo dos municípios do COREDE Litoral.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 130.000,00

Fontes de recursos:

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não

Investimentos:

Despesas Correntes: R\$ 130.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 130.000,00

Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto 1 – 7 meses

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Acessibilidade/Mobilidade Universal

Localização: COREDE Litoral

Valor total estimado do projeto: R\$ 80.000,00
Duração do projeto: 10 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação
Escopo: Contratação de consultoria para identificação dos principais problemas relacionados a acessibilidade e mobilidade universal na região.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Permitir a acessibilidade e a mobilidade de todos nos municípios do COREDE Litoral.
Justificativa: A acessibilidade e a mobilidade universal são um direito de todo cidadão. Os municípios devem estar permanentemente se qualificando para que não haja obstáculos para o pleno direito de acessar qualquer parte do seu território.
Beneficiários: Pessoas com dificuldade de mobilidade.
Resultados pretendidos: Mapear principais problemas relacionados a acessibilidade e mobilidade universal da região.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Plano de Acessibilidade e Mobilidade Regional
Meta:
Prazo: 10 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de Obras e Planejamento dos Municípios e Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação do Estado.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 80.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 80.000,00
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 80.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 10 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Formalização do Trabalho
Localização: COREDE Litoral:
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00

Duração do projeto: 6 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça, e Direitos Humanos
Escopo: Programa de Formalização do Trabalho no COREDE Litoral

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Incentivar a formalização dos trabalhadores do litoral gaúcho.

Justificativa: Observa-se dois grande movimentos em busca de trabalho no litoral gaúcho. O primeiro e mais forte é dos trabalhadores que se deslocam par ao litoral na época de veraneia em busca de trabalhos temporários no comércio. Um segundo movimento, também sazonal, está relacionado a produção rural no litoral. Ambos os movimentos carecem de formalização desses trabalhadores, mesmo que temporários.

Beneficiários: trabalhadores ligados a cadeia do turismo e a produção rural.

Resultados pretendidos: Formalizar o maior número de trabalhadores da região.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Campanha de formalização

Meta: diminuir a informalidade em 20% na região.

Prazo: 6 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Secretarias de Trabalho e Ação Social dos municípios.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00

Fontes de recursos:

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos:

Despesas Correntes: R\$ 30.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 30.000,00

Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto 1 – 6 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Fortalecimento da Defesa Civil

Localização: COREDE Litotal

Valor total estimado do projeto:

Duração do projeto: permanente



Responsável pela implementação: Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos

Escopo: Qualificar o atendimento da Defesa Civil.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Fortalecer a atuação da defesa civil para a precaução e atendimento nas áreas de risco

Justificativa: A região do COREDE Litoral é suscetível a diversas intempéries ambientais, com destaque aos alagamentos, enchentes e vendavais.

Beneficiários: Moradores próximos as áreas de risco.

Resultados pretendidos: realizar um estudo identificando as áreas de maior risco e realizando um plano de emergência caso necessário

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Qualificar a infraestrutura da defesa civil.

Meta:

Prazo: permanente

Produto 2: Realizar estudo sobre áreas de risco.

Meta: Ter um plano de risco para todos os 21 municípios.

Prazo: 10 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Órgãos ambientais das prefeituras e do Estado.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto:

Fontes de recursos:

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos:

Despesas Correntes

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1:

Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto 1 – permanente

Produto 2 - 10 meses

ESTRATÉGIA 1.2. FOMENTAR E QUALIFICAR A PRODUÇÃO RURAL SUSTENTAVEL

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: (1) Fortalecer as atividades de produção adequadas aos ecossistemas locais; (2) Capacitar e promover apoio a agricultura familiar e as comunidades tradicionais; (3) Incrementar as infraestruturas necessárias a produção



e comercialização dos produtos locais

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável a nível de Microbacias e Comunidades rurais da planície Costeira

Localização: COREDE Litoral:

Valor total estimado do projeto:

Duração do projeto:

Responsável pela implementação: Comitê de Bacias

Escopo: Atender a demanda de Licenciamento Ambiental de atividades de impacto local

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: construir um programa interinstitucional de apoio ao pequeno produtor rural na busca do desenvolvimento rural através do licenciamento ambiental, alternativas de utilização sustentável dos recursos naturais e medidas de saneamento rural no âmbito de alguns municípios do litoral norte a partir de áreas piloto; atender a demanda de Licenciamento Ambiental de atividades de impacto local, colaborando para tanto, na construção dos seus Instrumentos de Gestão Municipal de Meio Ambiente.

Justificativa:

Beneficiários: Pequenos produtores rurais

Resultados pretendidos: Identificar áreas piloto e atividades a executar; realização dos licenciamentos ambientais; Elaboração do manual de boas práticas para a área rural da BHRT

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Identificar áreas piloto e atividades a executar

Meta:

Prazo:

Produto 2: Reuniões de envolvimento comunidades e capacitação

Meta:

Prazo:

Produto 3: Realização dos licenciamentos ambientais

Meta:

Prazo:

Produto 4: Elaboração do manual de boas práticas para a área rural da BHRT

Meta:

Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

CBHRT, Consorcio Público dos Municípios, FEPAM , Prefeituras Municipais

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Não

Outros:



6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de apoio a agricultura familiar e associativa para a produção sustentável, com ênfase no jovem produtor
Localização: COOREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto:
Responsável pela implementação: Prefeituras Municipais
Escopo: Apoio a criação de Políticas Públicas Municipais que estabeleçam cadeias de produtos regionais, em sistemas agroecológicos e agroflorestais

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Apoio a criação de Políticas Públicas Municipais que estabeleçam cadeias de produtos regionais, em sistemas agroecológicos e agroflorestais e promover políticas de apoio e incentivo ao desenvolvimento de atividades com base em usos "não consuntivos" dos recursos naturais.
Justificativa:
Beneficiários: Pequenos produtores rurais.
Resultados pretendidos: Desenvolvimento de Planos Territoriais para a produção Rural (agricultura orgânica/ecológica; cadeia de espécies nativas; implantação de agroflorestas; incentivo a meliponicultura; agroindústria familiar e associativa...); Desenvolvimento e gestão associativa para a comercialização de produtos; Criação de cursos de formação no IFRS a partir da identificação de demandas e necessidades local-regional para o desenvolvimento rural.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
EMATER, Prefeituras Municipais

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não



Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto:

Fontes de recursos:

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não

Investimentos:

Despesas Correntes

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1:

Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Programa de reconhecimento e apoio a inserção econômica das Comunidades Tradicionais

Localização: COREDE Litoral

Valor total estimado do projeto:

Duração do projeto:

Responsável pela implementação: COREDE Litoral

Escopo: Programa de qualificação e inserção das comunidades tradicionais.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo:

Justificativa

Beneficiários: Comunidades Tradicionais.

Resultados pretendidos: Identificar pequenos produtores potenciais; Realizar capacitação quando a comercialização direta; Elaborar um calendário de feiras locais; apoiar divulgação

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1:

Meta:

Prazo:

Produto 2:

Meta:

Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

EMATER, Prefeituras Municipais

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO



Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Comercialização Direta dos Produtos do Campo
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 40.000,00
Duração do projeto: 7 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação
Escopo: Realizar feira de comercialização direta entre produtor e consumidor.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Realizar a ligação direta entre produtor e consumidor através de feiras locais com os produtos da região
Justificativa: A comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar perpassa uma série de atravessadores, muitas vezes necessário para os produtos chegarem aos grandes centros, mas que acabam sendo custos – o produtor perder por ter que vender seu produto por um preço mais barato e o consumidor acaba pagando mais caro pelo produto final.
Beneficiários: Pequenos produtores.
Resultados pretendidos: Barateamento dos produtos para o consumidor com maior taxa de retorno para o produtor.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: identificar pequenos produtores potenciais
Meta:
Prazo: 2 meses
Produto 2: realizar capacitação quando a comercialização direta
Meta:
Prazo: 3 meses
Produto 3: elaborar um calendário de feiras locais
Meta:
Prazo: 1 mês
Produto 4: apoiar divulgação
Meta:
Prazo: 1 mês

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
EMBRAPA, EMATER, prefeituras municipais

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não



Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 20.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos
Despesas Correntes: R\$ 40.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 10.000,00
Produto 2: R\$ 20.000,00
Produto 3: R\$ 2.000,00
Produto 4: R\$ 8.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 - 2 meses
Produto 2 - 3 meses
Produto 3 - 1 mês
Produto 4 - 1 mês

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Incentivo as Boas Práticas de Produção
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 120.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação
Escopo: Promover capacitação e assessoria técnica quanto ao processamento de alimentos do campo - agroindústria

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Capacitar pequeno produtor
Justificativa: Maior acesso do pequeno produtor a novas e boas práticas de produção sustentável.
Beneficiários: Pequenos produtores rurais.
Resultados pretendidos: Melhoramento do produtor final dos pequenos produtores rurais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1:
Meta:
Prazo:
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
EMATER



5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 120.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 120.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Energia Elétrica para produção
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 5 meses
Responsável pela implementação: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação
Escopo: Fornecimento de Energia elétrica para as áreas rurais.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Qualificar o fornecimento de Energia elétrica para as áreas rurais.
Justificativa: Muitos agricultores carecem de melhorias na rede elétrica para melhorar a produção e o beneficiamento da produção.
Beneficiários: Produtores rurais.
Resultados pretendidos: Qualificação da produção rural.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: identificar regiões com menor potencial elétrico
Meta:
Prazo:
Produto 2: buscar companhias elétricas para adequação do sistema
Meta:
Prazo:
Produto 2: fornecer programa de financiamento ou produção de redes para produção agrícola.
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Companhias de fornecimento de energia, governo do Estado

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO



Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Sim
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 700.000,00
Despesas Correntes: R\$ 300.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Maior acesso a Telefonia e a Internet
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto:
Responsável pela implementação: Companhias telefônicas e Governo do Estado
Escopo: Implementação de mais redes de comunicação (telefonia e internet) nas áreas rurais do COREDE Litoral.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Melhoria das redes de comunicação (telefonia e internet)
Justificativa: Muitos pequenos produtores não têm acesso a telefonia e a internet nas áreas rurais. Esse fato tem como problema mais direto a dificuldade de comercialização dos produtos, mas também é apontado com motivo do êxodo rural da população mais jovem.
Beneficiários: Pequenos produtores rurais.
Resultados pretendidos: Aumentar número de produtores ligados a rede de telefonia e internet.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: identificação das áreas mais problemáticas
Meta:
Prazo:
Produto 2: construção de possibilidades integradas de solução
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Companhias telefônicas e governo Estadual

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não



Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: PRONATEC e Escolas Técnicas no Campo no Campo
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto:
Responsável pela implementação: Governo Federal
Escopo: Fortalecimento do PRONATEC no COREDE Litoral.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: fortalecer as Escolas Técnicas e o PRONATEC Campo, envolvendo a consulta nas escolas, como espaço para juventude decidir cursos técnicos que abrangerão suas necessidades.
Justificativa:
Beneficiários: Juventude rural
Resultados pretendidos:

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1:
Meta:
Prazo:
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Governo Federal – Ministério da Educação.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Sim



Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecer as compras públicas com a agricultura familiar
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00
Duração do projeto: 3 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação.
Escopo: Criar novos vínculos entre comprar públicas e produção rural

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Fortalecer a compra de alimentos da agricultura familiar exigindo o cumprimento da lei.
Justificativa: A Agricultura familiar está cada vez mais apta a ser a fornecedora prioritária das compras públicas, como determina lei específica sobre a matéria.
Beneficiários: Produtores da agricultura familiar.
Resultados pretendidos: Aumento da demanda pública por produtos da agricultura familiar.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Campanha de incentivo e capacitação para os agentes públicos licitarem compras beneficiando a agricultura familiar.
Meta:
Prazo:
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Governo Estadual e Prefeituras municipais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não



Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 30.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 30.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 3 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Artesanato Local
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 350.000,00
Duração do projeto: 15 meses
Responsável pela implementação: Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos
Escopo: Criação de centros de referência e comercialização para o artesanato local

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Fortalecer o artesanato local através do acompanhamento técnico e qualificação na comercialização através de centros de comercialização.
Justificativa: O Artesanato local tem grande potencial, mas carece de incentivo e investimentos para melhor comercializar seus produtos.
Beneficiários: Artesãos locais.
Resultados pretendidos: Maior produção de artesanato local e comercialização em mais pontos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: identificação e qualificação dos artesão locais
Meta: 200 artesão atendidos
Prazo: 6 meses
Produto 2: Criação de centros de comercialização
Meta: 3 centros
Prazo: 9 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de Ação Social dos municípios e organismos e instituições que trabalhem com a Economia Solidária.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não



Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 350.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 250.000,00
Despesas Correntes: R\$ 100.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 170.000,00
Produto 2: R\$ 180.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 6 meses
Produto 2 – 9meses

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: incentivo a participação social para manter os jovens no campo
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 60.000,00
Duração do projeto: 8 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos.
Escopo: Projeto de incentivo de participação social no campo

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Combater o êxodo rural dos jovens no campo.
Justificativa:
Beneficiários: Jovens, filhos de pequenos agricultores.
Resultados pretendidos: Manter uma nova geração no compa para a produção da agricultura familiar.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1:
Meta:
Prazo:
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de Agricultura e Ação Social dos municípios. Organismos que trabalhem com a capacitação dos jovens.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim



Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 60.000,00

Fontes de recursos:

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não

Investimentos:

Despesas Correntes: R\$ 60.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1:

Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: CRIAÇÃO DO SIM (SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL)

Localização: COREDE Litoral

Valor total estimado do projeto:

Duração do projeto: permanente

Responsável pela implementação: Prefeituras municipais

Escopo: Criação do SIM nos municípios que não há.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Que todos os produtores rurais tenham acesso a um Serviço de Inspeção Municipal.

Justificativa: Criar um sistema de inspeção municipal para viabilizar a criação de agroindústrias.

Beneficiários: Agricultura familiar e pescadores.

Resultados pretendidos: Viabilizar a agroindústria no maior número de municípios.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1:

Meta:

Prazo:

Produto 2:

Meta:

Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Órgãos envolvidos na realização do projeto

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não



Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto:

Fontes de recursos:

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não

Investimentos:

Despesas Correntes:

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1:

Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: PROGRAMA DE INCENTIVO À AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA (MATA PALUDOSA)

Localização: Mata Paludosa

Valor total estimado do projeto:

Duração do projeto: em meses

Responsável pela implementação: CONSELHO CONSULTIVO DA REBIO:

Escopo: Estabelecimento do cenário atual da produção de base ecológica da região.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Fortalecer a preservação e a produção sustentável de base ecológica.

Justificativa:

Beneficiários: Pequenos produtores rurais

Resultados pretendidos: Áreas certificadas para manejo agroflorestal no entorno da UC ampliadas; Áreas certificadas para produção orgânica no entorno da UC ampliadas; Cronograma de eventos para a “desmistificação” do orgânico realizado; Viabilidade da produção e comercialização de PANC's divulgada; Gestão da UC inserida no processo de certificação para produção orgânica das propriedades do entorno; Rede de extensionistas e multiplicadores da produção de base ecológica criada; Espaço para venda dos produtos oriundos das propriedades em processo de transição para produção orgânica estabelecido e Projetos-piloto para conversão de propriedades em execução.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1:

Meta:

Prazo:

Produto 2:

Meta:

Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

SECRETARIA DE AGRICULTURA ITATI, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE ITATI, COOMAFITT, ESCRITÓRIO EMATER ITATI, SDR, PREFEITURA DE TRÊS FORQUILHAS, OPAC, CODETER UFRGS TERRITÓRIO LITORAL, SEMA.



5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Não
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Eixo 2 - Promover o planejamento e a gestão articulada para sustentabilidade regional

ESTRATÉGIA 2.1. INTENSIFICAR A COOPERAÇÃO PARA A GESTÃO INTEGRADA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: (1) Fortalecer as instâncias de gestão, e os planos e projetos de caráter regional e/ ou articulados; (2) Sensibilizar de maneira permanente os atores para o desenvolvimento regional

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Fortalecimento do Fórum Regional do Turismo

Localização: COREDE Litoral

Valor total estimado do projeto:

Duração do projeto: permanente

Responsável pela implementação: COREDE Litoral

Escopo: Criação e organização de um Fórum permanente do Turismo.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Criar uma estrutura de atuação periódica na gestão e no planejamento do

turismo do litoral
Justificativa: Os municípios do COREDE Litoral agem de forma pouco integrada no planejamento do turismo da região.
Beneficiários: Cadeia do turismo.
Resultados pretendidos: Organizar uma agenda, e uniformizar uma estratégia para o turismo no litoral.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: identificar e solucionar eventuais problemas existentes; Meta: reunir 70% dos municípios do COREDE Prazo: 3 meses
Produto 2: realizar um planejamento estratégico do fórum Meta: reunir 70% dos municípios do COREDE Prazo: 3 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
secretarias municipais do turismo, AMLINORTE, empresas do turismo

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 3 meses
Produto 2 – 3 meses

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto de qualificação da gestão do uso e monitoramento da qualidade das águas
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto: 9 meses
Responsável pela implementação: Comitê das Bacias
Escopo: Realização de projeto para o monitoramento da qualidade das águas da região.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Articular agentes e instituições para a manutenção da qualidade dos



recursos hídricos compatibilizando os planos de bacia com demais instrumentos de gestão - Plano de Gerenciamento Costeiro, Zoneamento Ecológico Econômico
Justificativa: Os recursos hídricos são apontados como um dos principais atrativos e riquezas do Litoral. Por isso toda ação sobre sua qualificação é muito importante.
Beneficiários:
Resultados pretendidos: Melhoria da qualidade das águas da região.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Finalizar e implementar o Plano de Bacias do Rio Tramandaí - Plano de ação
Meta:
Prazo:
Produto 2: Viabilizar a Agencia das Aguas; da BHRT (Lei 10.350/94)
Meta:
Prazo:
Produto 3: equacionamento dos problemas pontuais de balanço hídrico
Meta:
Prazo:
Produto 4: Implementação de um sistema de controle de perdas no abastecimento
Meta:
Prazo:
Produto 5: Revisão da outorga
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
FEPAM, CBRT, CORSAN, Prefeituras Municipais, demais comitês de bacias
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Plano (ou Lei) de Ordenamento da Expansão Urbana e Urbanização da Orla

Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 110.000,00
Duração do projeto: 10 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
Escopo: Contratação de consultoria para realização do Plano de Ordenamento da Expansão Urbana e Urbanização da Orla

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Estabelecer diretrizes gerais para o uso e ocupação dos territórios urbanizados e de expansão urbana para os municípios da orla aqueles de maior impacto ambiental de forma orientar a revisão dos Planos Diretores Municipais e os Planos Municipais de Saneamento Básico; (Disciplinar o controle nos municípios sobre a ocupação de Áreas de preservação permanente.
Justificativa: O COREDE Litoral é uma das regiões do Estado que mais tem atraído população e conseqüentemente se urbanizando. Dentro desse processo, os municípios tentam responder a esse processo através de um planejamento individualizado, que embora necessário, deixa lacunas se não pensando dentro de diretrizes mais amplas para região.
Beneficiários: Municípios do COREDE.
Resultados pretendidos: Estabelecer diretrizes básicas de ocupação do solo para todo litoral.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Contratação de empresa de Planejamento Urbano.
Meta:
Prazo: 9 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
METROPLAN, CODETER, CBHRT, GERCO, Prefeituras Municipais

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 110.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 110.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 110.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 9 meses

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO



Título: Incentivo ao Associativos e Cooperação dos gestores públicos e agentes Privados
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00
Duração do projeto: 3 meses
Responsável pela implementação: COREDE Litoral
Escopo: Realização de reuniões temáticas sobre o tema do Associativismo e Cooperação.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Fortalecer o vínculo entre os diferentes agentes públicos e privados do Litoral.
Justificativa: Há um grande distanciamento entre gestores públicos e privados, dificultando a consecução dos mais simples projetos.
Beneficiários: Agentes públicos e privados da região.
Resultados pretendidos: Maior integração entre agentes públicos e privados.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Realização de reuniões temáticas
Meta: 3 reuniões com participação dos principais agentes públicos e privados.
Prazo: 3 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 30.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 30.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 3 meses

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Qualificar a participação dos conselhos municipais
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 55.000,00
Duração do projeto: permanente



Responsável pela implementação: COMUDES
Escopo: Qualificar a participação dos conselheiros através de capacitação e ajuda financeira.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Qualificar a sociedade civil para participar dos conselhos
Justificativa: Há pouca participação da sociedade civil nos diferentes conselhos que lhes são abertos.
Beneficiários: Conselheiros da sociedade civil
Resultados pretendidos: Aumentar a participação e o debate das pautas entre a sociedade civil.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Incentivo financeiro à participação da sociedade civil
Meta:
Prazo:
Produto 2: incentivo a divulgação destes espaços nos círculos da juventude, a fim de ampliar a sua participação
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
COMUDES, COREDE e Conselhos municipais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 55.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 55.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Plano de Segurança integrado
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 60.000,00
Duração do projeto: 5 meses
Responsável pela implementação: Coordenação de segurança da região



Escopo: Realização de um plano integrado de segurança pública para região.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Elaboração de projetos que envolvam agentes públicos e privados e pense em soluções consorciadas e a discussão de um novo presídio e visão de sistema prisional e ações de segurança comunitária.

Justificativa: O COREDE Litoral apresenta um dos maiores índices de insegurança do estado. É necessária uma nova concertação para superação desse problema na região.

Beneficiários: Órgãos de segurança do Litoral.

Resultados pretendidos: Aumentar o efetivo de segurança, diminuindo o índice de crimes no litoral.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Plano Integrado de Segurança Pública.

Meta:

Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Polícia Civil, militar, MP, governo do Estado

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 60.000,0

Fontes de recursos:

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos:

Despesas Correntes: R\$ 60.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 60.000,00

Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto 1 – 5 meses

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Alerta Litoral

Localização: COREDE Litoral

Valor total estimado do projeto: R\$ 600.000,00

Duração do projeto: 10 meses

Responsável pela implementação: Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação

Escopo: Criação de um Centro Tecnológico capaz de monitorar e alertar população sobre ocorrências climáticas/meteorológicas

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Informar com precisão e rapidez a população do Litoral sobre eventos que possam acarretar em riscos.
Justificativa: O COREDE é suscetível e diferentes riscos de intempéries ambientais que devem ser monitoradas para melhor agir em proteção a população.
Beneficiários:
Resultados pretendidos: Ação rápida e eficaz contra os desastres ocasionados por intempéries ambientais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Criação de Centro Tecnológico de monitoramento.
Meta:
Prazo: 10 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Universidades e Institutos de pesquisas ambientais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 600.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 500.000,00
Despesas Correntes: R\$ 100.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 600.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 10 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: CRIAÇÃO DE CENTRAL DE COMPRAS DE MEDICAMENTOS NA REGIÃO
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00
Duração do projeto: permanente
Responsável pela implementação: AMLINORTE
Escopo: Criação de central de compras para barganha no preço de medicamentos.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Possibilidade de barganhar preços junto aos fornecedores, por conta do ganho de escala, na medida em que os municípios pudessem unir necessidades e comprarem em conjunto.
Justificativa:
Beneficiários: Farmácias e hospitais regionais.
Resultados pretendidos: Diminuição do preço final dos medicamentos.



3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Criação de Central de compras
Meta: 21 municípios conveniados.
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Prefeituras Municipais, farmácias populares e hospitais regionais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 100.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 100.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 10 meses

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Observatório do Litoral
Localização: CORDE Litoral:
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00
Duração do projeto: permanente
Responsável pela implementação: COREDE Litoral
Escopo: Criar um observatório do desempenho do desenvolvimento do Litoral.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Criação de um observatório do desenvolvimento do Litoral
Justificativa:
Beneficiários: COREDE Litoral
Resultados pretendidos: Criar gestão e monitoramento permanente do desenvolvimento do litoral.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Criação do Observatório do Litoral.
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Conselhos, Secretarias e Universidades da região.



5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 50.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 50.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 - permanente
1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Gestão compartilhada do planejamento estratégico
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 24.000,00
Duração do projeto: permanente
Responsável pela implementação: COREDE Litoral
Escopo: Criação de uma gestão do planejamento estratégica

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Integrar agentes públicos e privados da gestão do Planejamento Estratégico do COREDE Litoral
Justificativa: Para o planejamento estratégico não ficar no papel, é preciso criar uma gestão funcional e compartilhada do plano.
Beneficiários: COREDE Litoral
Resultados pretendidos: Criação de uma gestão integrada com profissionais do setor públicos e privado do COREDE Litoral.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Criação de grupo para gestionar o planejamento estratégico.
Meta: 15 membros
Prazo: permanente.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
COREDE e COMUDES

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não



Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 24.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 24.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 24.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – permanente.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: QUALIFICAÇÃO DAS LIDERANÇAS MUNICIPAIS COM FOCO NA INTEGRAÇÃO REGIONAL
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00
Duração do projeto: 3 meses
Responsável pela implementação: COREDE Litoral
Escopo: Realizar oficinas para qualificação das lideranças municipais.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Qualificar as lideranças municipais para o desenvolvimento e integração regional.
Justificativa:
Beneficiários: Lideranças municipais.
Resultados pretendidos: Maior envolvimento das lideranças municipais no processo de planejamento estratégico.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Oficinas de qualificação
Meta: 6 oficinas de qualificação.
Prazo: 3 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de governos dos municípios.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:



6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 30.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 30.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 3 meses.

ESTRATÉGIA 2.2. FORTALECER O PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANO-AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: (1). **Capacitar** as instâncias da gestão municipal para a sustentabilidade territorial da região; (2). Apoiar a elaboração dos instrumentos legais e planos de gestão municipal a partir da visão regionalizada

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Capacitação municipal para a gestão territorial sustentável
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00
Duração do projeto: 3 meses
Responsável pela implementação: COREDE Litoral
Escopo: Realização de reuniões para capacitação dos municípios para a gestão do território de forma sustentável.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Governos municipais se integrem em uma agenda sustentável.
Justificativa: Após as discussões ocorridas na Rio+20 , Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que se avançou para três anos depois ser lançado o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento Sustentável”. São 17 ações presentes nessa agenda, construídos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, agenda das Nações Unidas até 2015. Destaca-se dos ODS o Objetivo número 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, que traz uma série de metas a ser implementadas no âmbito local. Mas seu maior feito, na verdade, é justamente o reconhecimento por parte da ONU da importância das decisões realizadas nos espaços das cidades para o desenvolvimento do planeta. Nesse mesmo entendimento a COP21, Conferência das Nações Unida para Mudanças Climáticas , trouxe para o debate justamente as cidades para se responsabilizarem a trazerem soluções quanto a questão das mudanças climáticas.
Beneficiários: Governos Municipais.



Resultados pretendidos: Integração dos municípios do COREDE Litoral na agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Reuniões de formação com governos municipais.

Meta: reunir com os 21 municípios

Prazo: 3 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

COREDE e Secretarias de governo e Meio Ambiente.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00

Fontes de recursos:

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos:

Despesas Correntes: R\$ 30.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 30.000,00

Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto 1 – 3 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Fortalecimento do Corpo Técnico das prefeituras (Qualificação da gestão pública)

Localização: COREDE Litoral

Valor total estimado do projeto: R\$ 105.000,00

Duração do projeto: 5 meses

Responsável pela implementação: Secretaria de Modernização Administrativa e Recursos Humanos

Escopo: Realização de Cursos para aperfeiçoamento da gestão pública municipal.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Preparar os agentes públicos municipais para os novos desafios da gestão pública.

Justificativa: Constata-se que há de forma muito incipiente uma formação continuada dentro do funcionalismo público municipal.

Beneficiários: Agentes e gestores públicos municipais.

Resultados pretendidos: Formação de forma continuada dos agentes e gestores públicos municipais como forma de modernizar os serviços públicos municipais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO



Produto 1: Curso de formação para qualificação dos agentes e gestores municipais.
Meta: atingir os 21 municípios
Prazo: 5 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de governo dos municípios.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 105.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 105.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 105.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 5 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Plano de Regularização Fundiária Regional
Localização: CORDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 350.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação
Escopo: Contratação de empresa de consultoria para realização do Plano de Regularização Fundiária Regional do COREDE Litoral.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Realizar o planejamento da regularização fundiária nos 21 municípios do COREDE.
Justificativa: O COREDE Litoral, assim como outras COREDE, possui um grande problema com a posse da terra pelas populações mais carentes e comunidades tradicionais, sendo necessário a realização de um Plano de Regularização Fundiária de todo território.
Beneficiários: Famílias que vivem de maneira irregular no COREDE Litoral.
Resultados pretendidos: Planejar intervenção do setor público na área.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Plano de Regularização Fundiária.
Meta: atingir os 21 municípios.
Prazo: 18 meses.



4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias municipais de habitação e ação social.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 350.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 350.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 350.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 18 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Planos Municipais de Saneamento Básico
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: 1.200.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação
Escopo: Realizar os 21 planos de Saneamento Básico dentro de uma mesma diretriz geral.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Todos os 21 municípios tenham seu Plano Municipal de Saneamento Básico.
Justificativa: Com a publicação da Lei n.º 11.445/2007, a Lei de Saneamento Básico, todas as prefeituras têm obrigação de elaborar seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Sem o PMSB, a partir de 2014, a Prefeitura não poderá receber recursos federais para projetos de saneamento básico.
Beneficiários: Governos Municipais.
Resultados pretendidos: Realização de 21 planos de saneamento básico

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Plano Municipal de Saneamento Básico
Meta: 21 planos
Prazo: 18 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
AMLINORTE, Secretarias de Meio Ambiente e Saneamento.



5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.200.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 1.200.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 1.200.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 18 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Aumentar a complexidade hospitalar e Fortalecer hospitais existentes
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto: 10 meses
Responsável pela implementação: Hospitais regionais
Escopo: Equipar com equipamento, médicos e enfermeiros os hospitais existentes

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Qualificar em complexidade os hospitais de atendimento regionais existentes.
Justificativa: O COREDE Litoral é o CORDE que mais tem crescido em população, com uma pirâmide etária mais estreita em sua base, ou seja com uma população cada vez mais idosa, carente de maior complexidade e atendimento hospitalar.
Beneficiários: Hospitais Regionais.
Resultados pretendidos: Aumentar complexidade dos hospitais existentes.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretaria da Saúde

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:



6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE USO E CONSERVAÇÃO DAS LAGOAS COSTEIRAS E ÁREAS ÚMIDAS
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Comitês de Bacias
Escopo: Realização do Plano de Uso e Conservação das Lagoas Costeiras e Áreas Úmidas.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Estancar a degradação das lagoas costeiras e áreas úmidas.
Justificativa: As lagoas costeiras do LN estão sofrendo intervenções negativas, prejudicando a qualidade das mesmas, comprometendo a qualidade ambiental e inclusive descaracterizando o ecossistema. Trata-se de patrimônio natural da União, que inclusive com suas áreas úmidas fazem parte da reserva da biosfera.
Beneficiários:
Resultados pretendidos: Preservação das lagoas e áreas úmidas.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Plano de Uso e Conservação das Lagoas e Áreas Úmidas
Meta:
Prazo: 12 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
AMILINORTE, Secretarias de Meio Ambiente e órgão de proteção ambiental estaduais e locais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00



Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 200.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 200.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 12 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLANOS REGIONALIZADOS INTEGRADOS DE GESTÃO AMBIENTAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: AMLINORTE
Escopo: Elaboração dos Planos de gestão ambiental de resíduos sólidos dos 21 municípios.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Elaborar diretrizes únicas e integradas para destinação dos resíduos sólidos.
Justificativa: Apontado hoje como um dos principais problemas ambientais das cidades, os resíduos sólidos são hoje o grande vilão de muitos municípios, que não possuem locais adequados para seu despejo. A realização de um plano regional e integrado tende a buscar soluções compartilhadas para esse problema.
Beneficiários: Municípios do COREDE Litoral.
Resultados pretendidos: Realização de 21 planos de resíduos sólidos que tenham dialoguem entre si e tenham as mesmas diretrizes.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Plano de Resíduos Sólidos.
Meta: 21 planos integrados.
Prazo: 18 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de Planejamento municipais e Órgão Estaduais de Meio Ambiente.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00
Fontes de recursos:



Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 300.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 300.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 18 meses.

ESTRATÉGIA 2.3. PROMOVER A VALORIZAÇÃO DO PATRIMONIO NATURAL E MINIMIZAR A DEGRADAÇÃO

OBJETIVOS ESPECIFICOS: (1) Promover os instrumentos para a recuperação e preservação do patrimônio ambiental regional; (2) Viabilizar a elaboração dos programas e projetos para o saneamento ambiental e (3) Incentivar o uso de energia alternativas

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto micro corredores ecológicos (fragmentos florestais)
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto:
Responsável pela implementação:
Escopo:

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo:
Justificativa:
Beneficiários:
Resultados pretendidos:

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1:
Meta:
Prazo:
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo:
Desapropriação:



Licença Ambiental: Sim ou Não
Licitação:
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Plano de drenagem das várzeas do Rio Tramandaí
Localização:
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto:
Responsável pela implementação:
Escopo:

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo:
Justificativa:
Beneficiários:
Resultados pretendidos:

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1:
Meta:
Prazo:
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo:
Desapropriação:
Licença Ambiental:
Licitação:
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:



Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de Efetivação das áreas protegidas
Localização:
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto
Responsável pela implementação:
Escopo:

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: (i) Estabelecimento dos ritos para a Criação das Unidades de Conservação; (ii) Elaboração dos Planos de manejo; (iii) Ordenamento do turismo nas áreas protegidas...
Justificativa
Beneficiários:
Resultados pretendidos:

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1
Meta:
Prazo:
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo:
Desapropriação:
Licença Ambiental:
Licitação:
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:



Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Planejamento da zona de amortecimento do PE Itapeva
Localização::
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto:
Responsável pela implementação:
Escopo:

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo:
Justificativa:
Beneficiários:
Resultados pretendidos:

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1:
Meta:
Prazo:
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo:
Desapropriação:
Licença Ambiental:
Licitação:
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:



7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Recuperação da áreas degradadas
Localização:
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto:
Responsável pela implementação:
Escopo:

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo:
Justificativa:
Beneficiários:
Resultados pretendidos:

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1:
Meta:
Prazo:
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo:
Desapropriação:
Licença Ambiental:
Licitação:
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA



ORLA MARÍTIMA
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto:
Responsável pela implementação: Órgão de defesa Ambiental do Estado
Escopo: Ação contra a ocupação ilegal da orla.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Diminuir a degradação e ocupação das orlas marítimas.
Justificativa: Diante da exploração e ocupação desordenada da orla marítima, em toda a sua extensão territorial, se faz de forma urgente e necessária desenvolver a recuperação das áreas costeiras e promover o desenvolvimento da forma sustentável de seus usos visando a preservação ambiental e integração social e humana regionalizadas na área costeira.
Beneficiários:
Resultados pretendidos: Diminuir degradação e ocupação de forma ilegal da orla marítima.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de Meio Ambiente municipais e Órgão de defesa ambiental do Estado e Federal.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Incentivo à produção de energia limpa e sustentável
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 40.000,00

Duração do projeto: 6 meses
Responsável pela implementação: Agencia de Desenvolvimento do Estado
Escopo: Realizar estudo para ampliação da produção de energia limpa e sustentável no litoral.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Realizar um plano de ação para intensificar e ver possíveis gargalos para a produção de energias alternativas no Litoral (eólica, fotovoltaica, biomassa)
Justificativa: Hoje o COREDE Litoral já se coloca como um dos principais produtores de energia eólica do Estado, podendo aumentar esse potencial.
Beneficiários: Produtores de energia sustentável.
Resultados pretendidos: Aumentar a produção de energia limpa e sustentável.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Realização de Estudo sobre o tema da energia sustentável.
Meta:
Prazo: 6 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
companhias de energia, prefeituras municipais

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 40.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 40.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 40.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 6 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Elaborar Estudos de Localização das Turbinas/Parques Eólicos
Título: Incentivo à produção de energia limpa e sustentável
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 40.000,00
Duração do projeto: 6 meses
Responsável pela implementação: Agencia de Desenvolvimento do Estado



2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: explorar os parques eólicos como símbolo do Litoral Norte como forma de qualificar a identidade regional, reforçar a singularidade do ambiente natural e incorporar à beleza cênica da região, a energia renovável dos ventos

Justificativa:

Beneficiários: Produtores de energia sustentável.

Resultados pretendidos: Aumentar a produção de energia limpa e sustentável.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: resultado intermediário obtido ao longo do projeto

Meta: quantificação do produto

Prazo: prazo de alcance do produto em meses

Produto 2:

Meta:

Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Órgãos envolvidos na realização do projeto

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim ou Não

Desapropriação: Sim ou Não

Licença Ambiental: Sim ou Não

Licitação: Sim ou Não

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 40.000,00

Fontes de recursos:

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não

Investimentos:

Despesas Correntes: R\$ 40.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 40.000,00

Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto 1 – 6 meses.



ESTRATÉGIA 2.4. APOIAR E FORTALECER OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIAO

OBJETIVOS ESPECIFICOS: Reconhecimento, visibilidade e fortalecimento das comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas e pescadores artesanais.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Reconhecimento, Visibilidade e inclusão das Comunidades Quilombolas

Localização:

Valor total estimado do projeto:

Duração do projeto:

Responsável pela implementação

Escopo:

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: (i) apoio para o reconhecimento e regularização das terras; (ii) qualificação-formação de lideranças (sucessão); (iii) viabilizar o acesso a água potável e demandas por infraestruturas; (iv) estabelecer políticas publicas para jovens e mulheres; (v) adequação do DAP

Justificativa:

Beneficiários:

Resultados pretendidos:

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1:

Meta:

Prazo:

Produto 2:

Meta:

Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo:

Desapropriação:

Licença Ambiental:

Licitação:

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto:

Fontes de recursos:

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:

Investimentos:

Despesas Correntes:



Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Reconhecimento das comunidades e Fortalecimento da pesca artesanal
Localização:
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto:
Responsável pela implementação:
Escopo:

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: (i) regramento da pesca (construção marco legal); (ii) promoção da saúde e segurança no trabalho; (iii) políticas de gênero e para jovens; (iv) resolução de conflitos territoriais/ambientais e atividades turísticas sobre a pesca; (v) regularização das posses; (VI) cadastramento/censo
Justificativa:
Beneficiários:
Resultados pretendidos:

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1:
Meta:
Prazo:
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo:
Desapropriação:
Licença Ambiental:
Licitação:
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:



Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Elaboração do Plano de Gestão territorial e Ambiental das terras indígenas (PGTAS)
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 80.000,00
Duração do projeto: 10 meses
Responsável pela implementação: FUNAI
Escopo: Elaboração do PGTAS

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: implementação da PNGATI que visa a valorização do patrimônio material e imaterial indígena, recuperação, associado a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, de forma a assegurar a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural dos povos indígenas locais.
Justificativa: Os povos indígenas ocupam, transformam e ressignificam seus espaços, segundo suas escolhas, tradições, normas e ritos – suas culturas enfim – estabelecendo assim, formas de uso dos recursos naturais e de controle sobre os territórios tradicionais. Nesse sentido, pode-se entender que a noção de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas combina a dimensão política do controle territorial com a dimensão ambiental de ações voltadas para sua sustentabilidade, envolvendo atividades tanto de ordenamento territorial quanto de gestão ambiental (LITTLE, 2006).
Beneficiários: Povos Indígenas
Resultados pretendidos: Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de terras indígenas são importantes ferramentas de implementação da PNGATI, podendo ser definidos como instrumentos de caráter dinâmico, que visam à valorização do patrimônio material e imaterial indígena, à recuperação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Realização do PGTAS
Meta:
Prazo: 10 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de Ação Social dos municípios e Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos do Estado.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:



6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 80.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 80.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 80.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 10 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecimento da Participação dos povos e comunidades tradicionais
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto: permanente
Responsável pela implementação: CODETER
Escopo: Estimular a participação dos povos e comunidades tradicionais nos conselhos atuantes no COREDE.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Atender de melhor forma as demandas dos povos e comunidades tradicionais.
Justificativa:
Beneficiários: Povos e comunidades tradicionais
Resultados pretendidos: engajamento, empoderamento e autonomia para autogestão dos povos e comunidades tradicionais nos fóruns de tomada de decisão do território do COREDE.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: participação nos Conselhos de Direito e protetivos municipais
Meta:
Prazo:
Produto 2: participação das comunidades tradicionais nos espaços de discussão do território rural do litoral
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Entidades e Organizações organizativas dos povos e comunidades tradicionais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:



6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implementação e ampliação de escolas nos territórios indígenas, quilombolas e de pescadores artesanais, com um currículo escolar que valorize e respeite seus ritmos, cultura e diversidade.
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Educação
Escopo: Construção de duas escolas em territórios indígenas e quilombolas.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Oportunizar aos jovens indígenas, quilombolas e pescadores tradicionais uma educação pública de qualidade em respeito às suas tradições e costumes.
Justificativa:
Beneficiários: Povos Indígenas
Resultados pretendidos: Criação de duas escolas públicas com foco nas comunidades tradicionais do Litoral do Estado.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Construção de Escolas
Meta: 2
Prazo: 24 meses
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação, FUNAI, Entidades e organizações das comunidades e povos tradicionais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Sim
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros:



6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 3.000.000,00
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 3.000.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 24 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Criação e valorização de locais públicos para a divulgação da cultura indígena, quilombola e pescadores artesanais, implementando pontos de comercialização nos centros urbanos.
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: \$ 600.000,00
Duração do projeto: 10 meses
Responsável pela implementação: Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos.
Escopo: Criação de pontos de comercialização para a divulgação da cultura indígena, quilombola e pescadores artesanais.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Criar espaços de troca de conhecimento e comercialização de produtos oriundos da produção indígena, quilombola e pesca artesanal.
Justificativa: As comunidades e povos tradicionais tem como uma de suas principais pautas o seu reconhecimento econômico, por isso a importância de se criar pontos de referências para que possam, dessa forma, comercializar seus produtos.
Beneficiários: Povos e comunidades tradicionais.
Resultados pretendidos: Construção de 3 pontos de comercialização em centros urbanos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Construção de pontos de comercialização
Meta: 3
Prazo: 10 meses
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação, FUNAI, Entidades e organizações das comunidades e povos tradicionais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim



Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 600.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 400.000,00
Despesas Correntes: R\$ 200.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: : R\$ 600.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 10 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecimento de um Fórum de Pesca no Litoral
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 12.000,00
Duração do projeto: permanente
Responsável pela implementação: CODETER
Escopo: Incentivos e acompanhamento para o fortalecimento de um Fórum de Pesca no Litoral

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Qualificar o Fórum de Pesca no Litoral.
Justificativa: Para pelo fortalecimento e empoderamento das comunidades tradicionais, em especial a da Pesca Artesanal, a possibilidade de articulação dos mesmos.
Beneficiários: Pescadores artesanais.
Resultados pretendidos: Fortalecimentos da pesca artesanal.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Apoio ao Fórum da Pesca Artesanal.
Meta: Reuniões bimestrais
Prazo: permanente.
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
CODETER, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não



Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 12.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 12.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 12.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – permanente.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de acesso a água potável
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 350.000,00
Duração do projeto: 15 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação.
Escopo: Criação de uma programa de acesso a água potável.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aumentar o acesso dos moradores do Litoral a água potável.
Justificativa: Embora o COREDE Litoral seja rico em recursos hídricos. A realidade de muitos moradores é de não ter acesso a água potável. Faz-se necessário, dessa forma, a realização em conjunto de um planejamento para a área do saneamento, também um programa que tenha como foco o acesso a água potável.
Beneficiários: Populações do COREDE Litoral que não tem acesso a água potável.
Resultados pretendidos: Aumentar o acesso a água potável no curto prazo.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Programa de acesso a água potável.
Meta: aumentar em 25% o acesso à água potável.
Prazo: 15 meses
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias municipais de saneamento.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não



Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 350.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 350.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 350.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 15 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: RESGATE E PRESERVAÇÃO DAS RAÍZES HISTÓRICAS E MULTICULTURALISMO
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 130.000,00
Duração do projeto: 6 meses
Responsável pela implementação: Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Escopo: síntese do que será feito e principais resultados do projeto

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Fortalecer, disseminar e difundir os mais variados aspectos da cultura litorânea
Justificativa:
Beneficiários: Comunidades e Povos Tradicionais.
Resultados pretendidos: Criação de materiais didáticos e de comunicação sobre as raízes históricas e o multiculturalismo.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Criação de uma campanha sobre as raízes históricas e o multiculturalismo.
Meta:
Prazo: 6 meses
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humano, FUNAI, entidades e organizações das comunidades e povos tradicionais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não



Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 130.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 130.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 130.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 6 meses

ESTRATÉGIA 2.5. PROMOVER O FORTALECIMENTO DAS POLITICAS DE INCLUSAO SOCIAL
OBJETIVOS ESPECIFICOS: (1) Qualificação da oferta de educação, apoio ao esporte e lazer. (2) Inclusão social através do artesanato e qualificação da mão de obra.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Plano de Ação para prevenção do crime com população vulnerável
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 70.000,00
Duração do projeto: 10 meses
Responsável pela implementação: Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça, e Direitos Humanos.
Escopo: Criação de um programa de auxílio as populações vulneráveis.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Transformar realidade através de um programa de estímulo a qualificação profissional e acompanhamento das populações vulneráveis.
Justificativa: Com a migração de trabalhadores no veraneio em busca de empregos temporário e a consequente finalização desses empregos no final do veraneio, há um problema comum a muitos municípios do COREDE Litoral que é o crescimento grande da população vulnerável a cada final de veraneio, sendo necessário assim programas que tenham foco no atendimento a essa população.
Beneficiários: População em situação de vulnerabilidade social.
Resultados pretendidos: Qualificação profissional da população em situação de vulnerabilidade social.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Programa de Qualificação Profissional da população em situação de vulnerabilidade social.
Meta: 300 famílias
Prazo: 10 meses
Produto 2:



Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretaria de ação social dos municípios.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 70.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes R\$ 70.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 70.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 10 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Artesanato para Inclusão Social - Economia Solidária
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 65.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos.
Escopo: Criação de grupos de Economia Solidária no litoral

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Qualificar trabalhadores para o artesanato através da Economia Solidária.
Justificativa: Qualificação do trabalhador, valorizando a identidade cultural do Estado, a através do fomento de ações de desenvolvimento e promoção do artesanato e da economia solidária.
Beneficiários: Trabalhadores em situação de vulnerabilidade social.
Resultados pretendidos: Estimulo ao artesanato e a inclusão social.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Criação de grupos de Economia Solidária no Litoral.
Meta: 3 grupos
Prazo: 18 meses
Produto 2:
Meta:
Prazo:



4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Entidades e organizações da Economia Solidária e Secretarias de ação social dos municípios.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 65.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 65.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 65.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 18 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Maior oferta de educação Pública em todos os níveis
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto: permanente
Responsável pela implementação: Secretaria de Educação
Escopo: Aumentar oferta de educação no ensino público.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Maior acesso à educação pública para os moradores do COREDE Litoral.
Justificativa:
Beneficiários: Moradores COREDE Litoral
Resultados pretendidos: Aumentar consideravelmente o número de vagas em todos os níveis do ensino público.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1:
Meta:
Prazo:
Produto 2:
Meta:
Prazo:



4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias municipais de Educação.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Incentivo a programas na Área do Esporte e educação
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto: 10 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
Escopo: lançar editais em apoio a programas da Área de Esporte Educação.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aumentar a oferta de programa na área de esporte e educação.
Justificativa:
Beneficiários: População em geral
Resultados pretendidos: Aumentar o engajamento da população na participação de programas nas áreas de esporte e educação.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Editais de incentivo a prática de esportes e educação.
Meta: 10 editais
Prazo: 10 meses
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de educação, esporte e lazer dos municípios

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não



Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 10 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecimento do Ensino de Jovens e Adultos (EJA)
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto: 8 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Educação
Escopo: Aumentar vagas no EJA

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Formar mais jovens e adultos
Justificativa: A Educação de Jovens e Adultos vêm perdendo certo protagonismo no litoral, no mesmo momento que observa-se ainda alto índice de analfabetismo na população adulta, principalmente na área rural.
Beneficiários: Jovens e Adultos que não tenham concluído o Ensino Fundamental.
Resultados pretendidos: Aumentar índice de formação de jovens e adultos e consequente diminuição dos índices de analfabetismo.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Fortalecer EJA
Meta: aumento em 15% das vagas disponíveis.
Prazo: 8 meses
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de educação dos municípios.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não



Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 8 meses

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Espaços Públicos para o lazer e esporte
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 900.000,00
Duração do projeto: 9 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
Escopo: Criação de 3 espaços públicos para a prática de esporte e lazer.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Criação de espaços de referência no litoral para a boa prática de esportes e lazer.
Justificativa: É flagrante a falta de espaços para a prática comunitária em locais públicos de esporte e lazer. Soma-se a esse fato, uma população no Litoral cada vez mais numerosa e idosa, que pode beneficiar-se muito da prática de esportes.
Beneficiários: população moradora do litoral
Resultados pretendidos: Diminuir os índices de sedentarismo no litoral.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: criação de três praças públicas para a prática do esporte e lazer.
Meta: 3 praças
Prazo: 9 meses.
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de obras e de esporte e lazer dos município.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Sim
Licença Ambiental: Sim



Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 900.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 900.000,00
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 900.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 9 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Qualificação da mão de obra
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 170.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos.
Escopo: Criação de cursos para qualificação profissional de acordo com a demanda.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Qualificar a força de trabalho do COREDE Litoral.
Justificativa: Há grande queixa por parte dos empresários, mas também dos trabalhadores de falta de cursos profissionalizantes e de qualificação da mão de obra no Litoral.
Beneficiários: trabalhadores menos qualificados.
Resultados pretendidos: Aumentar a qualificação da Mão de Obra no litoral em áreas de vocação do COREDE.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Criação de cursos profissionalizantes e de qualificação da mão de obra.
Meta: 5 cursos
Prazo: 12 meses
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de trabalho e ação social dos municípios e entidades da sociedade civil e empresas voltadas ao ensino e qualificação da mão de obra.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não



Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 170.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 170.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 170.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 12 meses.

8. PRIORIZAÇÃO DA REGIÃO FUNCIONAL

A Região Funcional nº 4 coincide territorialmente com o COREDE Litoral. Dessa forma, o processo de priorização proposto para essa etapa, nada mais foi que uma hierarquização daqueles projetos que o próprio COREDE identifica como mais necessários para o seu desenvolvimento.

Para a definição das prioridades dentre os projetos destacados, foram utilizadas como ferramenta a matriz GUT que avalia os problemas e a necessidade de solução em relação a três aspectos: gravidade, urgência e tendência. Define-se a matriz estabelecendo uma pontuação que avalia cada situação ou projeto a partir de critérios que ponderam uma variação de escala que vai da situação extremamente favorável ao quadro extremamente pior - menos favorável.

Abaixo são apresentados em ordem hierárquica os 10 projetos prioritários, assim como aparecem na carteira de projeto: (1) Planos Municipais de Saneamento Básico; (2) Regularização Fundiária do Litoral Norte; (3) Elaboração e Implementação de Planos Regionalizados Integrados de Gestão Ambiental de Resíduos Sólidos; (4) Recuperação das Áreas Degradadas; (5) Programa de Acesso a Água Potável; (6) Plano de Ação Para preservação do Crime com a População Vulnerável; (7) Projeto de Qualificação da Gestão do Uso e Monitoramento da Qualidade das Águas; (8) Fortalecimento do Corpo Técnico das Prefeituras; (9) Elaboração e Implementação de Plano de Uso e Conservação das Lagoas Costeiras e Áreas Úmidas e (10) Recuperação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Orla Marítima.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Planos Municipais de Saneamento Básico
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: 1.200.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação
Escopo: Realizar os 21 planos de Saneamento Básico dentro de uma mesma diretriz geral.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Todos os 21 municípios tenham seu Plano Municipal de Saneamento Básico.
Justificativa: Com a publicação da Lei n.º 11.445/2007, a Lei de Saneamento Básico, todas as prefeituras têm obrigação de elaborar seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Sem o PMSB, a partir de 2014, a Prefeitura não poderá receber recursos federais para projetos de saneamento básico.
Beneficiários: Governos Municipais.
Resultados pretendidos: Realização de 21 planos de saneamento básico



3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Plano Municipal de Saneamento Básico
Meta: 21 planos
Prazo: 18 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
AMLINORTE, Secretarias de Meio Ambiente e Saneamento.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.200.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 1.200.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 1.200.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 18 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Plano de Regularização Fundiária Regional
Localização: CORDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 350.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação
Escopo: Contratação de empresa de consultoria para realização do Plano de Regularização Fundiária Regional do COREDE Litoral.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Realizar o planejamento da regularização fundiária nos 21 municípios do COREDE.
Justificativa: O COREDE Litoral, assim como outras COREDE, possui um grande problema com a posse da terra pelas populações mais carentes e comunidades tradicionais, sendo necessário a realização de um Plano de Regularização Fundiária de todo território.
Beneficiários: Famílias que vivem de maneira irregular no COREDE Litoral.
Resultados pretendidos: Planejar intervenção do setor público na área.



3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Plano de Regularização Fundiária.
Meta: atingir os 21 municípios.
Prazo: 18 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias municipais de habitação e ação social.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 350.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 350.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 350.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 18 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLANOS REGIONALIZADOS INTEGRADOS DE GESTÃO AMBIENTAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: AMLINORTE
Escopo: Elaboração dos Planos de gestão ambiental de resíduos sólidos dos 21 municípios.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Elaborar diretrizes únicas e integradas para destinação dos resíduos sólidos.
Justificativa: Apontado hoje como um dos principais problemas ambientais das cidades, os resíduos sólidos são hoje o grande vilão de muitos municípios, que não possuem locais adequados para seu despejo. A realização de um plano regional e integrado tende a buscar soluções compartilhadas para esse problema.
Beneficiários: Municípios do COREDE Litoral.
Resultados pretendidos: Realização de 21 planos de resíduos sólidos que tenham dialoguem entre si e tenham as mesmas diretrizes.



3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Plano de Resíduos Sólidos. Meta: 21 planos integrados. Prazo: 18 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de Planejamento municipais e Órgão Estaduais de Meio Ambiente.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 300.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 300.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 18 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Recuperação da áreas degradadas
Localização:
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto:
Responsável pela implementação:
Escopo:

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo:
Justificativa:
Beneficiários:
Resultados pretendidos:

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Meta: Prazo:
Produto 2: Meta: Prazo:



4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo:
Desapropriação:
Licença Ambiental:
Licitação:
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de acesso a água potável
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 350.000,00
Duração do projeto: 15 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação.
Escopo: Criação de uma programa de acesso a água potável.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aumentar o acesso dos moradores do Litoral a água potável.
Justificativa: Embora o COREDE Litoral seja rico em recursos hídricos. A realidade de muitos moradores é de não ter acesso a água potável. Faz-se necessário, dessa forma, a realização em conjunto de um planejamento para a área do saneamento, também um programa que tenha como foco o acesso a água potável.
Beneficiários: Populações do COREDE Litoral que não tem acesso a água potável.
Resultados pretendidos: Aumentar o acesso a água potável no curto prazo.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Programa de acesso a água potável.
Meta: aumentar em 25% o acesso à água potável.
Prazo: 15 meses
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias municipais de saneamento.



5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 350.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 350.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 350.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 15 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Plano de Ação para prevenção do crime com população vulnerável
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 70.000,00
Duração do projeto: 10 meses
Responsável pela implementação: Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça, e Direitos Humanos.
Escopo: Criação de um programa de auxílio as populações vulneráveis.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Transformar realidade através de um programa de estímulo a qualificação profissional e acompanhamento das populações vulneráveis.
Justificativa: Com a migração de trabalhadores no veraneio em busca de empregos temporário e a conseqüente finalização desses empregos no final do veraneio, há um problema comum a muitos municípios do COREDE Litoral que é o crescimento grande da população vulnerável a cada final de veraneio, sendo necessário assim programas que tenham foco no atendimento a essa população.
Beneficiários: População em situação de vulnerabilidade social.
Resultados pretendidos: Qualificação profissional da população em situação de vulnerabilidade social.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Programa de Qualificação Profissional da população em situação de vulnerabilidade social. Meta: 300 famílias Prazo: 10 meses
Produto 2: Meta: Prazo:



4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretaria de ação social dos municípios.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 70.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes R\$ 70.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 70.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 10 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Artesanato para Inclusão Social - Economia Solidária
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 65.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos.
Escopo: Criação de grupos de Economia Solidária no litoral

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Qualificar trabalhadores para o artesanato através da Economia Solidária.
Justificativa: Qualificação do trabalhador, valorizando a identidade cultural do Estado, a através do fomento de ações de desenvolvimento e promoção do artesanato e da economia solidária.
Beneficiários: Trabalhadores em situação de vulnerabilidade social.
Resultados pretendidos: Estimulo ao artesanato e a inclusão social.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Criação de grupos de Economia Solidária no Litoral.
Meta: 3 grupos
Prazo: 18 meses
Produto 2:
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Entidades e organizações da Economia Solidária e Secretarias de ação social dos municípios.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 65.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 65.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 65.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 18 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto de qualificação da gestão do uso e monitoramento da qualidade das águas
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto: 9 meses
Responsável pela implementação: Comitê das Bacias
Escopo: Realização de projeto para o monitoramento da qualidade das águas da região.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Articular agentes e instituições para a manutenção da qualidade dos recursos hídricos compatibilizando os planos de bacia com demais instrumentos de gestão - Plano de Gerenciamento Costeiro, Zoneamento Ecológico Econômico
Justificativa: Os recursos hídricos são apontados como um dos principais atrativos e riquezas do Litoral. Por isso toda ação sobre sua qualificação é muito importante.
Beneficiários:
Resultados pretendidos: Melhoria da qualidade das águas da região.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Finalizar e implementar o Plano de Bacias do Rio Tramandaí - Plano de ação
Meta:
Prazo:



Produto 2: Viabilizar a Agencia das Aguas; da BHRT (lei 10.350/94)
Meta:
Prazo:
Produto 3: equacionamento dos problemas pontuais de balanço hídrico
Meta:
Prazo:
Produto 4: Implementação de um sistema de controle de perdas no abastecimento
Meta:
Prazo:
Produto 5: Revisão da outorga
Meta:
Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
FEPAM, CBRT, CORSAN, Prefeituras Municipais, demais comitês de bacias

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1:
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecimento do Corpo Técnico das prefeituras (Qualificação da gestão pública)
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 105.000,00
Duração do projeto: 5 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Modernização Administrativa e Recursos Humanos
Escopo: Realização de Cursos para aperfeiçoamento da gestão pública municipal.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Preparar os agentes públicos municipais para os novos desafios da gestão pública.



Justificativa: Constata-se que há de forma muito incipiente uma formação continuada dentro do funcionalismo público municipal.
Beneficiários: Agentes e gestores públicos municipais.
Resultados pretendidos: Formação de forma continuada dos agentes e gestores públicos municipais como forma de modernizar os serviços públicos municipais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Curso de formação para qualificação dos agentes e gestores municipais.
Meta: atingir os 21 municípios
Prazo: 5 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Secretarias de governo dos municípios.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 105.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 105.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 105.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 5 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE USO E CONSERVAÇÃO DAS LAGOAS COSTEIRAS E ÁREAS ÚMIDAS
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Comitês de Bacias
Escopo: Realização do Plano de Uso e Conservação das Lagoas Costeiras e Áreas Úmidas.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Estancar a degradação das lagoas costeiras e áreas úmidas.
Justificativa: As lagoas costeiras do LN estão sofrendo intervenções negativas, prejudicando a qualidade das mesmas, comprometendo a qualidade ambiental e inclusive descaracterizando o ecossistema. Trata-se de patrimônio natural da União, que inclusive com suas áreas úmidas fazem parte da reserva da biosfera.



Beneficiários:
Resultados pretendidos: Preservação das lagoas e áreas úmidas.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Plano de Uso e Conservação das Lagoas e Áreas Úmidas
Meta:
Prazo: 12 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
AMILINORTE, Secretarias de Meio Ambiente e órgão de proteção ambiental estaduais e locais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 200.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 200.000,00
Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Produto 1 – 12 meses.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ORLA MARÍTIMA
Localização: COREDE Litoral
Valor total estimado do projeto:
Duração do projeto:
Responsável pela implementação: Órgão de defesa Ambiental do Estado
Escopo: Ação contra a ocupação ilegal da orla.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Diminuir a degradação e ocupação das orlas marítimas.
Justificativa: Diante da exploração e ocupação desordenada da orla marítima, em toda a sua extensão territorial, se faz de forma urgente e necessária desenvolver a recuperação das áreas costeiras e promover o desenvolvimento da forma sustentável de seus usos visando a preservação ambiental e integração social e humana regionalizadas na área costeira.
Beneficiários:



Resultados pretendidos: Diminuir degradação e ocupação de forma ilegal da orla marítima.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1:

Meta:

Prazo:

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Secretarias de Meio Ambiente municipais e Órgão de defesa ambiental do Estado e Federal.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto:

Fontes de recursos:

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não

Investimentos:

Despesas Correntes:

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1:

Produto 2:

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

9. MODELO DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA REGIÃO

O Modelo de Gestão e Implementação do Planejamento Estratégico do COREDE Litoral tem como pressuposto o fortalecimento do COREDE Litoral e de suas instâncias de planejamento e gestão. Será instituído através de uma coordenadoria do COREDE com atribuições específicas que visem implementar o Planejamento Estratégico da Região e monitorar sua aplicação.

Dentre os objetivos do Modelo de Gestão e Implementação do Planejamento Estratégico do COREDE Litoral estão o fortalecimento de todo processo de planejamento que apontou para uma carteira de projetos e o monitoramento permanente da implementação das estratégias e ações por ele estabelecidas. Para cumprir com este objetivo e buscando avaliar a implementação do Planejamento Estratégico de forma plena, sugere-se a adoção de duas modalidades de avaliação. Para o acompanhamento das ações estabelecidas se propõe uma avaliação de processo; para a avaliação dos resultados da política implementada sugere-se a avaliação de impacto.

A **Avaliação de Processo** é realizada mediante a observação de resultados apresentados aferindo-se se objetivos e metas foram alcançados e se os meios utilizados foram adequados ou suficientes. Portanto, o objeto avaliado é o processo de implementação. Nesta avaliação de processo são adotados dois indicadores:

(i) **Indicadores de Eficiência:** Têm a função de avaliar o andamento do processo de implementação do Planejamento Estratégico, verificando se as metas propostas estão sendo cumpridas nos prazos determinado. A cada ano a coordenadoria do COREDE Litoral deverá apresentar a direção do COREDE um relatório com o resultado da avaliação destes indicadores;

(ii) **Indicadores de Eficácia:** São estabelecidos para avaliar se a ação alcançou o resultado esperado. Dessa forma, cada ação conta com o seu próprio indicador de eficácia, descritos quando do detalhamento dos programas ainda a ser realizado. A cada final de período estabelecido pelo Plano deverá apresentar a diretoria um relatório com o resultado da avaliação desses indicadores;

Para a avaliação de processo são estabelecidas metas globais e intermediárias que podem variar de acordo com o período de duração dos programas e das possibilidades de implementação dos projetos, podendo para seu acompanhamento ser dividido em Curto Prazo (CP), Médio Prazo (MP) e Longo Prazo (LP).

A **Avaliação de Impacto** se destina a verificar a ocorrência de mudanças efetivas, quantitativas e qualitativas, nas condições sociais e econômicas e quanto ao bem estar e qualidade de vida. O critério de avaliação é a efetividade. A avaliação de impacto pode se dar através do monitoramento de indicadores sociais sistematicamente levantados pelos órgãos de pesquisa (FEE e o IBGE).

Por fim, recomenda-se a avaliação e revisão do Planejamento Estratégico: O plano tem um horizonte temporal definido para 2030 e deverá ter suas ações incorporadas por cada PPA. Propõe-se a revisão a cada 5 anos, aliada a um processo sistemático de acompanhamento público a cada 2 anos através da realização de planárias regionais.

10. REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Cintia; BANDEIRA, Pedro; DALLABRIDA, Valdir (Org.). **Desenvolvimento Contemporânea e (des) Caminhos:**A contribuição da obra de Dinizar Becker. Lajeado: Univates, 2009.

ALLEBRANDT, Sergio Luís, BÜTTENBENDER, Pedro Luís, SIEDENBERG, Dieter R. Detalhamento de um Modelo de Planejamento Estratégico Territorial In: Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional. Santa Cruz do Sul/RS : Editora Unisc, 2010, p. 49 a 79.

CARDOSO Jr., J. C. e MELO, V. Introdução. In: CARDOSO Jr., J. C. (org.). A reinvenção do planejamento governamental no Brasil. estrutura das revoluções científicas. Brasil: IPEA, 2011.

COREDE LITORAL (Osório). **Planejamento Estratégico COREDE Litoral.** Osório: S/e, 2010.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Perfil Socioeconômico do COREDE Litoral.** Porto Alegre: S/e, 2015.

PAIVA, Carlos Águedo. **Como Identificar e Mobilizar o Potencial de Desenvolvimento de uma Região?** Porto Alegre: Fee, 2004. 139 p.

REZENDE, F. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. In: CARDOSO Jr., J. C. (org.). A reinvenção do planejamento governamental no Brasil. estrutura das revoluções científicas. Brasil: IPEA, 2011.

SIEDENBERG, D. R. (org.). Orientações para o processo de planejamento estratégico regional dos COREDES-RS. Ijuí, maio de 2009.

STROHAECKER, Tânia Marques; TOLDO JUNIOR, Elírio E.. O LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL COMO UM PÓLO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO BRASIL MERIDIONAL. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. , p.0-1, ago. 2007.



11. ANEXOS

a. Ficha de Hierarquização

CÉDULA DE HIERARQUIZAÇÃO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COREDE LITORAL

Eixo 1 - Potencializar a Matri Econômica			
Estratégia 1.1 - Diversificar e integrar os tipos de turismo	G	U	T
Título: Roteiros Integrados (exp. Butiá, Lagoas, Açorianos, Quilombola, Religiosas)			
Título: Calendário de Eventos Regional			
Título: Programa de Incentivo a propriedade rural para o turismo			
Título: CONSCIENTIZAÇÃO TURÍSTICA E CULTURAL NAS ESCOLAS			
Título: Mapeamento de potencialidades turísticas			
Estratégia 1.2 - Qualificação técnica e de estruturas para o turismo	G	U	T
Título: Cursos de formação para o turismo			
Título: Qualificação de Estradas para o Turismo e Produção Rural			
Título: Qualificação dos Pórticos de Entrada			
Título: Criação do "selo" marca do Litoral			
Título: Programa para o "bem receber" na estrada			
Título: Acessibilidade Universal			
Título: Formalização do Trabalho			
Título: Fortalecimento da Defesa Civil			
Estratégia 1.3 - Qualificar a produção Rural	G	U	T
Título: Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável a nível de Microbacias e Comunidades rurais da planície Costeira (projeto elaborado)			
Título: Programa de apoio a agricultura familiar e associativa para a produção sustentável, com ênfase no jovem produtor			
Título: Programa de reconhecimento e apoio a inserção econômica das Comunidades Tradicionais			
Título: Comercialização Direta dos Produtos do Campo			
Título: Incentivo as Boas Práticas de Produção			
Título: Energia Elétrica para produção			
Título: Maior acesso a Telefonia e a Internet			
Título: PRONATEC e Escolas Técnicas no Campo no Campo			
Título: Fortalecer as compras públicas com a agricultura familiar			
Título: Artesanato Local			
Título: incentivo a participação social para manter os jovens no campo			
Título: CRIAÇÃO DO SIM (SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL)			
Título: PROGRAMA DE INCENTIVO À AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA (MATA PALUDOSA)			
Estratégia 1.4 - Energias Alternativas	G	U	T
Título: Incentivo a produção de energia limpa e sustentável			
Título: Elaborar Estudos de Localização das Turbinas/Parques Eólicos			
Eixo 2 - Promover o planejamento e a gestão articulada para sustentabilidade regional			
Estratégia 2.1 - Intensificar cooperação para gestão integrada	G	U	T
Título: Fortalecimento do Fórum Regional do Turismo			
Título: Projeto de qualificação da gestão do uso e monitoramento da qualidade das águas			
Título: Plano (ou Leide Ordenamento da Expansão Urbana e Urbanização da Orla			
Título: Incentivo ao Associativos e Cooperação dos gestores públicos e agentes Privados			
Título: Qualificar a participação dos conselhos municipais			
Título: Plano de Segurança integrado			
Título: Alerta Litoral			
Título: CRIAÇÃO DE CENTRAL DE COMPRAS DE MEDICAMENTOS NA REGIÃO			
Estratégia 2.2 - Realizar planejamento urbano-ambiental dos municípios	G	U	T
Título: Capacitação municipal para a gestão territorial sustentável			
Título: Fortalecimento do Copo Técnico das prefeituras (Qualificação da gestão pública)			
Título: Plano de Regularização Fundiária Regional			
Título: Planos de Acessibilidade Municipais			
Título: Planos Municipais de Saneamento Básico			
Título: Aumentar a complexidade hospitalar e Fortalecer hospitais existentes			



Titulo: ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE USO E CONSERVAÇÃO DAS LAGOAS COSTEIRAS E ÁREAS UMIDAS			
Titulo: ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLANOS REGIONALIZADOS INTEGRADOS DE GESTÃO AMBIENTAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS			
Estratégia 2.3 - Minimizar a degradação ambiental	G	U	T
Titulo: Projeto micro-corredores ecologicos (fragmentos florestais)			
Titulo: Plano de drenagem das varzeas do Rio Tramandaí			
Titulo: Programa de Efetivação das areas protegidas			
Titulo: Planejamento da zona de amortecimento do PE Itapeva			
Titulo: Recuperação da áreas degradadas			
Titulo: Gestão dos Residuos Sólidos e Educação Ambiental			
Titulo: IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO LITORAL NORTE			
Titulo: RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ORLA MARÍTIMA			
Estratégia 2.4 - Apoiar e fortalecer os Povos e Comunidades Tradicionais da região	G	U	T
Titulo: Reconhecimento, Visibilidade e inclusao das Comunidades Quilombolas			
Titulo: Reconhecimento das comunidades e Fortalecimento da pesca artesanal			
Titulo: Elaboração do Plano de Gestão territorial e Ambiental das terras indígenas (PGTAS)			
Titulo: Fortalecimento da Participação dos povos e comunidades tradicionais			
Titulo: Implementação e ampliação de escolas nos territórios indígenas, quilombolas e de pescadores artesanais, com um currículo escolar que valorize e respeite seus ritmos, cultura e diversidade.			
Titulo: Criação e valorização de locais públicos para a divulgação da cultura indígena, quilombola e pescadores artesanais, implementando pontos de comercialização nos centros urbanos.			
Titulo: Possibilitar a mobilidade através da melhoria de estradas e transporte público de qualidade para as comunidades indígenas, quilombolas e de pescadores artesanais.			
Titulo: Fortalecimento de um Fórum de Pesca no Litoral			
Titulo: Programa de acesso a água potável			
Titulo: RESGATE E PRESERVAÇÃO DAS RAÍZES HISTÓRICAS E MULTICULTURALISMO			
Estratégia 2.5 - Sensibilizar de maneira permanente os atores para o desenvolvimento regional	G	U	T
Titulo: Observatório do Litoral			
Titulo: Gestão compartilhado do planejamento estratégico			
Titulo: QUALIFICAÇÃO DAS LIDERANÇAS MUNICIPAIS COM FOCO NA INTEGRAÇÃO REGIONAL			
Estratégia 2.6 - Promover o fortalecimento das politicas de inclusão social	G	U	T
Titulo: Plano de Ação para prevenção do crime com população vulnerável			
Titulo: Artesato para Inclusão Social - Economia Solidária			
Titulo: Maior oferta de educação Pública em todos os níveis			
Titulo: Incentivo a programas na Área do Esporte e educação			
Titulo: Fortalecimento do Ensino de Jovens e Adultos			
Titulo: Espaços Públicos para o lazer e esporte			
Titulo: Qualificação da mão de obra			
Titulo: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO LITORAL NORTE			

(G) GRAVIDADE devemos considerar a intensidade, profundidade dos danos que o problema pode causar se não se atuar sobre ele. De 1 a 5 onde 5 é dano gravíssimo.

(U) URGÊNCIA devemos considerar o tempo para a eclosão dos danos ou resultados indesejáveis se não se atuar sobre o problema. De 1 a 5 onde 5 é prazo imediato.

(T) TENDÊNCIA devemos considerar o desenvolvimento que o problema terá na ausência de ação. De 1 a 5 onde 5 piora muito.

Nome: _____ Entidade/Representante: _____

Sugestão de Projeto: _____



b. Instituições e Representações Sociais por Município

MUNICÍPIO	ENTIDADES
ARROIO DO SAL	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE ARROIO DO SAL; IGREJA VIVA 24 HORAS JORNAL ARROIO DO SAL CPM DA ESCOLA SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES /COLONIA DE FÉRIAS (5) BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARROIO DO SAL PREFEITURA MUNICIPAL
B. PINHAL	PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES PREFEITURA MUNICIPAL SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES /COLONIA DE FÉRIAS (4) UGEIRM SINDICATO (POLICIA CIVIL) ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
CAPA DA CANOA	ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE CAPÃO NOVO ASSOCIAÇÃO CONSTRUTORES E INCORPORADORAS CONTRUÇÃO CIVIL ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAPÃO DA CANOA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAPÃO DA CANOA ACICC SINDICATO MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA E XANGRI LA SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES /COLONIA DE FÉRIAS (6) IGREJAS E MITRA (13) INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DIVINA PROVIDÊNCIA CPM ESCOLAR RÁDIO HORIZONTE PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA Av. CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPÃO DA CANOA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL
CIDREIRA	ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E VERANISTAS DE CIDREIRA ASSOCIAÇÃO COM IND PESQUEIRA DE CIDREIRA ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE MORADORES VILA CHICO MENDES SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIDREIRA IGREJAS E MITRA (4) CPM (3) BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES PREFEITURA MUNICIPAL
D.PEDRO ALCANTARA	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA MITRA DIOCESANA
IMBÉ	ASSOCIAÇÃO ADMINISTRAÇÃO BENS IMÓVEIS ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA AOS JOVENS E IDOSOS



	<p>CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS ROTARY IMBE BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES PREFEITURA MUNICIPAL</p>
ITATI	<p>IGREJA EVANGELICA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL</p>
MAQUINE	<p>SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MAQUINÉ ONG AÇÃO NESCENTE PARÓQUIA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINÉ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE MAQUINÉ BRIGADA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</p>
OSORIO	<p>ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE OSÓRIO ASSOCIAÇÃO IRMÃS ESCOLARES ASSOCIAÇÃO VERANISTAS DE ATLÂNTIDA SUL ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE OSÓRIO ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM DA LAGOA IATE CLUBE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - ABES EMATER UGEIRM SINDICATO SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS SINDICATO RURAL DE OSÓRIO SINDICATO TRABALHADORES RURAIS OSORIO SINDIAGUAS-RS – REGIONAL OSORIO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE OSÓRIO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DISTRIBUIÇÃO REF. PETRÓLEO SINDICATO TRABALHADORES INDÚSTRIA ENERGIA ELÉTRICA - RGS SINDICATO EMPR. EST. BANCÁRIOS DE OSÓRIO E LITORAL NORTE IGREJAS E MITRA (8) CPM (3) JORNAL (3) RADIO (6) COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL MISTA LITORAL NORTE LTDA COOPERATIVA LARANJEIRAS LTDA COOPERATIVA TRABALHO E SERVIÇO PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE OSÓRIO BRIGADA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL- OSÓRIO PATRULHA AMBIENTAL</p>
PALMARES DO SUL	<p>SINDICATO RURAL DE PALMARES DO SUL COOPERATIVA ARROZEIRA PALMARES LTDA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL GRANJA VARGAS LTDA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PALMARES DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMARES DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE PALMARES DO SUL BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL PALMARES DO SUL IRGA NATES 21 PALMARES DO SUL ROTARY CLUBE PALMARES ASSOCIAÇÃO PRÓ-PALMARES IGREJAS (3) CPM</p>



	JORNAL
TERRA DE AREIA	ASSOCIAÇÃO IRMÃS ESCOLARES ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ESTRADA DO CURUMIM ASSOCIAÇÃO SULINA CRÉDITO ASSISTÊNCIA RURAL - ASCAR SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TERRA DE AREIA IGREJAS E MITRA (3) CPM RÁDIO COMUNITÁRIA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDAORES DE TERRA DE AREIA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL - TERRA DE AREIA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA
TORRES	IRGA NATES 39 TORRES ASSOCIAÇÃO AMOR EXIGENTE DE TORRES ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO SANTANDER ASSOCIAÇÃO ATLETICA DOS PRAÇAS POLICIA MILITAR DE TORRES ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE COMPRAS Me DE TORRES ASSOCIAÇÃO ENGENHEIROS ARQUITETOS E AGRONOMOS LITORAL ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO RURAL (ASCAR) ASSOCIAÇÃO AMIGO DO POSTO FISCAL DE TORRES (AAPFT) ASSOCIAÇÃO PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS DE TORRES (APAE- Torres) ASSOCIAÇÃO DA INDÚSTRIA MOVELEIRA DE TORRES – SERMOV ASSOCIAÇÃO DOS SURFISTAS DE TORRES - AST ASSOCIAÇÃO TORRENSE DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM SINDICATO DOS PESCADORES DE TORRES SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TORRES SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TORRES SINDICATO DOS HOTEIS E RESTAURANTES LITORAL NORTE SINDICATO TRABALHADORES IND. ENERGIA ELÉTRICA -RS SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (SINDICIL) SINDICATO COMÉRCIO VAREJISTA DE TORRES – SINDILOJAS CLUBE DOS DIRETORES LOJISTAS - CDL CLUBE ATLÂNTICO DE CAÇA E PESCA - CAPESCA ESPORTE CLUBE BOA UNIÃO CTG - PORTEIRA GAÚCHA UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E DE MORADORES DE TORRES IGREJAS (6) CPM (3) RADIO (3) INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE CENTRO DE CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL ONDA VERDE - PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE PATRULHA AMBIENTAL (PATRAM) PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRES CÂMARA DE VEREADORES DE TORRES
TRAMANDAÍ	ASSOCIAÇÃO SULINA CRÉDITO ASSISTÊNCIA RURAL ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE TRAMANDAÍ SINDICATO DOS PESCADORES DE TRAMANDAÍ SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE TRAMANDAÍ ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA CORSAN IGREJAS E MITRA (9) RADIO E JORNAIS (5) PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRAMANDAÍ BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL – TRAMANDAÍ



	ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO (18) ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE RUA DE TRAMANDAÍ ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DA ZONA SUL SOCIEDADE AMIGOS JARDIM DO ÉDEM (SAJE) LIONS CLUB DE TRAMANDAÍ UAMTRA PATRULHA AMBIENTAL (PATRAM)
TRES CACHOEIRAS	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO C RURAL HERÓIS DA TERRA ASSOCIAÇÃO PROD COND R ALEGRETE ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL ASCAR ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO COND RUAR FERNANDO FERRARI SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TRÊS CACHOEIRAS IGREJAS (2) CPM (2) COOPERATIVA CONS DE PROD ECOLÓGICO TRÊS CACHOEIRAS LTDA COOPERATIVA PROD AGR NORDESTE GAÚCHO LTDA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CACHOEIRAS CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRÊS CACHOEIRAS BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL - TRÊS CACHOEIRAS
TRES FORQUILHAS	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRÊS FORQUILHAS Av. PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS Estrada Geral, PARÓQUIA E MITRA (2)
XANGRI-LA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRAIA DE XANGRI LÁ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI LA CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI LA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL - XANGRI LA



LATUS CONSULTORIA PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.
Rua Olinda, 535/101 – São Geraldo - CEP 90.240-570 – Porto Alegre/RS – Fone/Fax: (51) 3279.0281
www.latus.com.br – latus@latus.com.br